

Publicações

leis@ilustrado.com.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE UMUARAMA

2ª VARA CÍVEL DE UMUARAMA - PROJUDI

Rua Desembargador Antonio Ferreira da Costa, 3693 - Zona I - Umuarama/PR - CEP: 87.501-200 - Fone: (41) 3621-8402 - E-mail: b081@tjpr.jus.br

Processo: 0000707-28.2018.8.16.0173

Classe Processual: Cumprimento de sentença

Assunto Principal: Usucapião Extraordinária

Valor da Causa: R\$ 13.075,62

Exequente(s): • CLAUDIO CEZAR ORSI

Executado(s): • Miyazaki S/A - COMERCIAL AGRÍCOLA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O DR. MARCELO PIMENTEL BERTASSO, MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC....

FAZ SABER a todos quantos o presente edital vierem, ou dele conhecimento tiverem que, através dos autos nº. 0000075-28.2018.8.16.0173 de Cumprimento de Sentença onde é exequente **Claudio Cezar Orsi** e por executado(a) **Miyazaki S/A - Comercial Agrícola**, vem tornar público e de conhecimento geral de que por este ato procede a **INTIMAÇÃO** do(a) executado(a) **Miyazaki S/A - Comercial Agrícola**, atualmente em lugar incerto e não sabido, de que fora efetuada a penhora sobre o seguinte bem:

Lote urbano 17, da quadra 17, Município de Umuarama, com as metragens **divisas e confrontações** constantes da matrícula nº 9569, do CRI nº 1º Ofício da Comarca de Umuarama/PR.

Assim, fica o(a) executado(a) **INTIMADO(A)** da referida penhora, bem como, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, manifeste-se requerendo o que de direito, sob pena de considerar-se aceitos como verdadeiros os fatos citados si articulados se não o fizer.

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, para que no futuro não aleguem ignorância ou boa-fé, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma dos autos.

Umuarama, 30 de agosto de 2019.

Marcelo Pimentel Bertasso

Juiz de Direito

COMARCA DE UMUARAMA, 2ª VARA CÍVEL DE UMUARAMA – PROJUDI, Processo: 0007706-67.2009.8.16.0173, Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial, Assunto Principal: Espécies de Contratos, Valor da Causa: R\$ 13.128,21. Exequente(s): BANCO BRADESCO S/A, Executado(s): ALEX FRANCISCO SANTANA, V. G. SANTANA & ALEX F. SANTANA MEIR, EDITAL DE CITAÇÃO PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, O DILATADO(A) NÃO SE PRESENTOU, MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA MARCELO PIMENTEL BERTASSO DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC., FAZ SABER a todos quantos o presente edital vierem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial sob nº. 0007706-67.2009.8.16.0173 - Projudi, onde é exequente Banco Bradesco S/A e executado(a) Alex Francisco Santana, Valdirene Gabriel e V. G. Santana & Alex F. Santana ME, inscrita(o) no CPF/CNPJ nº. 05.598.662/0001-16, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo prazo de 30 (trinta) dias, em que o(a) executado(a) Alex Francisco Santana, inscrita(o) no CPF/CNPJ nº. 055.591.159-88, Valdirene Gabriel, inscrita(o) no CPF/CNPJ nº. 587.892.199-53 e V. G. Santana & Alex F. Santana ME, inscrita(o) no CPF/CNPJ nº. 05.598.662/0001-16, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo prazo de 30 (trinta) dias, em que o(a) executado(a) Alex Francisco Santana, inscrita(o) no CPF/CNPJ nº. 055.591.159-88, Valdirene Gabriel e V. G. Santana & Alex F. Santana ME, nos termos da atual a seguir transcrita resumidamente: **RESUMO DA INICIAL**, Por força do Título Executivo (Cédula de Crédito Bancário), o executado é devedor do exequente do valor total de R\$ 13.128,21, atualizado em 21/01/2009. No entanto, até a presente data, o executado não procurou cumprir com a sua obrigação, sendo totalmente infrutíferos os esforços da exequente em receber o seu crédito amigavelmente. Requerimento de penhora: Fica o executado CITADO de que por este Juízo de cartório tramitam os autos supramencionados, tendo sido recebido no dia 02 de fevereiro de 2009, pela Dr. Mychelle Pache Cintra, Juiz de Direito à época, para que, no prazo de 03 (três) dias, apresente o principal com seus acréscimos legais ou no prazo de 15 (quinze) dias embargue a presente ação, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantia do débito. No prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito e comprovado o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, inclusive custos e honorários de advogado, poderá parcelar o restante em até seis vezes. Para o caso de pronto pagamento os honorários ficam fixados em 10%. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, para que no futuro não aleguem ignorância ou boa-fé, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Umuarama, 29 de agosto de 2019. Marcelo Pimentel Bertasso. Juiz de Direito.

MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná

Relação: 2019

RELAÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL.

Período de 01/07/2019 a 31/07/2019

Recorta	Data	Descrição	Valor
17.1.8.012.1.000.000.00.00	18/07/2019	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	208.456,29
17.1.8.013.1.000.000.00.00	18/07/2019	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	16,26
17.1.8.014.1.004.000.00.00	01/07/2019	INDE - 22/09/2019	6.500,00
17.1.8.014.1.004.000.00.00	11/07/2019	APAE - 14/03/20	1.425,30
17.1.8.014.1.004.000.00.00	11/07/2019	INDE - 22/09/2019	2.200,00
17.1.8.041.1.004.000.00.00	11/07/2019	CRHANCA/ADICENTE	5.000,00
17.1.8.012.1.000.000.00.00	11/07/2019	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	20791,31
17.1.8.013.1.000.000.00.00	12/07/2019	PROGRAMA NAC. TRANS. ESCOLA - PNATE	6.500,00
17.1.8.013.1.002.000.00.00	02/07/2019	COMPONENTE DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL EM SAUDE	7.397,28
17.1.8.013.1.060.000.00.00	02/07/2019	CONVENIO FANSVEMILMA	21.093,23
17.1.8.041.1.004.000.00.00	02/07/2019	CRHANCA/ADICENTE	1.425,30
17.1.8.041.1.004.000.00.00	02/07/2019	CRHANCA/ADICENTE	5.000,00
17.1.8.041.1.004.000.00.00	02/07/2019	RECATO	1.400,00
17.1.8.041.1.004.000.00.00	02/07/2019	PAPEI	6.500,00
17.1.8.059.1.01.000.00.00.00	02/07/2019	PROGRAMA NAC. TRANS. ESCOLA - PNATE	2.000,00
17.1.8.054.1.000.000.00.00.00	12/07/2019	Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica - Principal	6.000,00
17.1.8.041.1.004.000.00.00	12/07/2019	RECATO	1.400,00
17.1.8.041.1.004.000.00.00	12/07/2019	PAPEI	6.500,00
17.1.8.013.1.000.000.00.00	03/07/2019	PASIVEL	6.500,00
17.1.8.013.1.001.002.000.00.00	03/07/2019	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	22.720,00
17.1.8.013.1.001.000.00.00.00	03/07/2019	PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS	15.000,00
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	23/07/2019	Transferência Atividade de Ensino/Pedagogia Individuais - Principal	2.000,00
17.1.8.053.1.000.000.00.00.00	04/07/2019	Transferência Despesa de FINE referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAL - P	8.228,40
17.1.8.023.1.000.000.00.00.00	24/07/2019	Cota-parto Royalties- Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/99 - Principa	18.328,28
17.1.8.013.1.002.000.00.00.00	02/08/2019	COMPONENTE DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL EM SAUDE	7.397,28
17.1.8.053.1.000.000.00.00.00	02/07/2019	PROGRAMA NAC. TRANS. ESCOLA - PNATE	4.795,20
17.1.8.053.1.000.000.00.00.00	02/07/2019	Transferência de Recursos do FIDE - Principal	28.429,49
17.1.8.023.1.000.000.00.00.00	25/07/2019	Cota-parto Royalties- Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/99 - Principa	19.067,87
17.1.8.023.1.000.000.00.00.00	17/07/2019	Cota-parto Royalties- Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/99 - Principa	130,85
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	06/07/2019	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	20790,81
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	18/07/2019	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	96.871,41
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	18/07/2019	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	15,98
2.4.1.10.1.01.000.000.00.00.00	23/07/2019	CONV. AQUISIÇÃO CAMBÉLIO PPR (R\$)	185.990,86
Total.....:			1.541.458,86

Recorta	Data	Descrição	Valor
17.1.8.012.1.000.000.00.00.00	20/08/2019	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	82,31
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	20/08/2019	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	16,26
17.1.8.012.1.000.000.00.00.00	30/08/2019	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	224.628,20
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	30/08/2019	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	32,99
17.1.8.012.1.000.000.00.00.00	30/08/2019	INDE - 22/09/2019	6.500,00
17.1.8.121.1.000.000.00.00.00	30/08/2019	Risco de Crédito de PIB e CAUCIONIO	1.244,49
17.1.8.013.1.001.000.00.00.00	02/08/2019	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	21.927,67
17.1.8.013.1.001.000.00.00.00	02/08/2019	PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS	15.000,00
17.1.8.013.1.002.000.00.00.00	02/08/2019	COMPONENTE DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL EM SAUDE	7.397,28
17.1.8.013.1.060.000.00.00.00	02/08/2019	CONVENIO FANSVEMILMA	21.093,23
17.1.8.023.1.000.000.00.00.00	22/08/2019	Cota-parto Royalties- Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/99 - Principa	14.377,72
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	13/08/2019	Transferência de Salário Educação - Principal	28.496,93
17.1.8.121.1.000.000.00.00.00	13/08/2019	Risco de Prejuízo Social Básica	15.000,00
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	07/08/2019	Transferência Despesa de FINE referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAL - P	10.440,40
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	08/08/2019	Transferência Despesa de FINE referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAL - P	2.970,00
17.1.8.012.1.000.000.00.00.00	07/08/2019	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	40.631,42
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	08/08/2019	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	16,26
2.4.1.10.1.01.000.000.00.00.00	01/08/2019	REVALIAÇÃO AVAL. CUBRITIA (R\$)	49.770,00
Total.....:			983.626,13

MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná

Relação: 2019

RELAÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL.

Período de 01/08/2019 a 31/08/2019

De ordem do senhor(a) Prefeita Municipal, LUIS CARLOS BORGES CARDOSO para fins de cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20 de Março de 1997. Comunico à Vossa Senhoria que o município de Alto Piquiri de recebeu do Governo Federal os recursos a seguir discriminados, que se destinam, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Recorta	Data	Descrição	Valor
17.1.8.012.1.000.000.00.00.00	20/08/2019	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	51.041,43
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	20/08/2019	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	16,26
17.1.8.012.1.000.000.00.00.00	30/08/2019	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	224.628,20
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	30/08/2019	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	32,99
17.1.8.012.1.000.000.00.00.00	30/08/2019	INDE - 22/09/2019	6.500,00
17.1.8.121.1.000.000.00.00.00	30/08/2019	Risco de Crédito de PIB e CAUCIONIO	1.244,49
17.1.8.013.1.001.000.00.00.00	02/08/2019	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	21.927,67
17.1.8.013.1.001.000.00.00.00	02/08/2019	PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS	15.000,00
17.1.8.013.1.002.000.00.00.00	02/08/2019	COMPONENTE DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL EM SAUDE	7.397,28
17.1.8.013.1.060.000.00.00.00	02/08/2019	CONVENIO FANSVEMILMA	21.093,23
17.1.8.023.1.000.000.00.00.00	22/08/2019	Cota-parto Royalties- Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/99 - Principa	14.377,72
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	13/08/2019	Transferência de Salário Educação - Principal	28.496,93
17.1.8.121.1.000.000.00.00.00	13/08/2019	Risco de Prejuízo Social Básica	15.000,00
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	07/08/2019	Transferência Despesa de FINE referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAL - P	10.440,40
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	08/08/2019	Transferência Despesa de FINE referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAL - P	2.970,00
17.1.8.012.1.000.000.00.00.00	07/08/2019	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	40.631,42
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	08/08/2019	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	16,26
2.4.1.10.1.01.000.000.00.00.00	01/08/2019	REVALIAÇÃO AVAL. CUBRITIA (R\$)	49.770,00
Total.....:			983.626,13

Recorta	Data	Descrição	Valor
17.1.8.012.1.000.000.00.00.00	20/08/2019	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	82,31
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	20/08/2019	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	16,26
17.1.8.012.1.000.000.00.00.00	30/08/2019	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	224.628,20
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	30/08/2019	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	32,99
17.1.8.012.1.000.000.00.00.00	30/08/2019	INDE - 22/09/2019	6.500,00
17.1.8.121.1.000.000.00.00.00	30/08/2019	Risco de Crédito de PIB e CAUCIONIO	1.244,49
17.1.8.013.1.001.000.00.00.00	02/08/2019	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	21.927,67
17.1.8.013.1.001.000.00.00.00	02/08/2019	PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS	15.000,00
17.1.8.013.1.002.000.00.00.00	02/08/2019	COMPONENTE DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL EM SAUDE	7.397,28
17.1.8.013.1.060.000.00.00.00	02/08/2019	CONVENIO FANSVEMILMA	21.093,23
17.1.8.023.1.000.000.00.00.00	22/08/2019	Cota-parto Royalties- Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/99 - Principa	14.377,72
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	13/08/2019	Transferência de Salário Educação - Principal	28.496,93
17.1.8.121.1.000.000.00.00.00	13/08/2019	Risco de Prejuízo Social Básica	15.000,00
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	07/08/2019	Transferência Despesa de FINE referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAL - P	10.440,40
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	08/08/2019	Transferência Despesa de FINE referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAL - P	2.970,00
17.1.8.012.1.000.000.00.00.00	07/08/2019	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	40.631,42
17.1.8.013.1.000.000.00.00.00	08/08/2019	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	16,26
2.4.1.10.1.01.000.000.00.00.00	01/08/2019	REVALIAÇÃO AVAL. CUBRITIA (R\$)	49.770,00
Total.....:			983.626,13

LIVIO HITLER MIRANDA			
Tesoureiro			

Publicações

leis@ilustrado.com.br

	MUNICÍPIO DE CAZÉL DO SUL	
	PODER EXECUTIVO	
	ESTADO DO PARANÁ	
	RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
	DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO-AGOSTO	
LEI: Art. 48 - Anexo XIV	RS 1,00	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		
RECEITAS		Até Período
Previdência Social	22.865.198,00	
Previdência Atualizada	29.118.130,67	
Receitas Realizadas	14.866.937,87	
Dados Orçamentários	0,00	
Saldo de Exercícios Anteriores (Válidos para Créditos Adicionais)	462.492,30	
DESPESAS		
Dotação Inicial	21.806.000,00	
Créditos Adicionais	240.000,00	
Dotação Atualizada	29.610.000,00	
Despesas Empenhadas	12.237.337,69	
Despesas Liquidadas	11.488.149,57	
Despesas Pagas	10.628.938,21	
Supervícios Orçamentários	2.379.776,36	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		
Despesas Empenhadas	12.237.337,69	
Despesas Liquidadas	11.488.149,57	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		
Recorre Corrente Líquida	13.253.687,26	

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até Período
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	0,00	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00	
Resultado Previdenciário	0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	0,00	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00	
Resultado Previdenciário	0,00	
RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO		
Resultado Nominal	0,00	462.492,30
Resultado Primário	0,00	723.362,34

RENTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrito	CANCELADO Até o Período	PAGAMENTO Até o Período	SALDO a Pagar
RENTOS A PAGAR PROCESSADOS					
Poder Executivo	1.123.010,77	39.253,39	1.040.919,73	42.835,65	
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00	
RENTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
Poder Executivo	7.665.733,32	4.596,36	1.975.412,81	5.685.435,95	
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	8.788.744,09	44.161,95	1.816.332,54	5.726.271,60	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor Apropriado no ANP de LDO (R\$)	Limites Constitucionais Anuais		
Mínimo Anual de -10%/-25% da Receita de Impostos em MDE		-10%/-25% de	% Mínimo a Aplicar Exerc.	% Aplicado Até o Período	
Mínimo Anual de 40% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ênfase Fundamental e Médio		40%	60%	27,68	0,00
Mínimo Anual de 40% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ênfase Infantil e Ensino Fundamental		40%	60%	73,40	0,00
Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB		10%			

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apropriado Até Período	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	275.760,00	1.124.239,99	
Despesa de Capital Líquida	1.101.468,17	9.854.143,39	

PROJEÇÃO ATUALIZADA DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício	10º Exercício	20º Exercício	30º Exercício
Plano Previdenciário					
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro					
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS		Valor Apropriado Até Período	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	2,61	60.397,37	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	60.390,00	

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apropriado Até Período	Limites Constitucionais Anuais		
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		% Mínimo a Aplicar Exerc.	% Aplicado Até o Período		
	2.222.507,75	15,00	23,17		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		VALOR APROPRIADO NO EXERCÍCIO CORRENTE			
Total das Despesas/RCL (%)					0,00

FONTE: Sistema Estadual Gestão Pública, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE CAZÉL DO SUL, emitiado em 17/09/2019 às 11h e 09m.

MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito

GRISLEY BELINI - CRC: 0550180-1
Contador

	MUNICÍPIO DE DOURADINA	** Emissão ** 17/09/2019 Pág. 1/2
Estado do Paraná	CNPJ 78.200.110.0001-94	
Exercício: 2019		

Decreto nº 149/2019 de 13/09/2019

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2189/2018 de 04/12/2018.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **RS 12.000,00 (doze mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
09.002.00.000.0000.0.000.	DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
09.002.20.608.0014.2.075.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
403 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00

Total Suplementação: 12.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
09.002.00.000.0000.0.000.	DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
09.002.20.608.0014.2.075.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
404 - 3.3.90.32.00.00	01000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.000,00
09.003.00.000.0000.0.000.	VIVEIRO DE MUDAS	
09.003.20.608.0014.2.076.	MANUTENÇÃO DO VIVEIRO DE MUDAS	
411 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
09.004.00.000.0000.0.000.	DESENVOLVIMENTO ANIMAL	
09.004.20.609.0014.2.077.	DESENVOLVIMENTO ANIMAL	
418 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00

Total Redução: 12.000,00

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexo previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA - Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2019 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de DOURADINA, Estado do Paraná, em 13 de setembro de 2019.

JOÃO JORGE SOISSAI
PREFEITO MUNICIPAL

Estado do Paraná DECRETO N° 5.196/2019 DATA: 17/09/2019 SÚMULA: Adjudica e Homologa resultado do processo licitatório. O Prefeito do Município de Icaraima, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o resultado apresentado pela Pregoeira a Sra. Lays Oliveira Vedotto, DECRETA:	
Art. 1º) Fica Adjudicado em favor das empresas ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - ME os itens 01, 03, 05, 12, 27, 28, 30, 35, 37, 39, 40, 44, 45, 51, 52, 55, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 70, 71, 77, 80, 81, 82, 83 e 90, CASTELO BRANCO ARTES LTDA - EPP os itens 02, 07, 10, 17, 25, 26, 31, 32, 33, 43, 47, 53, 54, 64, 65, 69, 76, 78 e 89, F. P. GARALUZ - ME os itens 04, 06, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 23, 24, 34, 36, 38, 41, 46, 57, 58, 63, 72, 73, 74, 85, 87 e 88, MAOPEL PAPELARIA E EQUIPAMENTOS LTDA os itens 08, 09, 22, 56, 68, 75 e 86, e JOTT PLAY COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA os itens 11, 12, 29, 42, 48, 49, 50 e 79, resultado do processo licitatório, modalidade Pregão Presencial SRP nº 049/2019.	
Art. 2º) Fica Homologado o resultado do processo licitatório modalidade Pregão Presencial SRP nº 049/2019 em favor das empresas ANEZIA JANDIRA TIMÓTEO ANDRADE - ME, CASTELO BRANCO ARTES LTDA - EPP, F. P. GARALUZ - ME, MAOPEL PAPELARIA E EQUIPAMENTOS LTDA e JOTT PLAY COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA, cujo objeto trata da celebração de ata de registro de preços visando futuras e eventuais aquisições de materiais pedagógicos para a Secretaria de Educação, conforme quantidade e descrições constantes no anexo I - Termo de referência.	
Art. 3º) Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.	
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, aos 17 dias do mês de Setembro de 2019.	
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA Prefeito Municipal	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA
ESTADO DO PARANÁ	
CNPJ: 76.247.337/0001-60	
Avenida Hermes Vissoto, 810 - Icaraima - CEP 87530-000	
Fone: (44) 3665-8000 - Fax: (44) 3665-8001	
E-mail: contabili@icaraima.pr.gov.br - www.icaraima.pr.gov.br	

Decreto nº 5198/2019 de 17/09/2019

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ICARAÍMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1579/2018 de 26/11/2018.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **RS 7.280,00 (sete mil duzentos e oitenta reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação	Fonte	
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
04.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
04.001.04.121.0003.2.009.	MANUT. DO GABINETE DO PLANEJAMENTO	
89 - 3.3.90.40.00.00	00000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	280,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DA FAZENDA	
05.001.00.000.0000.0.000.	DIVISÃO DE CADASTRO, TRIBUT E FISCALIZ.	
05.001.04.129.0004.2.010.	DIVISÃO DE CADASTRO, TRIB. E FISCALIZAÇÃO	
102 - 3.3.90.40.00.00	00000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	5.600,00
05.002.00.000.0000.0.000.	DIVISÃO DA FAZENDA CONT. E TESOUREARIA	
05.002.04.123.0004.2.011.	MAN. DAS DIV. DE FAZENDA, CONTAB E TESOUREARIA	
115 - 3.3.90.40.00.00	00000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	1.400,00

Total Suplementação: 7.280,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

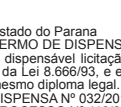
Redução	Fonte	
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.00.000.0000.0.000.	DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	
03.001.04.128.0003.2.007.	MANUT. DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	
59 - 3.3.90.40.00.00	00000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	2.280,00
03.002.00.000.0000.0.000.	DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	
03.002.04.122.0003.2.008.	MANUT. DA DIVISÃO DE MATERIAL, PATRIM. E SERVIÇOS	
76 - 3.3.90.40.00.00	00000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	5.000,00

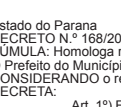
Total Redução: 7.280,00

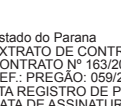
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

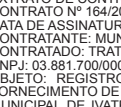
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, em 17 de setembro de 2019.

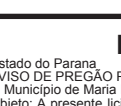
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito

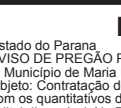
	PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ
ESTADO DO PARANÁ	
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	
O Município de Ivaté, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, DECRETAR:	
Art. 1º) Fica Homologado o resultado do processo modalidade Pregão Presencial nº 048/2019, em favor da empresa: UMIJAPARA DIESEL LTDA que tem como objeto aquisição de um (01) caminhão chassi 8x2, fabricação modelo 2018/2018 (novo, zero km) potência mínima 256 cv, peso bruto total 23.000 kg e demais características técnicas constantes no modelo 07, com vigência de contratação de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias).	
Art. 2º) Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.	
Edifício da Prefeitura Municipal de Ivaté, aos 17 dias do mês de Setembro de 2019.	
UNIVALDO CAMPANER Prefeito Municipal	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ
ESTADO DO PARANÁ	
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	
O Município de Ivaté, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, DECRETAR:	
Art. 1º) Fica Homologado o resultado do processo modalidade Pregão Presencial nº 048/2019, em favor da empresa: UMIJAPARA DIESEL LTDA que tem como objeto aquisição de um (01) caminhão chassi 8x2, fabricação modelo 2018/2018 (novo, zero km) potência mínima 256 cv, peso bruto total 23.000 kg e demais características técnicas constantes no modelo 07, com vigência de contratação de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias).	
Art. 2º) Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.	
Edifício da Prefeitura Municipal de Ivaté, aos 17 dias do mês de Setembro de 2019.	
UNIVALDO CAMPANER Prefeito Municipal	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ
ESTADO DO PARANÁ	
EXTRATO DE CONTRATO	
CONTRATO Nº 163/2019	
REF.: PREGÃO: 059/2019	
ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2019	
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 17 DE SETEMBRO DE 2019.	
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ.	
CONTRATADO: U.M. COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA.	
CNPJ: 06.165.408/0101-08	
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS E TRATORES, PARA ATENDIMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ, CONFORME RELAÇÃO COM QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E ANEXOS.	
VALOR TOTAL: R\$ 442.500,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS).	
PRazo de vigência: 12 MESES.	
FORça: COMARCA DE ICARAÍMA - ESTADO DO PARANÁ.	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA
ESTADO DO PARANÁ	
EXTRATO DE CONTRATO	
CONTRATO Nº 164/2019	
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 17 DE SETEMBRO DE 2019.	
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IVATÉ, ESTADO DO PARANÁ.	
CONTRATADO: TRATOR PEÇAS UMIJAPARA LTDA	
CNPJ: 03.881.700/0001-20	
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS E TRATORES, PARA ATENDIMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ, CONFORME RELAÇÃO COM QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E ANEXOS.	
VALOR TOTAL: R\$ 79.000,00 (SETENTA E NOVE MIL REAIS).	
PRazo de vigência: 12 MESES.	
FORça: COMARCA DE ICARAÍMA - ESTADO DO PARANÁ.	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA
ESTADO DO PARANÁ	
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL	
O Município de Maria Helena - PR, torna público aos interessados a realização do Pregão Presencial nº 076/2019.	
Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de pessoa jurídica para prestar serviços de instalação, configuração e manutenção de servidores na Prefeitura Municipal e na Secretaria de Saúde.	
Edital disponível: No portal de Transparência.	
Informações: no Setor de Licitações ou pelo fone (44) 3662 1030, Maria Helena – PR.	
Entrega das Propostas: 30/09/2019 até às 14h00min.	
Abertura das Propostas: 30/09/2019, às 14h00min.	
Maria Helena – PR, 17 de setembro de 2019.	
CELSO JESUS OLIVEIRA Pregoeiro Municipal	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA
ESTADO DO PARANÁ	
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL	
O Município de Maria Helena - PR torna público aos interessados a realização do Pregão Presencial nº 075/2019.	
Objeto: Contratação de empresa do ramo, para fornecimento de Combustível (Gasolina comum e Etanol), de acordo com os quantitativos do Anexo I.	
Edital disponível: No Portal de Transparência.	
Informações: Setor de Licitações fone (44) 3662 1030.	
Entrega das Propostas: 30/09/2019 até às 10h00min.	
Abertura das Propostas: 30/09/2019, às 10h00min.	
Maria Helena – PR, 17 de setembro de 2019.	
CELSO JESUS OLIVEIRA Pregoeiro Municipal	

	CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MARIA HELENA/PR	
Av. Paraná, 1471, Centro – CEP: 87480-000 – Fone: (44)3662-1571	

Resolução Nº. 05/2019

Assunto: Aprovar a Prestação de Contas Parcial referente ao 1º Semestre do ano de 2019 do Incentivo IV do Programa Família Paranaense.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Maria Helena, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº1.617, de 20 de março de 2019 e considerando:

- a Política Nacional de Assistência Social;
- a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;
- a Norma Operacional Básica do SUAS;
- a Lei Municipal nº 1.617/2019;
- a Deliberação da Plenária em reunião extraordinária no dia 17/09/2019;

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL				
Estado do Paraná				
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº 9452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do Recebimento dos seguintes Recursos Federais:				
DATA	FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR LÍQUIDO	
02/08/2019	FNS - SAMU 192	MS - RECURSOS CUSTEIO - Receita	21.919,00	
02/08/2019	FNS - PROCEDIMENTOS NO MAC	MS - RECURSOS CUSTEIO - Receita	2.085,88	
02/08/2019	FNS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE (COMBATE ÀS ENDEMIAS)	MS - RECURSOS CUSTEIO - Receita	3.562,50	
02/08/2019	FNS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE (COMBATE ÀS ENDEMIAS)	MS - RECURSOS CUSTEIO - Receita	187,50	
02/08/2019	FNS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE (DIVERSAS)	MS - RECURSOS CUSTEIO - Receita	728,83	
02/08/2019	FNS - PAB FIXO	MS - RECURSOS CUSTEIO - Receita	9.954,00	
02/08/2019	FNS - PAB VARIÁVEL	MS - RECURSOS CUSTEIO - Receita	38.197,60	
02/08/2019	FNS - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	MS - RECURSOS CUSTEIO - Receita	8.750,00	
06/08/2019	FUNDEF 60%	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	1.594,43	
07/08/2019	FUNDEF 60%	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	6.785,34	
07/08/2019	Merenda Escolar PNAE	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Esc	3.591,40	
08/08/2019	Merenda Escolar PNAE	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Esc	1.182,40	
09/08/2019	FUNDEF 60%	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	19.258,39	
09/08/2019	Recursos Livres	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal - Recet	450.591,95	
09/08/2019	Recursos Livres	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal - Dedu	-90.118,38	
13/08/2019	Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SCFV)	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS destinados à Atenção E	6.000,00	
13/08/2019	Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SCFV)	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS destinados à Atenção E	8.075,00	
13/08/2019	FUNDEF 60%	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	4.308,68	
13/08/2019	Salário Educação	Transferências do Salário-Educação - Principal - Receita	11.475,69	
14/08/2019	FUNDEF 60%	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	37.556,18	
20/08/2019	FUNDEF 60%	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	18.014,03	
20/08/2019	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PI	480,00	
20/08/2019	Recursos Livres	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal - Receita	361,98	
20/08/2019	Recursos Livres	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal - Deduções FU	-72,39	
20/08/2019	Recursos Livres	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal - Recet	49.700,91	
20/08/2019	Recursos Livres	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal - Dedu	-9.940,17	
21/08/2019	FUNDEF 60%	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	23.967,41	
22/08/2019	Royalties e Outras Compensações não Previdenciárias - Exercício Corrente	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal - Receita	10.781,79	
26/08/2019	Royalties e Outras Compensações não Previdenciárias - Exercício Corrente	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal - Receita	270,64	
27/08/2019	FUNDEF 60%	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS destinados à Atenção E	29,93	
27/08/2019	FUNDEF 60%	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS destinados à Atenção E	4.834,44	
27/08/2019	BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTAO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS destinados à Atenção E	18.727,93	
28/08/2019	FUNDEF 60%	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	-18.727,93	
28/08/2019	FUNDEF 60%	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	17.072,63	
29/08/2019	PAV ASFALTICA - Contrato de Repasse 856592/2017	Outras Transferências de Convênios da União - Principal - Receita	98.340,00	

MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL				
Estado do Paraná				
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº 9452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do Recebimento dos seguintes Recursos Federais:				
DATA	FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR LÍQUIDO	
30/08/2019	FUNDEF 60%	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	9.343,77	
30/08/2019	Recursos Livres	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal - Receita	16,63	
30/08/2019	Recursos Livres	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal - Deduções FU	-3,32	
30/08/2019	Recursos Livres	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal - Recet	219.975,18	
30/08/2019	Recursos Livres	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal - Dedu	-43.995,03	

MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL									
PODER EXECUTIVO									
ESTADO DO PARANÁ									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO									
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JANEIRO A AGOSTO 2.019/BIMESTRE JULHO-AGOSTO									
RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e § 1º)									
R\$ 1,00									
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO		
			no Período (b)	% (b) (a)	Até o Período (c)	% (c) (a)	(a-c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.865.198,00	29.158.136,47	3.988.018,91	13,68	14.466.927,87	49,62	14.691.208,60		
RECEITAS CORRENTES	18.452.198,00	19.018.484,00	3.464.137,64	18,21	11.309.612,84	59,68	7.668.871,16		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.614.801,00	1.616.801,00	285.132,26	18,25	645.588,93	39,93	971.216,07		
Impostos	1.294.470,00	1.296.470,00	219.113,33	16,90	513.870,34	39,64	782.599,66		
Taxas	226.366,00	226.366,00	71.477,43	32,46	119.471,84	52,78	106.894,16		
Contribuição de Melhoria	93.965,00	93.965,00	2.542,50	2,71	12.242,75	13,03	81.722,25		
CONTRIBUIÇÕES	90.900,00	90.900,00	15.213,99	16,74	54.197,54	59,62	36.702,46		
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Formação Profissional	90.900,00	90.900,00	15.213,99	16,74	54.197,54	59,62	36.702,46		
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	207.300,00	209.700,00	10.211,90	4,87	35.702,04	17,03	173.997,96		
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Valores Mobiliários	207.300,00	209.700,00	10.211,90	4,87	35.702,04	17,03	173.997,96		
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	52.998,00	52.998,00	11.140,41	21,02	32.430,62	61,19	20.567,38		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	12.998,00	12.998,00	4.262,76	32,80	6.317,61	48,60	6.680,39		
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Serviços	40.000,00	40.000,00	6.877,65	17,19	26.113,01	65,28	13.886,99		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.467.900,00	17.029.786,00	3.132.381,50	18,39	10.581.393,37	62,13	6.448.392,63		
Transferências da União e de suas Entidades	10.742.500,00	11.304.386,00	2.256.233,67	19,96	7.013.789,71	62,04	4.290.596,29		
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	3.538.000,00	3.538.000,00	592.636,63	16,75	2.359.861,15	66,70	1.178.138,85		
Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.187.400,00	2.187.400,00	283.511,20	12,96	1.207.742,51	55,21	979.657,49		
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.299,00	18.299,00	56,58	0,31	304,34	1,66	17.994,66		
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.500,00	1.500,00	56,58	3,77	275,75	18,38	1.224,25		
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Receitas Correntes	16.799,00	16.799,00	0,00	0,00	28,59	0,17	16.770,41		
RECEITAS DE CAPITAL	4.413.000,00	10.139.652,47	523.881,27	5,17	3.117.315,03	30,74	7.022.337,44		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	375.700,01	25,05	1.124.299,99		
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	375.700,01	25,05	1.124.299,99		
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
ALIEAÇÃO DE BENS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00		
Alienação de Bens Móveis	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00		
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.853.000,00	8.579.652,47	523.881,27	6,11	2.741.555,02	31,95	5.838.097,45		
Transferências da União e de suas Entidades	2.853.000,00	7.724.652,47	255.816,07	3,31	884.281,95	11,45	6.840.370,52		
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	0,00	855.000,00	268.065,20	31,35	1.857.273,07	217,22	-1.062.273,07		
Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.865.198,00	29.158.136,47	3.988.018,91	13,68	14.466.927,87	49,62	14.691.208,60
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	22.865.198,00	29.158.136,47	3.988.018,91	13,68	14.466.927,87	49,62	14.691.208,60
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	22.865.198,00	29.158.136,47	3.988.018,91	13,68	14.466.927,87	-	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	462.482,95	-	-	462.482,95	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	462.482,95	-	-	462.482,95	-	-

Publicações Regais

leis@ilustrado.com.br

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MARIA HELENA REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO-AGOSTO											
REDO - Anexo 4 (LRF, art. 13, inciso II)											
R\$ 100											
PLANO PREVIDENCIÁRIO											
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				RPPS	RPPS	RPPS	RPPS
				at o Bimestre 2019	at o Bimestre 2019	at o Bimestre 2019	at o Bimestre 2019				
RECEITAS CORRENTES (I)		3.085.500,00	3.085.500,00	2.327.922,64	1.521.491,31						
Recursos de Contribuições dos Segurados		750.000,00	750.000,00	372.360,67	412.512,30						
Pensão Civil		750.000,00	750.000,00	372.360,67	412.512,30						
Apos		757.000,00	757.000,00	372.360,67	412.512,30						
Pensão Militar		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		741.000,00	741.000,00	463.089,50	501.110,14						
Apos		741.000,00	741.000,00	463.089,50	501.110,14						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00						
Pensão Civil		0,00	0,00	0,00	0,00						
Apos		0,00	0,00	0,00	0,00						
Recursos de Contribuições Patrimoniais		0,00	0,00	0,00							

leis@ilustrado.com.br

ELIAS REJIZERRA DE ARAUJO	PRISCILA REJIZERRA DE ARAUJO	JOSE CARLOS MARCATO
Profeta	Secretario de Fazenda	CONTADOR - CRC/PR 01235265-9

<u>RECEITAS</u>	(a)	(b)	(c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (II)	5.200.000,00	1.060.712,41	4.138.687,57
<u>DESPESAS</u>	<u>DOTAÇÃO ATUALIZADA</u> (d)	<u>DESPESAS EMPENHADAS</u> (e)	<u>SALDO NÃO EXECUTADO</u> (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	12.062.989,43	2.528.243,12	9.534.746,31
Investimentos	11.308.989,43	2.149.086,61	9.159.902,82
Invenientes Financeiras	0,00	0,00	0,00
A amortização da Dívida	754.000,00	379.156,51	374.843,49
(c) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(c) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	12.062.989,43	2.528.243,12	9.534.746,31
RESULTADO PARA APLICAÇÃO DA REGRA DE OROS (III) - (I - III)	6.802.789,43	1.666.930,49	5.376.858,74

FONTE: Sistema Físico Gestão Pública, Unidade Registral MUNICÍPIO DO BRASIL ANDARAÍ DO SUL, emitição em 17/02/2019 às 10h e 17m.

Nova Operadora de Colônias turísticas do PCT nº 193, Anexo III

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE MARIA HELENA PODER EXECUTIVO ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO 2.019/BIMESTRE JULHO-AGOSTO												
RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)												
Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo			Despesas Liquidadas			Saldo
			No Período	Até o Período (b)	%(batal b)	(c) = (a-b)	No Período	Até o Período (d)	%(dotal d)	(e) = (a-d)		
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA	20.668.083,00	24.591.699,46	2.910.618,06	14.409.630,43	89,95	10.184.068,43	1.422.613,41	12.991.414,84	88,97	11.602.264,62		
LEGISLATIVA	946.000,00	946.000,00	2.056,89	2.056,89	2,38	943.943,11	0,00	943.943,11	2,81	536.100,22		
Ação Legislativa	946.000,00	946.000,00	2.056,89	2.056,89	2,38	943.943,11	0,00	943.943,11	2,81	536.100,22		
ADMINISTRAÇÃO	2.465.770,00	2.654.469,62	408.181,06	1.524.298,97	9,51	1.130.170,65	378.273,82	1.452.122,94	9,94	1.202.347,35		
Administração Geral	2.063.213,00	2.348.812,62	369.141,64	1.329.458,69	8,30	1.019.355,93	339.234,04	1.258.645,99	8,62	1.090.347,63		
Administração Financeira	358.657,00	305.657,00	39.039,42	194.842,28	1,22	108.814,72	39.039,42	193.875,28	1,31	109.999,72		
Administração de Recursos	43.900,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00		
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.340.825,00	2.053.148,38	150.103,98	1.084.977,03	6,77	968.171,35	477.745,25	1.028.444,92	7,04	1.024.703,46		
Assistência ao Idoso	228.835,00	246.428,45	10.903,46	63.678,20	0,40	162.758,17	19.159,00	42.937,24	0,29	203.491,21		
Assistência à Criança e ao Adolescente	313.450,00	459.433,76	47.540,32	246.761,71	1,53	213.974,08	52.919,62	238.059,39	1,61	220.806,90		
Assistência Comunitária	798.540,00	1.348.284,14	92.047,20	776.845,04	4,85	571.439,10	415.665,83	747.080,79	5,12	601.203,35		
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.650.000,00	3.420.000,00	102.243,50	1.572.080,99	9,81	1.847.919,01	402.243,50	1.572.080,99	10,77	1.847.919,01		
Providência do Regime Estatutário	3.650.000,00	3.420.000,00	102.243,50	1.572.080,99	9,81	1.847.919,01	402.243,50	1.572.080,99	10,77	1.847.919,01		
Saúde	4.542.975,26	5.663.267,31	800.613,62	3.636.772,74	22,70	2.026.494,57	873.811,00	3.459.466,36	23,61	2.122.520,45		
Atenção Básica	2.254.037,50	3.288.795,31	326.052,55	2.008.304,66	12,54	1.280.490,65	372.579,19	1.926.376,69	13,19	1.362.418,62		
Atenção Hospitalar e Ambulatorial	2.103.420,00	2.091.794,61	476.066,32	1.562.325,92	9,75	529.468,69	499.488,58	1.467.390,95	10,05	624.031,66		
Vigilância Sanitária	114.940,00	217.327,39	434,25	60.881,66	0,38	156.665,73	2.303,33	51.283,72	0,35	166.108,67		
Vigilância Epidemiológica	70.350,00	65.250,00	5.602,50	5.460,50	0,03	5.889,50	5.460,50	5.889,50	0,04	59.889,50		
EDUCAÇÃO	3.614.690,00	4.315.285,01	601.161,31	2.516.235,22	15,71	1.799.049,79	692.413,54	2.388.654,26	16,36	1.926.630,75		
Educação Fundamental	2.760.300,00	3.021.995,01	472.237,01	1.830.567,18	11,43	1.191.427,81	533.541,12	1.744.451,05	11,95	1.277.543,96		
Educação Infantil	600,00	120.000,00	0,00	0,00	0,75	0,00	0,00	84.000,00	0,38	36.000,00		
Educação Infantil	819.290,00	1.163.990,00	127.924,30	556.662,31	3,47	667.327,27	134.872,42	551.197,99	3,77	612.792,10		
Educação de Jovens e Adultos	9.300,00	9.300,00	0,00	0,00	0,00	294,69	0,00	0,00	0,00	294,69		
Educação Especial	258.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CULTURA	132.280,00	117.280,00	17.669,34	71.241,01	0,45	45.138,79	17.669,34	72.143,21	0,49	45.136,79		
Urbanismo	132.280,00	117.280,00	17.669,34	71.241,01	0,45	45.138,79	17.669,34	72.143,21	0,49	45.136,79		
URBANOISMO	1.941.800,00	3.013.962,95	308.075,96	2.321.888,15	14,49	692.074,80	391.734,55	1.379.763,69	9,45	1.634.199,26		
Infra-Estrutura Urbana	400.000,00	1.314.279,15	44.003,02	970.529,02	0,66	342.794,23	0,00	1.162.903,77	0,80	1.197.888,78		
Serviços Urbanos	1.541.800,00	1.699.683,80	264.072,94	1.351.359,13	8,44	348.257,57	391.734,55	1.261.073,32	8,65	1.436.210,48		
GESTÃO AMBIENTAL	418.500,00	49.041,76	5.667,05	27.848,01	0,17	21.193,75	5.667,05	27.848,01	0,19	21.193,75		
Controle Ambiental	418.500,00	49.041,76	5.667,05	27.848,01	0,17	21.193,75	5.667,05	27.848,01	0,19	21.193,75		
AGRICULTURA	509.200,00	875.375,53	44.894,63	631.197,97	3,94	244.177,58	36.985,53	620.297,07	4,25	255.188,48		
AGRICULTURA	470.900,00	842.425,55	44.822,55	631.197,97	3,93	244.177,58	36.972,72	618.087,06	4,25	254.617,69		
Promoção da Produção Agropecuária	38.300,00	32.950,00	270,81	0,00	0,00	32.950,00	270,81	0,00	0,00	32.950,00		
INDÚSTRIA	69.750,00	33.175,00	238,43	2.121,42	0,01	31.053,58	238,43	2.121,42	0,01	31.053,58		
Promoção Industrial	69.750,00	33.175,00	238,43	2.121,42	0,01	31.053,58	238,43	2.121,42	0,01	31.053,58		
TRANSPORTE	601.500,00	375.743,38	107.401,63	177.772,18	0,67	268.341,75	91.489,99	284.284,39	0,60	284.284,39		
Transporte Rodoviário	601.500,00	375.743,38	107.401,63	177.772,18	0,67	268.341,75	91.489,99	284.284,39	0,60	284.284,39		
DESPORTO E LAZER	166.000,00	162.100,00	22.285,74	82.188,48	0,51	79.911,52	20.394,68	79.777,42	0,55	82.322,58		
Lazer	166.000,00	162.100,00	22.285,74	82.188,48	0,51	79.911,52	20.394,68	79.777,42	0,55	82.322,58		
DESPORTOS ESPECIAIS	1.017.550,50	186.750,50	102.493,58	145.545,95	2,60	370.204,55	102.493,58	416.545,95	2,85	370.204,55		
Serviço de Divisão Interna	675.500,00	525.500,00	72.456,69	295.755,75	1,85	229.744,25	72.456,69	295.755,75	2,03	229.744,25		
Outros Esportes Especiais	342.050,50	261.250,50	30.036,89	129.790,20	0,75	129.790,20	30.036,89	129.790,20	0,75	129.790,20		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	228.100,00	128.100,00	0,00	0,00	0,00	128.100,00	0,00	0,00	0,00	128.100,00		
Providência do Regime Estatutário	30.500,00	30.500,00	0,00	0,00	0,00	30.500,00	0,00	0,00	0,00	30.500,00		
Reserva de Contingência	197.600,00	97.600,00	0,00	0,00	0,00	97.600,00	0,00	0,00	0,00	97.600,00		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.141.171,00	2.460.220,00	392.611,69	1.616.878,66	10,00	1.052.646,52	392.611,69	1.616.878,66	11,00	1.052.646,52		
LEGISLATIVA	124.000,00	124.000,00	0,00	43.348,81	0,27	80.651,19	0,00	43.348,81	0,30	80.651,19		
Ação Legislativa	124.000,00	124.000,00	0,00	43.348,81	0,27	80.651,19	0,00	43.348,81	0,30	80.651,19		
ADMINISTRAÇÃO	833.600,00	1.122.250,00	214.078,52	732.154,29	4,57	399.075,71	214.078,52	732.154,29	5,01	399.075,71		
Administração Geral	797.870,00	1.097.887,00	210.465,08	717.706,51	4,48	380.181,47	210.465,08	717.706,51	4,92	380.181,47		
Administração Financeira	24.730,00	24.363,00	3.613,44	14.453,76	0,09	9.899,24	3.613,44	14.453,76	1,00	9.899,24		
Administração de Recursos	134.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
ASSISTÊNCIA SOCIAL	881.150,00	59.848,00	5.516,07	22.299,99	0,14	37.548,61	5.516,07	22.299,99	0,15	37.548,61		
Assistência ao Idoso	11.165,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.165,00	0,00	0,00	0,00	11.165,00		
Assistência à Criança e ao Adolescente	19.250,00	19.250,00	1.620,44	6.481,76	0,04	12.768,24	1.620,44	6.481,76	0,04	12.768,24		
Assistência Comunitária	27.700,00	29.413,46	3.895,63	15.818,23	0,10	13.615,37	3.895,63	15.818,23	0,11	13.615,37		
Saúde	404.120,00	542.817,39	329.538,71	2.061.237,68	2,86	233.278,68	329.538,71	2.061.237,68	2,28	233.278,68		
Atenção Básica	354.302,00	482.927,39	384.417,07	296.279,46	1,85	186.646,96	384.417,07	296.279,46	1,85	186.646,96		
Atenção Hospitalar e Ambulatorial	41.200,00	51.200,00	18.938,01	33.261,91	0,21	17.938,09	18.938,01	33.261,91	0,23	17.938,09		
Vigilância Sanitária	43.800,00	4.840,00	0,00	0,00	0,00	4.840,00	0,00	0,00	0,00	4.840,00		
Vigilância Epidemiológica	3.850,00	3.850,00	0,00	0,00	0,00	3.850,00	0,00	0,00	0,00	3.850,00		
EDUCAÇÃO	570.510,00	664.914,99	93.332,95	394.281,99	2,46	270.613,00	93.332,95	394.281,99	2,26	270.613,00		
Educação Fundamental	474.900,00	577.504,99	84.390,69	344.358,44	2,15	233.146,55	84.390,69	344.358,44	2,36	233.146,55		
Educação Infantil	87.410,00	87.410,00	9.942,26	49.925,53	0,13	37.466,45	9.942,26	49.925,53	0,14	37.466,45		
Educação Infantil	82.600,00	82.600,00	9.942,26	49.925,53	0,12	37.466,45	9.942,26	49.925,53	0,13	37.466,45		
CULTURA	132.280,00	112.280,00	1.266,66	5.044,22	0,03	8.175,78	1.266,66	5.044,22	0,03	8.175,78		
Urbanismo	132.280,00	112.280,00	1.266,66	5.044,22	0,03	8.175,78	1.266,66	5.044,22	0,03	8.175,78		
URBANOISMO	102.200,00	103.200,00	18.531,68	75.617,36	0,47	27.582,64	18.531,68	75.617,36	0,52	27.582,64		
Infra-Estrutura Urbana	102.200,00	103.200,00	18.531,68	75.617,36	0,47	27.582,64	18.531,68	75.617,36	0,52	27.582,64		
GESTÃO AMBIENTAL	3.150,00	3.150,00	0,00	0,00	0,00	3.150,00	0,00	0,00	0,00	3.150,00		
Controle Ambiental	3.150,00	3.150,00	0,00	0,00	0,00	3.150,00	0,00	0,00	0,00	3.150,00		
AGRICULTURA	13.800,00	13.800,00	1.241,34	4.021,85	0,03	9.778,15	1.241,34	4.021,85	0,03	9.778,15		
AGRICULTURA	12.100,00	12.100,00	1.241,34	4.021,85	0,03	8.878,15	1.241,34	4.021,85	0,03	8.878,15		
Promoção da Produção Agropecuária	1.700,00	1.700,00	0,00	0,00	0,00	1.700,00	0,00	0,00	0,00	1.700,00		
INDÚSTRIA	1.250,00	1.250,00	0,00									

leis@ilustrado.com.br

	MUNICÍPIO DE BRASÍLIA DO SUL PODER EXECUTIVO ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2018 a 2093				
	RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				Em Reais
	PLANO PREVIDENCIÁRIO				
	EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = "C" mais, menos 3 = (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00	
2019	0,00	0,00	0,00	0,00	
2020	0,00	0,00	0,00	0,00	
2021	0,00	0,00	0,00	0,00	
2022	0,00	0,00	0,00	0,00	
2023	0,00	0,00	0,00	0,00	
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	
2025	0,00	0,00	0,00	0,00	
2026	0,00	0,00	0,00	0,00	
2027	0,00	0,00	0,00	0,00	
2028	0,00	0,00	0,00	0,00	
2029	0,00	0,00	0,00	0,00	
2030	0,00	0,00	0,00	0,00	
2031	0,00	0,00	0,00	0,00	
2032	0,00	0,00	0,00	0,00	
2033	0,00	0,00	0,00	0,00	
2034	0,00	0,00	0,00	0,00	
2035	0,00	0,00	0,00	0,00	
2036	0,00	0,00	0,00	0,00	
2037	0,00	0,00	0,00	0,00	
2038	0,00	0,00	0,00	0,00	
2039	0,00	0,00	0,00	0,00	
2040	0,00	0,00	0,00	0,00	
2041	0,00	0,00	0,00	0,00	
2042	0,00	0,00	0,00	0,00	
2043	0,00	0,00	0,00	0,00	
2044	0,00	0,00	0,00	0,00	
2045	0,00	0,00	0,00	0,00	
2046	0,00	0,00	0,00	0,00	
2047	0,00	0,00	0,00	0,00	
2048	0,00	0,00	0,00	0,00	
2049	0,00	0,00	0,00	0,00	
2050	0,00	0,00	0,00	0,00	
2051	0,00	0,00	0,00	0,00	
2052	0,00	0,00	0,00	0,00	
2053	0,00	0,00	0,00	0,00	
2054	0,00	0,00	0,00	0,00	
2055	0,00	0,00	0,00	0,00	
2056	0,00	0,00	0,00	0,00	
2057	0,00	0,00	0,00	0,00	
2058	0,00	0,00	0,00	0,00	
2059	0,00	0,00	0,00	0,00	
2060	0,00	0,00	0,00	0,00	
2061	0,00	0,00	0,00	0,00	
2062	0,00	0,00	0,00	0,00	
2063	0,00	0,00	0,00	0,00	
2064	0,00	0,00	0,00	0,00	
2065	0,00	0,00	0,00	0,00	
2066	0,00	0,00	0,00	0,00	
2067	0,00	0,00	0,00	0,00	
2068	0,00	0,00	0,00	0,00	
RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)					Em Reais
2069	0,00	0,00	0,00	0,00	
2070	0,00	0,00	0,00	0,00	
2071	0,00	0,00	0,00	0,00	
2072	0,00	0,00	0,00	0,00	
2073	0,00	0,00	0,00	0,00	
2074	0,00	0,00	0,00	0,00	
2075	0,00	0,00	0,00	0,00	
2076	0,00	0,00	0,00	0,00	
2077	0,00	0,00	0,00	0,00	
2078	0,00	0,00	0,00	0,00	
2079	0,00	0,00	0,00	0,00	
2080	0,00	0,00	0,00	0,00	
2081	0,00	0,00	0,00	0,00	
2082	0,00	0,00	0,00	0,00	
2083	0,00	0,00	0,00	0,00	
2084	0,00	0,00	0,00	0,00	
2085	0,00	0,00	0,00	0,00	
2086	0,00	0,00	0,00	0,00	
2087	0,00	0,00	0,00	0,00	
2088	0,00	0,00	0,00	0,00	
2089	0,00	0,00	0,00	0,00	
2090	0,00	0,00	0,00	0,00	
2091	0,00	0,00	0,00	0,00	
2092	0,00	0,00	0,00	0,00	
2093	0,00	0,00	0,00	0,00	
RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)					Em Reais
PLANO FINANCEIRO					
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = "C" mais, menos 3 = (c)	
2018	0,00	0,00	0,00	0,00	
2019	0,00	0,00	0,00	0,00	
2020	0,00	0,00	0,00	0,00	
2021	0,00	0,00	0,00	0,00	
2022	0,00	0,00	0,00	0,00	
2023	0,00	0,00	0,00	0,00	

2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00

RRIO - ANEXO 10 (LRF art. 53, § 1º, inciso II)				Em Reais
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00

[illegible]

SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVENDO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Rua Pref. Carlito S. Villela, 376 - Centro - Caixa Postal: 13 - Ffne: (44) 3677-1229
 CGC/ME - 80.907 835/0001-69 - CEP: 87.430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2019
 MODALIDADE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Dispensa Nº 034/2019

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
 Diretor: Ramiro Cândido de Souza Junior
 CNPJ - 80.907 835/0001-69

CONTRATADA: Elson Bragaum Junior ME
 CNPJ - 27.678 634/0001-10

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção no sistema via rádio do Samae de Tapejara, sendo: Retirar o quadro do transmissor da caixa de água da sede e instalar em cima da laje. Manutenção no quadro de comando do transmissor da caixa de água da sede. Substituir o transmissor, o cabo da antena e os conectores do via rádio da sede; Substituição dos conectores UHF e SMA macho para RG-58 dos poços da Hortê e Campão; Codificação do transmissor via rádio substituído; Testes.

VALOR: R\$4.350,00 (quatro mil, trezentos e cinquenta reais).

DATA: 17 de setembro de 2019.

Ramiro Cândido de Souza Junior **Elson Bragaum Junior**



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA
CNPJ. 72.540.545/0001-00

AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 611 – FONE (44) 3677-1366

CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

ATO DA MESA Nº 030/2019

SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias.

A MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DE SUA PRERROGATIVA LEGAL BAIXA O SEGUINTE ATO:

Art. 1º - Fica autorizado o servidor Abel Domingues de Souza, Técnico Contábil da Câmara Municipal de Tapejara, a viajar à cidade de Maringá-PR, no dia 18 de setembro de 2019, para participar do treinamento o NOVO ESOCIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, que será ministrado pela empresa Domínio Legis Assessoria e Treinamento, conforme requerimento anexo, cabendo-lhe o pagamento antecipado de 01 (uma) diária fracionada, no valor de R\$ 200,00 (Duzentos reais) para cobrir as despesas com transporte e alimentação, em conformidade com a RESOLUÇÃO nº 001/2011, promulgada por essa Casa.

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tapejara, em 13 de setembro de 2019.


ROGÉRIO FRANCISCHINI
Presidente


MARCELLO RODRIGUES
1º Secretário


FELIPE EMANUEL PAIO DE LIMA
2º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 0129/2019
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURÍDICA, DA ÁREA DA SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA ENFERMAGEM, TÉCNICO DE ENFERMAGEM E PLANTONISTA, EM REGIME DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO-PA, 24 HORAS, DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA/PR...
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 0015/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA
CONTRATADA: ALIENE BARROS COLOMBO AGUILERA, ME.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) mês
VALOR: R\$ 143,68 (cento e trinta e três reais e sessenta e oito centavos)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR
Tapejara/PR, 06 de setembro de 2019
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº: 0131/2019
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURÍDICA, DA ÁREA DA SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA ENFERMAGEM, TÉCNICO DE ENFERMAGEM E PLANTONISTA, EM REGIME DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO-PA, 24 HORAS, DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA/PR...
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 0015/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA
CONTRATADA: AS DELGADO CLINICA MEDICA ME
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) mês
VALOR: R\$ 1.282,39 (um mil, duzentos e oitenta e dois reais e trinta e nove centavos)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR
Tapejara/PR, 06 de setembro de 2019
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº: 0133/2019
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURÍDICA, DA ÁREA DA SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA ENFERMAGEM, TÉCNICO DE ENFERMAGEM E PLANTONISTA, EM REGIME DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO-PA, 24 HORAS, DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA/PR...
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 0015/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA
CONTRATADA: ANGIO CLINICA MEDICA LTDA
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) mês
VALOR: R\$ 1.071,84 (um mil e setenta e um reais e oitenta e quatro centavos)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR
Tapejara/PR, 06 de setembro de 2019
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE
Prefeito Municipal

Publicações Regais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0133/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURÍDICA, DA ÁREA DA SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICOS ENFERMAGEM, TÉCNICO DE ENFERMAGEM E PLANTONISTA, EM REGIME DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO-PA, 24 HORAS, DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA/PR.

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 0015/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA

CONTRATADA: CLÍNICA MÉDICA DR. FERNANDO ARAUJO LTDA.

PRazo DE EXECUÇÃO: 01 (um) mês

VALOR: R\$ 2.564,78 (dois mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta e oito centavos)

FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR

Tapejara/PR, 06 de setembro de 2019

RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0134/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURÍDICA, DA ÁREA DA SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICOS ENFERMAGEM, TÉCNICO DE ENFERMAGEM E PLANTONISTA, EM REGIME DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO-PA, 24 HORAS, DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA/PR.

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 0015/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA

CONTRATADA: CLÍNICA MÉDICA JULIO CEZAR BARRETO - EIRELI

PRazo DE EXECUÇÃO: 01 (um) mês

VALOR: R\$ 4.287,36 (quatro mil, duzentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos)

FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR

Tapejara/PR, 06 de setembro de 2019

RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0135/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURÍDICA, DA ÁREA DA SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICOS ENFERMAGEM, TÉCNICO DE ENFERMAGEM E PLANTONISTA, EM REGIME DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO-PA, 24 HORAS, DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA/PR.

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 0015/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA

CONTRATADA: DIEGO EGASHIRA OLIVEIRA

PRazo DE EXECUÇÃO: 01 (um) mês

VALOR: R\$ 13,53 (oito mil, cento e trinta e quatro reais e cinquenta e três centavos)

FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR

Tapejara/PR, 06 de setembro de 2019

RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TAPEJARA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENACÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2.019/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RR-EO - ANEXO XI (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RS 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (b) - (a) = (+) ou (-)
RECEITAS DE ALIENACÃO DE ATIVOS (I)	51.383,32	304.492,72	-253.109,40
Recicla de Alienação de Bens Móveis	24.620,00	157.500,00	-132.880,00
Recicla de Alienação de Bens Imóveis	23.389,00	142.658,45	-119.269,45
Recicla de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Recicla de Rendimento de Aplicações Financeiras	3.374,32	4.334,27	-959,95

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS (b)	DESPESAS LIQUIDADAS (c)	DESPESAS PAGAS (d)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (b) - (a) = (+) ou (-)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENACÃO DE ATIVOS (II)	140.380,40	86.066,95	86.066,95	86.066,95	0,00	0,00	54.313,45
Despesa de Capital	140.380,40	86.066,95	86.066,95	86.066,95	0,00	0,00	54.313,45
Investimentos	140.380,40	86.066,95	86.066,95	86.066,95	0,00	0,00	54.313,45
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Corrente dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2018 (I)	2019 (j) = (b) - (d) + (e) - (f)	SALDO ATUAL (b) - (c) = (+) ou (-)
VALOR (III)	282.535,75	218.425,77	500.961,52

FORNTE: Sistema Único Gestão Pública, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE TAPEJARA, emitiu em 17/09/2019 às 08h e 45m.

RR-EO - ANEXO XI (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RS 1,00

Rodrigo de Oliveira Souza Koike
Prefeito Municipal

WILSON ROBERTO BARBOSA SERRA
Controlador - CRC 15797-9/O

CARLOS PEREIRA DOS SANTOS
Controlador Interno

Roberson de Oliveira Souza
Secretário de Finanças

MUNICÍPIO DE TAPEJARA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2.019

RR-EO - ANEXO XI (LRF, art. 55, inciso I, Lema "a", art. 46, §1º)

RS 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00
AS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I) + (II) + (III) + (IV)	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	49.274.596,42	50.653.556,66
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (-22%)	10.840.391,41	11.143.782,47
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (-19,80%)	9.756.352,27	10.029.404,22
	10.099.431,45	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019
Aos 1ºº Quadrimestre	Aos 2ºº Quadrimestre	Aos 3ºº Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00
Em Garantia as operações de Crédito Externas	0,00	0,00
Em Garantia as operações de Crédito Internas	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00
Em Garantia as operações de Crédito Externas	0,00	0,00
Em Garantia as operações de Crédito Internas	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00
Em Garantia as operações de Crédito Externas	0,00	0,00
Em Garantia as operações de Crédito Internas	0,00	0,00
EM GARANTIA POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII) + (VIII) + (IX) + (X)	0,00	0,00
MEIDAS CORRETIVAS	0,00	0,00

FORNTE: Sistema Único Gestão Pública, Unidade Responsável: emitiu em 17/09/2019 às 08h e 25m.

RR-EO - ANEXO XI (LRF, art. 55, inciso I, Lema "a", art. 46, §1º)

RS 1,00

Rodrigo de Oliveira Souza Koike
Prefeito Municipal

WILSON ROBERTO BARBOSA SERRA
Controlador - CRC 15797-9/O

CARLOS PEREIRA DOS SANTOS
Controlador Interno

Roberson de Oliveira Souza
Secretário de Finanças

MUNICÍPIO DE TAPEJARA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2.019/QUADRIMESTRE MAIO-AGOSTO

RR-EO - ANEXO XI (LRF, art. 55, inciso I, Lema "a", art. 46, §1º)

RS 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	VALOR REALIZADO
	No Quadrimestre de Referência	Aos 3ºº Quadrimestre de Referência (a)
Mobilização	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	1.305.137,92	2.034.033,94
Emprestimos	1.305.137,92	2.034.033,94
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação § 1º (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Emprestimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação § 1º (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	1.305.137,92	2.034.033,94
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	51.007.229,56	-
DETERMINAÇÃO DE VÍCIO (V) = (III) - (IV)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APLICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (III) - (V) - (a)	2.034.033,94	3,99
LIMITE RELATIVO DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS (10%)	8.161.156,73	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (-14,40%)	7.345.041,06	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.570.506,07	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	VALOR REALIZADO
	No Quadrimestre de Referência	Aos 3ºº Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FORNTE: Sistema Único Gestão Pública, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE TAPEJARA, emitiu em 17/09/2019 às 08h e 26m.
Cuidado: Manual de Instrução de Preenchimento - MPF/PC/PC/PR, com alterações para ser utilizado em conjunto com o Manual de Instrução de Preenchimento de Formulários. No entanto, uma vez concluída, os fluxos de trabalho operacionais terão os dados consolidados para fins de contratação de outras operações de crédito.

Rodrigo de Oliveira Souza Koike
Prefeito Municipal

WILSON ROBERTO BARBOSA SERRA
Controlador - CRC 15797-9/O

CARLOS PEREIRA DOS SANTOS
Controlador Interno

Roberson de Oliveira Souza
Secretário de Finanças

MUNICÍPIO DE TAPEJARA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2.019/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RR-EO - ANEXO XI (LRF, art. 55, inciso I, Lema "a", art. 46, §1º)

RS 1,00

RECEITA - ANEXO II (RF, 22, 12, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100)

R\$ 100

RECEITAS

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	% Até o Período (b/a)	% Até o Período (b/a)	SALDO (+) ou (-)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	6.000.000,00	7.939.764,31	11.340.000,00	141,83	141,83	4.340.235,69
RECEITAS CORRENTES	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	100,00	100,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.264.125,00	7.264.125,00	800.362,00	11,01	11,01	-6.463.763,00
Impostos	3.264.171,00	3.264.171,00	300.000,00	9,19	9,19	-2.964.171,00
Taxas	918.420,00	918.420,00	50.362,00	5,48	5,48	-868.058,00
Contribuição de Melhoria	3.085.534,00	3.085.534,00	250.000,00	8,10	8,10	-2.835.534,00
CONTRIBUIÇÕES	1.289.420,00	1.289.420,00	171.432,00	13,30	13,30	-1.117.988,00
Contribuições Sociais	1.000.000,00	1.000.000,00	100.000,00	10,00	10,00	-900.000,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	4.912.790,00	5.000.000,00	4.912.790,00	100,00	100,00	-7.200,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	4.912.790,00	5.000.000,00	4.912.790,00	100,00	100,00	-7.200,00
Atividade Econômica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.166.100,00	3.166.100,00	453.238,00	14,32	14,32	-2.712.862,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.000.000,00	1.000.000,00	100.000,00	10,00	10,00	-900.000,00
Serviços e Atividades referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	63.000,00	63.000,00	6.000,00	9,52	9,52	-57.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	40.000.000,00	40.000.000,00	40.000.000,00	100,00	100,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	21.111.420,00	21.111.420,00	21.111.420,00	100,00	100,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	17.188.175,00	17.188.175,00	17.188.175,00	100,00	100,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	4.150,00	4.150,00	4.150,00	100,00	100,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	6.650.000,00	6.650.000,00	6.650.000,00	100,00	100,00	0,00
Transferências de Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	65.020,00	65.020,00	65.020,00	100,00	100,00	-43.105,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	65.020,00	65.020,00	65.020,00	100,00	100,00	-43.105,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	40.000,00	12.110.000,00	1.000.452,00	2,50	2,50	-28.890,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	4.700.000,00	4.700.000,00	100,00	100,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	4.700.000,00	4.700.000,00	100,00	100,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	40.000,00	12.110.000,00	1.000.452,00	2,50	2,50	-28.890,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	7.410.000,00	49.000,00	0,66	0,66	-7.361.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	1.100.000,00	1.100.000,00	100,00	100,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	6.100.000,00	47.900,00	0,79	0,79	-6.052.100,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE TAPEARA PODER EXECUTIVO ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO DE 2.019											
RREO - ANEXO V (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")											
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS										
	RECURSOS DE CAIXA BRUTA				RECURSOS DE CAIXA LÍQUIDA				RECURSOS DE CAIXA LÍQUIDA NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k)
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	46.538.774,56	268.241,38	1.241.914,82	369.278,94	0,00	0,00	44.619.339,22	2.801.133,87	39.608,18	41.838.205,35	0,00
Recursos Ordinários	46.538.774,56	268.241,38	1.241.914,82	369.278,94	0,00	0,00	44.619.339,22	2.801.133,87	39.608,18	41.838.205,35	0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECURSOS VINCULADOS (II)	4.814.902,81	457.068,75	1.477.425,78	1.233.293,25	614.235,54	0,00	1.831.851,50	3.799.646,56	0,00	2.764.833,66	0,00
Recursos de Importação e de Transferência de Impostos - Educação	272.161,67	0,00	64.441,69	2.705,62	0,00	0,00	289.014,36	212.777,11	0,00	7.762,55	0,00
Transferência do FUNDEB 40%	83.326,18	2.244,13	453.073,86	3.938,85	0,00	0,00	460.581,67	1.326.429,61	0,00	371.069,34	0,00
Transferência do FUNDEB 40%	10.271,19	3.711,42	16.443,95	0,00	0,00	0,00	-10.080,38	37.382,81	0,00	-47.403,19	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	188.593,91	79.454,28	200.201,11	75.142,72	0,00	0,00	-179.768,20	270.942,69	0,00	-541.010,69	0,00
Recursos de Importação e de Transferência de Impostos - Saúde	47.612,67	330.972,14	554.603,35	48.235,60	0,00	0,00	-479.279,91	100.017,38	0,00	-467.295,99	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	1.043.181,11	14.876,51	166.424,69	166.001,00	0,00	0,00	461.907,67	1.326.429,61	0,00	-664.286,01	0,00
Outros Recursos Destinados à Assistência Social	11.317,90	0,00	0,00	6.227,11	0,00	0,00	109.130,63	16.759,24	0,00	80.371,43	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Facultativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (recursos destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	483.355,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	483.355,24	0,00	0,00	483.355,24	0,00
Outros Destinações Vinculadas de Recursos	1.429.210,64	2.796,43	20.805,05	949.761,61	614.235,54	0,00	-151.614,29	1.642.031,05	0,00	-1.806.649,34	0,00
TOTAL (III) = (I) + (II)	51.353.677,37	725.310,13	2.719.340,60	1.602.572,19	614.235,54	0,00	46.451.190,72	6.600.780,43	39.608,18	20.071.272,29	0,00

Fonte: Sistema Eltech Gestão Pública, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE TAPEARA, emitido em 17/09/2019 às 08h e 25m.

RREO - ANEXO V (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")											
RREO - ANEXO V (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")											
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS										
	RECURSOS DE CAIXA BRUTA				RECURSOS DE CAIXA LÍQUIDA				RECURSOS DE CAIXA LÍQUIDA NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k)
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	46.538.774,56	268.241,38	1.241.914,82	369.278,94	0,00	0,00	44.619.339,22	2.801.133,87	39.608,18	41.838.205,35	0,00
Recursos Ordinários	46.538.774,56	268.241,38	1.241.914,82	369.278,94	0,00	0,00	44.619.339,22	2.801.133,87	39.608,18	41.838.205,35	0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECURSOS VINCULADOS (II)	4.814.902,81	457.068,75	1.477.425,78	1.233.293,25	614.235,54	0,00	1.831.851,50	3.799.646,56	0,00	2.764.833,66	0,00
Recursos de Importação e de Transferência de Impostos - Educação	272.161,67	0,00	64.441,69	2.705,62	0,00	0,00	289.014,36	212.777,11	0,00	7.762,55	0,00
Transferência do FUNDEB 40%	83.326,18	2.244,13	453.073,86	3.938,85	0,00	0,00	460.581,67	1.326.429,61	0,00	371.069,34	0,00
Transferência do FUNDEB 40%	10.271,19	3.711,42	16.443,95	0,00	0,00	0,00	-10.080,38	37.382,81	0,00	-47.403,19	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	188.593,91	79.454,28	200.201,11	75.142,72	0,00	0,00	-179.768,20	270.942,69	0,00	-541.010,69	0,00
Recursos de Importação e de Transferência de Impostos - Saúde	47.612,67	330.972,14	554.603,35	48.235,60	0,00	0,00	-479.279,91	100.017,38	0,00	-467.295,99	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	1.043.181,11	14.876,51	166.424,69	166.001,00	0,00	0,00	461.907,67	1.326.429,61	0,00	-664.286,01	0,00
Outros Recursos Destinados à Assistência Social	11.317,90	0,00	0,00	6.227,11	0,00	0,00	109.130,63	16.759,24	0,00	80.371,43	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Facultativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (recursos destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	483.355,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	483.355,24	0,00	0,00	483.355,24	0,00
Outros Destinações Vinculadas de Recursos	1.429.210,64	2.796,43	20.805,05	949.761,61	614.235,54	0,00	-151.614,29	1.642.031,05	0,00	-1.806.649,34	0,00
TOTAL (III) = (I) + (II)	51.353.677,37	725.310,13	2.719.340,60	1.602.572,19	614.235,54	0,00	46.451.190,72	6.600.780,43	39.608,18	20.071.272,29	0,00

Fonte: Sistema Eltech Gestão Pública, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE TAPEARA, emitido em 17/09/2019 às 08h e 25m.

RREO - ANEXO V (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")											
RREO - ANEXO V (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")											
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS										
	RECURSOS DE CAIXA BRUTA				RECURSOS DE CAIXA LÍQUIDA				RECURSOS DE CAIXA LÍQUIDA NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k)
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	46.538.774,56	268.241,38	1.241.914,82	369.278,94	0,00	0,00	44.619.339,22	2.801.133,87	39.608,18	41.838.205,35	0,00
Recursos Ordinários	46.538.774,56	268.241,38	1.241.914,82	369.278,94	0,00	0,00	44.619.339,22	2.801.133,87	39.608,18	41.838.205,35	0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECURSOS VINCULADOS (II)	4.814.902,81	457.068,75	1.477.425,78	1.233.293,25	614.235,54	0,00	1.831.851,50	3.799.646,56	0,00	2.764.833,66	0,00
Recursos de Importação e de Transferência de Impostos - Educação	272.161,67	0,00	64.441,69	2.705,62	0,00	0,00	289.014,36	212.777,11	0,00	7.762,55	0,00
Transferência do FUNDEB 40%	83.326,18	2.244,13	453.073,86	3.938,85	0,00	0,00	460.581,67	1.326.429,61	0,00	371.069,34	0,00
Transferência do FUNDEB 40%	10.271,19	3.711,42	16.443,95	0,00	0,00	0,00	-10.080,38	37.382,81	0,00	-47.403,19	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	188.593,91	79.454,28	200.201,11	75.142,72	0,00	0,00	-179.768,20	270.942,69	0,00	-541.010,69	0,00
Recursos de Importação e de Transferência de Impostos - Saúde	47.612,67	330.972,14	554.603,35	48.235,60	0,00	0,00	-479.279,91	100.017,38	0,00	-467.295,99	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	1.043.181,11	14.876,51	166.424,69	166.001,00	0,00	0,00	461.907,67	1.326.429,61	0,00	-664.286,01	0,00
Outros Recursos Destinados à Assistência Social	11.317,90	0,00	0,00	6.227,11	0,00	0,00	109.130,63	16.759,24	0,00	80.371,43	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Facultativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (recursos destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	483.355,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	483.355,24	0,00	0,00	483.355,24	0,00
Outros Destinações Vinculadas de Recursos	1.429.210,64	2.796,43	20.805,05	949.761,61	614.235,54	0,00	-151.614,29	1.642.031,05	0,00	-1.806.649,34	0,00
TOTAL (III) = (I) + (II)	51.353.677,37	725.310,13	2.719.340,60	1.602.572,19	614.235,54	0,00	46.451.190,72	6.600.780,43	39.608,18	20.071.272,29	0,00

Fonte: Sistema Eltech Gestão Pública, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE TAPEARA, emitido em 17/09/2019 às 08h e 25m.

DESPESAS EXECUTADAS (Ítem 12 Meses)														
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDAÇÕES													
	TOTAL (ÍTEM 12 MESES)													
	9/2018	10/2018	11/2018	12/2018	1/2019	2/2019	3/2019	4/2019	5/2019	6/2019	7/2019	8/2019	TOTAL DESPESA COM PESSOAL (R\$)	INSCRITAS EM RESCISÃO PAGAMENTO PROLABORAÇÃO
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.539.798,04	2.176.579,12	2.331.118,00	4.408.427,00	2.400.910,50	2.200.439,53	2.232.898,64	2.330.802,63	2.470.607,91	4.252.510,83	2.420.459,39	3.000.828,52	35.551,54	
Personal	1.070.874,03	2.031.166,76	1.957.960,00	3.808.472,48	2.237.161,43	2.105.384,17	1.981.138,18	2.032.855,59	2.090.690,64	4.205.727,11	2.011.464,25	2.361.901,46	17.222,25	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.718.624,47	1.710.406,21	1.789.000,00	3.378.102,41	1.967.601,64	1.806.164,13	1.720.291,11	1.772.991,91	1.759.997,99	4.183.144,76	1.831.614,44	2.266.909,94	17.625,22	
Obrigações Patronais	228.275,44	240.862,25	232.766,78	464.933,93	248.747,93	237.212,94	241.110,75	247.247,87	248.990,77	222.241,20	222.528,48	3.067.264,49	220,03	
Benefícios Previdenciários	171,72	52.994,52	210.520,75	25.436,66	36.700,50	17.117,71	11.682,46	14.992,50	19.326,48	19.506,26	13.234,86	25.038,95	25,15	
Personal Ativo: Permanentes	117.513,18	197.015,41	99.298,62	361.723,98	246.880,67	214.240,00	213.670,00	214.193,24	212.771,91	2.497.031,93	248.783,24	233.127,98	2.614,00	
Aposentadorias, Reformas e Rendimentos	166.949,58	165.958,95	167.753,90	327.323,95	173.516,00	183.133,04	181.600,23	187.040,60	194.347,78	2.367.114,51	207.596,14	2.516.620,78	0,00	
Pensões	30.581,41	31.119,53	31.533,43	46.927,44	34.313,01	34.799,00	35.313,01	37.157,41	37.584,65	40.093,04	40.691,04	41.335,47	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (1º a 4º de 164.163)	173.194,00	176.000,00	153.800,30	150.213,23	138.000,00	179.844,70	102.471,91	72.845,29	126.834,92	112.855,65	116.713,18	138.868,34	1.761.122,80	18.291,29
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto despesa com pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPTABILIZADAS (1º a 4º de 164.164) (II)	497.702,73	249.425,31	250.502,32	409.130,00	200.649,93	225.462,17	277.557,48	231.186,17	250.523,26	266.836,73	268.241,38	275.281,99	3.906.528,84	
Indenizações por Danos e Incentivos à Demanda Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Descontos de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa de Exercícios Anteriores de Exercícios Vinculados	497.702,73	249.425,31	250.502,32	409.130,00	200.649,93	225.462,17	277.557,48	231.186,17	250.523,26	266.836,73	268.241,38	275.281,99	3.906.528,84	
Instituição Normativa TCU/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PERFIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.110.096,31	2.127.153,81	2.100.615,68	3.999.292,52	2.194.261,57	2.222.103,00	2.161.960,55	2.098.707,91	2.130.122,74	2.207.771,18	4.164.717,62	2.166.178,18	27.839.299,68	35.530,54

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE TEJUPÉRA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME
PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2.019/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

R\$100 – Anexo 6 (LRF, art. 31, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS	
							até o Bimestre 2019	até o Bimestre 2018
RECEITAS CORRENTES (I)			10.168.099,00		10.168.099,00		7.256.372,19	4.992.289,14
Receita de Contribuições das Seguradas			0,00		0,00		1.070.631,93	1.072.405,64
Pessoal Civil			0,00		0,00		1.070.631,93	1.072.405,64
Pessoal Militar			0,00		0,00		0,00	0,00
Pensão			0,00		0,00		1.344,00	1.072.405,64
Máquina			0,00		0,00		0,00	0,00
Aluguel			0,00		0,00		0,00	0,00
Instituto			0,00		0,00		0,00	0,00
Pensão			0,00		0,00		0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais			4.717.500,00		4.717.500,00		1.825.575,52	1.728.015,35
Pessoal Civil			4.717.500,00		4.717.500,00		1.825.575,52	1.728.015,35
Aluguel			4.717.500,00		4.717.500,00		1.825.575,52	1.728.015,35
Máquina			0,00		0,00		0,00	0,00
Pensão			0,00		0,00		0,00	0,00
Aluguel			0,00		0,00		0,00	0,00
Instituto			0,00		0,00		0,00	0,00
Pensão			0,00		0,00		0,00	0,00
Receita Patrimonial			4.512.140,00		4.512.140,00		3.798.620,53	2.111.608,15
Recursos Imobiliários			0,00		0,00		0,00	2.111.608,15
Recursos de Serviços			4.512.140,00		4.512.140,00		3.798.620,53	2.111.608,15
Outras Receitas Patrimoniais			0,00		0,00		0,00	0,00
Recursos de Serviços			0,00		0,00		0,00	0,00
Outras Receitas Correntes			938.450,00		938.450,00		624.542,21	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			0,00		0,00		0,00	0,00
Agente Previdenciário por Atribuição de Deveres Análogos do RPPS (I)			938.450,00		938.450,00		624.542,21	0,00
Outras Receitas Correntes			0,00		0,00		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)			0,00		0,00		0,00	0,00
Aumento de Capital			0,00		0,00		0,00	0,00
Atenuação de Risco, Dividendos e Alíquotas			0,00		0,00		0,00	0,00
Arrecadação de Empréstimos			0,00		0,00		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital			0,00		0,00		0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (I + II - III - IV)			9.229.649,00		9.229.649,00		6.721.820,98	4.994.209,14

	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		ANOTAÇÃO EM DEBITO A PAGAR NA PROXIMAÇÃO	
							até o Bimestre 2019	até o Bimestre 2018
	DOTACÃO INICIAL	DOTACÃO ATUALIZADA	até o Bimestre 2019	até o Bimestre 2018	até o Bimestre 2019	até o Bimestre 2018		
ADMINISTRAÇÃO (V)	500.000,00	500.000,00	296.749,77	192.129,90	296.749,77	192.129,90	0,00	1.660,00
Despesas Correntes	500.000,00	500.000,00	296.749,77	192.029,90	296.749,77	192.049,90	0,00	1.660,00

PREVIDÊNCIA (V)	4.226.000,00	4.226.000,00	1.986.704,00	1.020.022,00	1.020.022,00	1.517.202,00	0,00
APRESENTAÇÃO	4.226.000,00	4.226.000,00	1.986.704,00	1.020.022,00	1.020.022,00	1.517.202,00	0,00
PROJEÇÃO	0,00	0,00	1.304.264,00	1.323.078,00	1.323.078,00	1.296.166,00	0,00
PROJEÇÃO	3.000,00	3.000,00	333.000,00	333.000,00	333.000,00	333.000,00	0,00
Quota Benefícios Previdenciários	3.000,00	3.000,00	333.000,00	333.000,00	333.000,00	333.000,00	0,00
Benefícios e Juros	0,00	0,00	0,00	24.041,31	151.968,55	124.961,31	0,00
Rebates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quota Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quota Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quota Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quota Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quota Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA PREVIDÊNCIA PREVIDENCIÁRIA RPPS (V)=(V - V)	4.652.000,00	4.652.000,00	2.377.968,00	1.546.043,31	2.377.968,55	1.762.163,31	0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VM) - (PV - VM)	4.086.799,00	4.276.770,00	4.441.040,00	4.168.067,00	4.484.440,00	4.186.527,00	6.752.820,00	0,00
RECUSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES								
VALOR								0,00
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA								
REGIO - Anexo 4 (REF. art 33, inciso II)								R\$ 1,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
VALOR								0,00
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA								
APORTES DE RECUSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS								
APORTES REALIZADOS								
Plano de Amortização - Contribuição Patrimonial Suplementar								0,00
Plano de Amortização - Aporte Periodico de Valores								0,00
Prodição								0,00
Obrigo Aportes para o RPPS								0,00
Recursos para Cobertura de Deficit Financeiro								0,00
PERÍODO DE REFERÊNCIA								
BENS E DIREITOS DO RPPS			2.819,00				2018	
Caixa e Equivalentes de Caixa			45.782.450,25				40.739.724,78	
Investimentos e Aplicações			0,00				0,00	
Obrigo Bens e Direitos			1.418.808,36				1.814.697,32	
PLANO FINANCEIRO								
RECITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			RECITAS REALIZADAS					
RECITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	até o Bimestre 2019		até o Bimestre 2018			

RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições (do Segurado)	0,00	0,00	0,00	0,00
Personal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciária	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Personal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Involuntários	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Processada do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aliquota de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IX) + (X) - XI	0,00	0,00	0,00	0,00

[illegible]

Domínio Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XI + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (X) - (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	APORTES REALIZADOS								
Recursos para Cobertura de Inutilidades Financeiras									
Recursos para Formação de Reserva									

_____ Rodrigo de Oliveira Souza Kaska Prefeito Municipal	_____ WILSON ROBERTO BARBOSA SERRA Contador - CRC 15797-9/0	_____ CARLOS PEREIRA DOS SANTOS Controlador Interno
_____ Ederson de Oliveira Sousa		

Secretário de Finanças

[illegible]

PREVIDÊNCIA/PREVILUZ
06 -3 3.90.39.00.0001005OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA 2.500,00
Total Suplementação 2.500,00
Art.2º. Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar descrito no artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes do cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária;
Redução
10.000.00.000.0000.0.000.FUNDO MUN. DOS SERV. PÚBLICOS DE MARILUZ - PREVILUZ
10.001.00.000.0000.0.000.FUNDO MUN. DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. PÚBLICOS DE MARILUZ-PREVILUZ
10.001.04.122.0050.2.101.ADMINISTRAÇÃO E SUPERINTENDÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA/PREVILUZ
04 -3 3.90.30.00.0001005MATERIAL DE CONSUMO 2.500,00
Total Redução: 2.500,00
Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício do Paço Municipal de Mariluz, aos 16 dias do mês de setembro de 2019.
NILSON CARDOSO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

Dispõe sobre a ratificação da primeira alteração do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Estado do Paraná, firmado entre os municípios de Curitiba, Foz de Iguaçu, Ponta Grossa e União da Vitória, e a CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º – As alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciadas na PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISAAMOPAR, de 12 de maio de 2007, e na SEGUNDA ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISAAMOPAR, de 27 de maio de 2007, nos termos do artigo 12 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2007, e do artigo 1º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2007, produzirão efeitos ex tunc, ficando consolidados todos os atos praticados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISAAMOPAR – 12ª Regional de Saúde, desde a sua constituição em 03 de dezembro de 1993.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, aos 17 dias do mês de setembro de 2019.

JOSE CARLOS BASTOS

PORTARIA n.º 1.874/2019
 Concede licença para acompanhar dependente a servidora ANDRÉIA ZANQUETTI SARAM.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, no uso de suas atribuições legais,
 RESOLVE:
 Art. 1º. Conceder a servidora ANDRÉIA ZANQUETTI SARAM, portadora da Cédula de Identidade RG 8.688.820-5-SSP/PR e inscrita no CPF n.º 054.663.259-96, nomeada em 11 de agosto de 2018, pelo regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada no Município de Umuarama, no Município de Educação, licença para acompanhar dependente por 21 (vinte e um) dias, com base no Art. 99, parágrafos 1º e 2º da Lei Complementar 018/1992, alterada pela Lei Complementar n.º 067/1999, conforme o Processo n.º 044/2019, no período de 30 de agosto de 2019 a 19 de setembro de 2019, sem prejuízo de seu vencimento.
 Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAGO MUNICIPAL, aos 16 de setembro de 2019.
CELSO LUIZ POZZOBOM
 Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
 Secretário Municipal de Administração

leis@ilustrado.com.br

AO GEORGE DO PATROCÍNIO		
Un. Orç. 03.07 – Departamento de Serviços Urbanos		
Atividade16.002.0042.231 – Manutenção – Atividades da Defesa Civil		
El. Despesa (111)3.2.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO.....	R\$ 5.000,00	
El. Despesa (112)3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....	R\$ 5.000,00	
Atividade15.452.0014.019 – Manutenção e Encargos do Serviço de Limpeza Pública		
El. Despesa (114)3.3.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS PESSOA FÍSICA.....	R\$ 35.000,00	
El. Despesa (114)3.3.91.13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	R\$ 3.000,00	
Atividade15.452.0014.017 – Manutenção e Encargos da Rede de Iluminação Pública		
El. Despesa (130)4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....	R\$ 5.000,00	
Atividade15.452.0014.019 – Construção, Ampliação e Aquisição de Equipamentos para Praças, Parques e Jardins		
El. Despesa (154)2.0014.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....	R\$ 7.000,00	
Atividade15.452.0014.026 – Manutenção e Atividades de Praças, Parques e Jardins		
El. Despesa (139)3.3.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS PESSOA FÍSICA.....	R\$ 8.000,00	
Un. Orç. 03.08 – Departamento de Habitação		
Atividade26.782.0020.021 – Construção, Ampliação, Reforma e Aquisição de Equipamentos para Pátio Rodoviário		
El. Despesa (152)4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....	R\$ 30.000,00	
Atividade16.782.0020.038 – Manutenção e Encargos do Pátio Rodoviário		
El. Despesa (157)3.3.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS PESSOA FÍSICA.....	R\$ 10.000,00	
El. Despesa (160)3.3.91.13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	R\$ 8.000,00	
Atividade26.782.0020.040 – Manutenção e Encargos do Terminal Rodoviário		
El. Despesa (172)3.3.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS PESSOA FÍSICA.....	R\$ 5.000,00	
El. Despesa (174)3.3.91.13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	R\$ 1.500,00	
Un. Orç. 03.09 – Fundo Municipal de Habitação		
Atividade16.782.0032.027 – Manutenção e Encargos de Programas Habitacionais		
El. Despesa (182)3.3.90.39 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO.....	R\$ 5.000,00	
Un. Orç. 03.10 – Departamento de Habitação		
Atividade16.482.0032.029 – Manutenção e Encargos do Departamento de Habitação		
El. Despesa (185)3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....	R\$ 5.000,00	
Orgão 04 – Secretaria da Fazenda		
Un. Orç. 04.01 – Gabinete do Secretário		
Atividade26.843.0002.048 – Manutenção e Encargos de Débitos com INSS, FGTS, PASEP e Outros		
El. Despesa (124)4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....	R\$ 10.000,00	
El. Despesa (195)6.4.90.71 – PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO.....	R\$ 10.000,00	
Un. Orç. 04.05 – Departamento de Contabilidade		
Atividade26.782.0020.038 – Manutenção e Encargos do Departamento de Contabilidade		
El. Despesa (216)3.3.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS PESSOA FÍSICA.....	R\$ 30.800,00	
Atividade26.782.0020.040 – Manutenção e Encargos do Departamento de Contabilidade		
El. Despesa (216)3.3.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS PESSOA FÍSICA.....	R\$ 30.800,00	
Atividade26.782.0020.040 – Manutenção e Encargos do Departamento de Contabilidade		
El. Despesa (216)3.3.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS PESSOA FÍSICA.....	R\$ 30.800,00	
Orgão 05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes		
Un. Orç. 05.02 – Departamento de Educação		
Atividade12.362.0098.055 – Construção, Ampliação e Reforma da Casa Familiar Rural		
El. Despesa (280)4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....	R\$ 12.000,00	
Un. Orç. 05.04 – Departamento de Educação		
Atividade13.392.0033.028 – Construção, Ampliação, Reforma e Aquisição de Equipamentos para Centros Culturais		
El. Despesa (342)4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....	R\$ 5.000,00	
Atividade26.782.0020.038 – Manutenção e Encargos do Departamento de Cultura Artística		
El. Despesa (343)3.3.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS PESSOA FÍSICA.....	R\$ 5.000,00	
El. Despesa (343)3.3.91.13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	R\$ 1.500,00	
El. Despesa (343)3.3.91.13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	R\$ 1.500,00	
Un. Orç. 05.06 – Departamento de Alimentação e Nutrição Escolar		
Atividade12.361.00232.086 – Manutenção e Encargos da Merenda Escolar		
El. Despesa (346)3.3.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS PESSOA FÍSICA.....	R\$ 5.000,00	
Orgão 06 – Secretaria de Assistência Social		
Un. Orç. 06.01 – Gabinete do Secretário		
Atividade26.244.0014.020 – Manutenção e Encargos da Assistência Social		
El. Despesa (384)3.3.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS PESSOA FÍSICA.....	R\$ 32.000,00	
El. Despesa (387)3.3.91.13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	R\$ 4.000,00	
Atividade26.244.0014.020 – Manutenção e Encargos da Assistência Social		
El. Despesa (387)3.3.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS PESSOA FÍSICA.....	R\$ 4.000,00	
Un. Orç. 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social		
Atividade06.244.0078.121 – Programa Bolsa Família		
El. Despesa (399)3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....	R\$ 5.000,00	
El. Despesa (400)3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....	R\$ 3.300,00	
Orgão 08 – Secretaria da Agricultura		
Un. Orç. 08.01 – Gabinete do Secretário		
Atividade20.122.0032.146 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura		
El. Despesa (512)3.3.91.13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	R\$ 1.000,00	
Un. Orç. 08.02 – Departamento de Agricultura		
Atividade20.607.0121.057 – Construção, Ampliação e Aquisição de Equipamentos para o Sistema de Irrigação		
El. Despesa (537)4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES.....	R\$ 10.000,00	
Atividade20.608.0028.052 – Manutenção e Encargos do Programa de Promoção da Produção Animal		
El. Despesa (543)3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO.....	R\$ 12.000,00	
Orgão 09 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo		
Un. Orç. 09.01 – Gabinete do Secretário		
Atividade18.544.0056.043 – Construção, Ampliação, Reforma e Aquisição de Equipamentos para Secretaria do Meio Ambiente		
El. Despesa (546)4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....	R\$ 10.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
P O R T A R I A Nº 1.878/2019
Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão Presencial nº 004/2019 – PMU
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º - Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão Presencial nº 004/2019 – PMU, que tem por objeto a contratação de empresa, para o fornecimento de sementes boninas, bainhas e luvas, para atender o Programa de Inseminação artificial – PIA, deste Município, tendo sido declarada vencedora a empresa: TRAMONTINI REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA - ME.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 16 de setembro de 2019.
CEL SO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretaria de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ofício nº 109/2019 - S.D., solicitamos ratificação do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, para contratação da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROFESSORES DE NÍVEL SUPERIOR II (INSTITUTO GENESIS BRASIL), para prestação de serviços de palestra e assessoria para a equipe técnica da Secretaria de Educação, deste Município, com inexigibilidade de licitação, de acordo com o artigo 25, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93.
DESPACHO/HOMOLOGAÇÃO: RATIFICO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 025/2019, anexo.
Em 16 de setembro de 2019.
Assina: CELSO LUIZ POZZOBOM - Prefeito Municipal.
RATIFICO EM 16 DE SETEMBRO DE 2019.
CELSO LUIZ POZZOBOM

ESTADO DO PARANÁ
P O R T A R I A Nº 1.877/2019
Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão Presencial nº 02/2019 – SAUDE.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E
Art. 1º Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão Presencial nº 02/2019 – SAUDE, que tem por objeto a aquisição de 01 (um) micro-ônibus, 02(zero)/km, mínimo ano/modelo 2019/2019, que será utilizado no transporte de pacientes em tratamento de saúde, fora do âmbito do SUS, para o atendimento de emergência, conforme processo nº 08931.506000/1180-01 e Portaria nº 4141, tendo sido declarada vencedora a empresa: ICAVEL VEÍCULOS LTDA.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
UMUARAMA, 16 de setembro de 2019.
CESLUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretaria de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
P O R T A R I A Nº 1.879/2019
Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão Presencial nº 085/2019 – PMU
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 085/2019 – PMU, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de locação de 10 (dez) painéis de LED, estrutura de alumínio para montagem das placas de led e sonorização Dolbysurround, que serão utilizados em eventos do Município de Umuarama,, tendo sido declarada vencedora a empresa MARCOS GIANNE ZARELLI - ME.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
UMUARAMA, 16 de setembro de 2019.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretaria de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
P O R T A R I A Nº 1.680/2019
Homologa e adjudica o julgamento proferido pela Comissão Especial de Licitação sobre propostas apresentadas na Tomada de Preço nº 014/2019 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E:

Art. 1º. Fica homologada e adjudicado o julgamento proferido pela Comissão Especial de Licitação sobre propostas apresentadas na Tomada de Preço nº 014/2019 – PMU, que trata da contratação de empresa de arquitetura e ou engenharia, sob regime de empreitada global, para execução de 02 (duas) salas de aula e muro de arrimo na comunidade de Germano, no Município de Umuarama, localizada no Jardim Canadá, Município de Umuarama – PR, com recursos do Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA Aop Financeiro para Despesa de Capital nº 0526.604-48, conforme projetos e planilhas em anexo ao processo, de acordo com as normas, condições e especificações técnicas constantes no Edital e seus anexos, tendo sido declarada vencedora a empresa: C J NOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS - EPP.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 16 de setembro de 2019.

CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal

VICENTE AFONSO GASPARINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

ESTADO DO PARANÁ	
DECRETO Nº 86/2019	
Abre Crédito Suplementar por Anulação de Dotação no Orçamento Geral do Município, no Exercício de 2019 e dá outras providências.	
O EXCELENTÍSSIMO SENHOR JOSE CARLOS BARALDI, Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocinio/PR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.	
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.276, de 17 de setembro de 2019,	
DECRETA:	
Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município de São Jorge do Patrocinio, Estado do Paraná, Crédito Suplementar por anulação de Dotação no corrente Exercício Financeiro, no valor de R\$ 853.900,00 (oitocentos e cinquenta e três mil e novecentos reais), destinados a cobrir despesas, nas seguintes dotações orçamentárias:	
Fonte 0 - Recursos Ordinários (Livres)	
Orgão02 - Poder Executivo	
Un. Orç. 02.03 - Assessoria Jurídica	
Atividade12.061.00032.010 - Manutenção das Atividades da Assessoria Jurídica	
El. Despesa (1413.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.....	
R\$ 29.000,00	
El. Despesa (1531.1.91.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	
R\$ 2.200,00	
Orgão03 - Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio	
Un. Orç. 03.03 - Departamento de Recursos Humanos	
Atividade04.128.00542.020 - Manutenção e Encargos do Departamento de Recursos Humanos	
El. Despesa (8913.1.90.38 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....	
R\$ 2.000,00	
Un. Orç. 03.05 - Departamento de Indústria e Comércio	
Atividade04.128.00542.024 - Manutenção e Encargos do Departamento de Indústria e Comércio	
El. Despesa (8913.1.90.38 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....	
R\$ 20.000,00	
Un. Orç. 03.07 - Departamento de Indústria e Comércio	
Atividade15.452.01222.032 - Manutenção e Atividades e Serviços Funerários e de Cemitério	
El. Despesa (12313.1.90.13 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.....	
R\$ 1.000,00	
El. Despesa (1253.1.91.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	
R\$ 500,00	
Orgão04 - Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio	
Atividade15.452.00002.028 - Manutenção e Atividades do Departamento de Serviços Urbanos	
El. Despesa (12313.1.90.13 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.....	
R\$ 10.500,00	
Orgão 04 - Secretaria da Fazenda	
Un. Orç. 04.02 - Departamento de Receita e Cadastro	
Atividade04.128.00542.059 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Receita e Cadastro	
El. Despesa (1963.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.....	
R\$ 6.000,00	
El. Despesa (1963.1.91.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	
R\$ 600,00	
Orgão04 - Secretaria da Fazenda	
Atividade04.128.00682.052 - Manutenção e Encargos do Departamento de Fiscalização	
El. Despesa (25313.1.90.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	
R\$ 1.500,00	
El. Despesa (25313.1.91.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	
R\$ 300,00	
Orgão 04 - Secretaria da Fazenda	
Atividade04.128.00682.054 - Manutenção e Atividades do Departamento de Tesouraria	
El. Despesa (2123.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.....	
R\$ 3.000,00	
Orgão05 - Secretaria de Educação e Esportes	
Atividade12.362.00682.017 - Manutenção das Atividades da Casa Familiar Rural	
El. Despesa (2513.1.90.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS.....	
R\$ 23.230,00	
Orgão 08 - Secretaria da Agricultura	
Un. Orç. 08.01 - Gabinete do Secretário	
Atividade12.122.00632.146 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura	
El. Despesa (15313.1.90.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	
R\$ 700,00	
Un. Orç. 08.02 - Departamento de Agricultura	
Atividade12.122.00642.186 - Manutenção das Atividades do Departamento de Agricultura	
El. Despesa (2123.1.90.16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL.....	
R\$ 1.500,00	
Subtotal da Fonte 0 -	
R\$ 1.500,00	
Fonte101 - FUNDEB 60%	
R\$ 103.530,00	
Orgão 05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	
Atividade12.361.00242.074 - Manutenção e Encargos das Escolas Municipais – FUNDEB 60%	
El. Despesa (3203.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.....	
R\$ 86.500,00	
El. Despesa (3213.1.90.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	
R\$ 30.000,00	
Atividade12.367.00242.016 - Manutenção e Encargos das Escolas Municipais Educação Especial – FUNDEB 60%	
El. Despesa (3203.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.....	
R\$ 800,00	
Subtotal da Fonte 101 -	
R\$ 117.300,00	
Fonte103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais – Exercício Corrente	
Orgão 05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	
Atividade12.361.00252.060 - Manutenção e Encargos do Departamento de Educação	
El. Despesa (23913.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.....	
R\$ 3.000,00	
Atividade12.361.00252.062 - Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental	
El. Despesa (2493.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.....	
R\$ 6.000,00	
El. Despesa (2513.1.90.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	
R\$ 500,00	
El. Despesa (25313.1.91.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	
R\$ 6.500,00	
Atividade12.365.00292.068 - Manutenção e Encargos com a Educação Infantil - Creche	
El. Despesa (23913.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.....	
R\$ 5.000,00	
Atividade12.365.00292.019 - Manutenção e Encargos com a Educação Infantil – Pré-Escola	
El. Despesa (3043.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.....	
R\$ 5.000,00	
Subtotal da Fonte 103 -	
R\$ 26.000,00	
Fonte104 – 25% SOBRE DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS	
Orgão 05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	
Atividade12.361.00252.062 - Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental	
El. Despesa (25313.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.....	
R\$ 55.500,00	
El. Despesa (25413.1.90.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	
R\$ 63.000,00	
Subtotal da Fonte 104 -	
R\$ 63.000,00	
Fonte 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%) – Exercício Corrente	
Orgão 07 - Secretaria de Saúde	
Un. Orç. 07.03 - Fundo Municipal de Saúde	
Atividade10.301.00892.126 - Manutenção das Atividades da Assistência de Atenção Básica PAB - Fixo	
El. Despesa (42613.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....	
R\$ 178.570,00	
Atividade10.301.00902.130 - Manutenção do Programa Saúde da Família – PSF União	
El. Despesa (4413.1.90.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	
R\$ 2.000,00	
Atividade10.301.00902.132 - Manutenção e Encargos do Programa de Assistência Comunitária de Saúde	
El. Despesa (4473.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.....	
R\$ 15.000,00	
Atividade10.301.00902.136 - Manutenção e Encargos do Programa de Saúde Bucal	
El. Despesa (45613.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.....	
R\$ 10.000,00	
El. Despesa (45713.1.91.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	
R\$ 2.000,00	
Atividade10.302.00002.018 - Manutenção e Atividades de Média e Alta complexidade, Ambulatório e Hospitalar	
El. Despesa (4713.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.....	
R\$ 150.000,00	
El. Despesa (4723.1.90.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	
R\$ 2.000,00	
El. Despesa (47313.1.90.16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL.....	
R\$ 35.000,00	
Atividade10.304.00542.142 - Manutenção e Encargos da Vigilância Sanitária	
El. Despesa (49913.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.....	
R\$ 25.000,00	
El. Despesa (50213.1.91.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	
R\$ 4.500,00	
Subtotal da Fonte 303 -	
R\$ 444.070,00	
Fonte 494 – Saúde – Bloco de Custeio das Ações e Serviços	
Orgão 07 - Secretaria de Saúde	
Un. Orç. 07.03 - Fundo Municipal de Saúde	
Atividade10.301.00892.126 - Manutenção das Atividades da Assistência de Atenção Básica PAB - Fixo	
El. Despesa (42613.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....	
R\$ 100.000,00	
Subtotal da Fonte 494 -	
R\$ 100.000,00	
TOTAL GERAL.....	
R\$ 853.900,00	
Art. 2º Como fonte de recursos, para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, constante do art. 1º, deste Decreto, fica utilizada parte das dotações orçamentárias discriminadas abaixo no valor de R\$ 853.900,00 (oitocentos e cinquenta e três mil e novecentos reais), conforme segue:	
Fonte 0 - Recursos Ordinários (Livres)	
Orgão02 - Poder Executivo	
Un. Orç. 02.01 - Gabinete do Prefeito	
Atividade 04.122.00002.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito	
El. Despesa (1113.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.....	
R\$ 7.000,00	
Orgão02 - Poder Executivo	
Un. Orç. 02.02 - Chefe de Gabinete	
Atividade 04.122.00042.002 - Manutenção e Atividades do Chefe de Gabinete	
El. Despesa (1913.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.....	
R\$ 10.000,00	
El. Despesa (1913.1.91.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	
R\$ 3.500,00	
El. Despesa (1913.1.91.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	
R\$ 1.000,00	
Un. Orç. 02.05 - Junta de Serviço Militar	
Atividade 05.153.00472.004 - Manutenção das Atividades da Junta do Serviço Militar	
El. Despesa (2213.1.90.16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL.....	
R\$ 4.000,00	
Un. Orç. 02.06 - Planejamento e Orçamento	
Atividade 04.121.01032.162 - Manutenção das Atividades do Setor de Planejamento	
El. Despesa (2913.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.....	
R\$ 5.000,00	
El. Despesa (3013.1.90.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	
R\$ 1.500,00	
El. Despesa (3131.91.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	
R\$ 4.500,00	
Orgão03 - Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio	
Un. Orç. 03.01 - Gabinete do Secretário	
Atividade 04.122.00512.012 - Manutenção da Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio	
El. Despesa (3513.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS.....	
R\$ 25.000,00	
El. Despesa (5513.3.90.92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	
R\$ 4.800,00	
El. Despesa (5513.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....	
R\$ 5.000,00	
Un. Orç. 03.05 - Departamento de Indústria e Comércio	
Atividade15.451.00512.011 - Construção, Ampliação, Reforma, Aquisição de Equipamentos e Imóveis para a Indústria	
El. Despesa (7914.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES.....	
R\$ 85.000,00	
Un. Orç. 03.05 - Departamento de Indústria e Comércio	
Atividade02.661.00352.023 - Manutenção de Imóveis para Indústrias	
El. Despesa (8113.1.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO.....	
R\$ 5.000,00	
Atividade02.661.00352.024 - Manutenção e Encargos do Departamento de Indústria e Comércio	
El. Despesa (8913.1.90.38 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....	
R\$ 5.000,00	
El. Despesa (8913.1.90.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....	
R\$ 1.500,00	
Un. Orç. 03.06 - Departamento de Obras e Engenharia	
Atividade15.451.00512.011 - Manutenção de Prédios Municipais	

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

ESTADO DO PARANÁ
E D I T A L Nº 006/2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA – LDO 2020
O Chefe do Poder Executivo do Município de Mariluz, torna público que será realizado no dia 27 de setembro de 2019, no auditório da Câmara Municipal de Mariluz, com início às 18:00 horas, a AUDIÊNCIA PÚBLICA, para apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para o exercício financeiro de 2020. A presente audiência é extensiva a toda população.
Mariluz, 17 de setembro de 2019.
Nelson Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

ESTADO DO PARANÁ
E D I T A L Nº 007/2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA – LOA 2020
Através do presente Edital, o Prefeito Municipal, torna público que será realizado dia 27 de setembro de 2019, no auditório da Câmara Municipal, com início às 18:30 horas, a AUDIÊNCIA PÚBLICA, para apresentação da Proposta do Orçamento do Município de Mariluz (LOA), da administração direta e indireta, para o exercício financeiro de 2020. A presente audiência é extensiva a toda população.
Mariluz, 17 de setembro de 2019.
Nelson Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

ESTADO DO PARANÁ
EDITAL Nº 009/2019
CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE ÀS AÇÕES DA SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2019
Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 141/2012, de 13 de janeiro de 2012, e demais normas vigentes, a Prefeitura Municipal de Mariluz, torna público que fará realizar, no dia 27 de Setembro de 2019, às 17:00 horas nas dependências da Câmara Municipal de Mariluz, a AUDIÊNCIA PÚBLICA de prestação de contas dos valores recebidos e aplicados referente aos recursos financeiros, bem como a oferta e serviços na área da SAÚDE PÚBLICA prestados pelo Município de Mariluz, no SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2019. Fica convidado a população em geral do Município de Mariluz.
Mariluz, 17 de setembro de 2019.
Nelson Cardoso de Souza
Prefeito Municipal
Joel Magalhães dos Santos
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

ESTADO DO PARANÁ
EDITAL Nº 008/2019
CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA
Objeto: Audiência Pública para apresentação do Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do SEGUNDO QUADRIMESTRE de 2019, do Município de Mariluz, Paraná.
O Chefe do Poder Executivo do Município de Mariluz, torna público que fará realizar, no dia 27 de Setembro de 2019, com início às 16:00 horas, no recinto da Câmara Municipal de Mariluz, a AUDIÊNCIA PÚBLICA, estendida a toda população, com fim específico de apresentar os relatórios de avaliação do cumprimento das Metas Fiscais, referente ao SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2019, do Poder Executivo, Legislativo, SAMAE e Fundo de Previdência.
O objetivo específico é revelar o desempenho econômico-financeiro do Município de Mariluz, com base na realização das receitas e despesas, apresentação dos limites de gastos constitucionais exigidos, variação do extrínseco, resultados: orçamentários, financeiros e patrimoniais, Saldo da dívida pública, e outros indicadores da gestão relacionados à Administração Pública local.
Mariluz, 17 de setembro de 2019.
Nelson Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO Nº 01/2019
Súmula: Autoriza a Câmara Municipal de Alto Paraíso a firmar com a Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri, a fim, promulga a seguinte Resolução:
Art. 1º: Fica autorizado o Prefeito Municipal de Alto Paraíso a firmar, com a Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd Pr/Sp, inscrita no CNPJ sob o nº 01.899.491/0001-71.
Art. 2º: O objetivo principal é possibilitar empréstimo aos Servidores Públicos e Vereadores da Câmara Municipal de Alto Paraíso, com desconto em folha de pagamento.
Art. 3º: Fica a autoridade a Câmara Municipal de Alto Paraíso a abrir e manter contante corrente junto a instituição de Crédito Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri.
Art. 4º: É parte integrante da presente Lei o Anexo I, onde consta a minuta de convenio a ser firmado.
Art. 5º: Esta Resolução entra em vigor na data de sua promulgação e publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edição da Câmara Municipal de Alto Paraíso, 17 de setembro de 2019.
Edilcio Martins e Melo
Presidente
Luiz Carlos de Araújo
1º Secretário
Avaro Martins de Melo
Vice-Presidente
Eliane de Oliveira Caetano
2ª Secretária

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

ESTADO DO PARANÁ
DESPACHO
ACOLHO o Parecer da Comissão de Licitação e do Assessor Jurídico referente à Licitação na modalidade Dispensa (Por Limite) nº 41/2019, para aquisição de acessórios (Standartes, Bastão de Baliza, Bastão da mor e Elementos Algoricos para Fanfarra) para serem utilizados pelas crianças e adolescentes nas apresentações culturais do SCFV.
HOMOLOGO a presente decisão de dispensa para contratação da empresa:
ALZIRA DIAS DE OLIVEIRA - EPP, CNPJ/MF nº 00.706.973/0001-40, Aquisição de acessórios (Standartes, Bastão de Baliza, Bastão da mor e Elementos Algoricos para Fanfarra) para serem utilizados pelas crianças e adolescentes nas apresentações culturais do SCFV., determinando sua publicação na Imprensa Oficial como forma e eficácia dos atos, em conformidade com o estabelecido no Artigo 2º da Lei nº 8.666/93, bem como todas as providências necessárias ao bom e fiel cumprimento da Lei.
Alto Piquiri, 17/09/2019.
LUIZ CARLOS BORGES CARDOSO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N. 2072/2019
DATA: 17 de Setembro de 2019.
SÚMULA: Ajudica e homologa o resultado do processo licitatório, Modalidade Pregão, n. 068/2019
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Pregoeiro, Sr. Valdemir Ribeiro Sarapan, DECETA:
Art. 1º) Fica Autorizado em favor da empresa INDRELI INDUSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA, o item 01, o resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n.º 068/2019.
Art. 2º) Fica Homologado o resultado do processo licitatório, modalidade pregão, n.º 068/2019 em favor da empresa INDRELI INDUSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA, o item 01, que tem como objeto: Aquisição de Câmara Refrigerada Científica para armazenamento de vacinas, a fim de atender as necessidades da secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e especificações descritas no Edital e seus Anexos.
Art. 3º) Este decreto entrará em vigor na data de publicação.
Edição da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso,

Publicações

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS
Termo Aditivo 001 ao Contrato 245/2018
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: CONSTRUMIX COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA – EPP
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do respectivo contrato para até 27 de Julho de 2020.
Cláusula Segunda: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 26/07/2019.

Termo Aditivo 002 ao Contrato 291/2018
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: CANTO NORTE CONSTRUÇÕES LTDA – ME
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do respectivo contrato para até 05 de Dezembro de 2019.
Cláusula Segunda: Altera-se a cláusula sétima do presente contrato passando o prazo de execução de 09 (nove) meses para 12 (doze) meses.
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 01/08/2019.

Termo Aditivo 001 ao Contrato 262/2018
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: DAL POZZO PNEUS LTDA – EPP
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do respectivo contrato para até 14 de Novembro de 2019.
Cláusula Segunda: Fica aditado ao presente contrato o valor de R\$ 27.750,00 (vinte sete mil, setecentos e cinquenta e seis reais), perfazendo o valor deste termo, conforme descrição constantes no Anexo I. Passando e atualizando o valor total do contrato de R\$ 126.141,00 (cento e vinte e seis mil, cento e quarenta e um reais), para até o valor de R\$ 153.897,00 (cento e cinquenta e três mil, oitocentos e noventa e sete reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
11.001.15.452.000.2.025 – ED: 3.3.90.39.00.00 – D: 324 – F: 1000
11.001.15.452.000.2.025 – ED: 3.3.90.39.00.00 – D: 323 – F: 511
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 14/08/2019.

Termo Aditivo 001 ao Contrato 108/2018
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: S. A. RAHAL TAUIL DECORAÇÕES - EPP
Cláusula Primeira: Fica aditado ao presente contrato o valor de R\$ 3.888,88 (três mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos), perfazendo o valor deste termo, conforme descrição constantes abaixo. Passando e atualizando o valor total do contrato de R\$ 17.499,90 (dezanove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), para até o valor de R\$ 21.388,84 (vinte e um mil, trezentos e oitenta e oito reais e noventa e seis centavos).
Cláusula Segunda: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
15.001.08.243.0013.2.263 – ED: 4.4.90.52.00.00 – D: 1036 – F: 301000
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 14/08/2019.

Termo Aditivo 001 ao Contrato 273/2018
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: H. S. LORIS BOMBAS DIESEL LTDA – ME
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do respectivo contrato para até 16 de Fevereiro de 2020.
Cláusula Segunda: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 14/08/2019.

Termo Aditivo 001 ao Contrato 313/2018
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: IMOBILIÁRIA UNIÃO UMUARAMA LTDA – ME
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até o dia 21 de Novembro de 2020.
Cláusula Segunda: Fica alterado o valor mensal passando de R\$ 1.026,00 (um mil e vinte seis reais), para R\$ 1.091,78 (um mil, noventa e um reais e setenta e oito centavos) mensais, devido ao reajuste do índice do IGP-M, perfazendo o valor deste termo em R\$ 13.101,36 (treze mil, cento e um reais e trinta e seis centavos). Passando e atualizando o valor total deste contrato de R\$ 12.312,00 (doze mil, trezentos e doze reais), para até R\$ 25.413,36 (vinte cinco mil, quatrocentos e treze reais e trinta e seis centavos).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
15.001.08.244.0012.2.188 – ED: 3.3.90.39.00.00 – D: 624 – F: 60074
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 06/09/2019.

Termo Aditivo 001 ao Contrato 410/2018
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: S. D. M. COMERCIO E MONTAGEM DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA – EPP
Cláusula Primeira: Fica aditado ao presente contrato o valor de R\$ 80.760,00 (oitenta mil, setecentos e sessenta reais), perfazendo o valor deste termo, conforme descrição constante no Anexo I. Passando e atualizando o valor total do contrato de R\$ 336.500,00 (trezentos e trinta e seis mil e quinhentos reais), para até R\$ 417.260,00 (quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e sessenta reais).
Cláusula Segunda: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
19.002.26.762.0017.2.080 – ED: 4.4.90.52.00.00 – D: 959 – F: 509
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 06/09/2019.

Termo Aditivo 001 ao Contrato 363/2018
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: FRAW DISTRIBUIDORA – EIRELI – EPP
Cláusula Primeira: Fica aditado ao presente contrato o valor de R\$ 37.613,14 (trinta e sete mil, seiscentos e treze reais e quatorze centavos), perfazendo o valor deste termo, conforme Anexo I. Passando e atualizando o valor total do contrato de R\$ 151.107,55 (cento e cinquenta e um mil, cento e sete reais e cinquenta e cinco centavos), para até o valor de R\$ 188.720,69 (cento e oitenta e oito mil, setecentos e vinte reais e sessenta e nove centavos).
Cláusula Segunda: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
15.001.08.243.0013.2.254 – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 522 – F: 60079
15.001.08.243.0013.2.263 – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 533 – F: 60115
15.001.08.243.0013.2.264 – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 534 – F: 70019
15.001.08.243.0013.2.265 – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 597 – F: 60076
15.001.08.244.0012.2.173 – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 580 – F: 60074
15.001.08.244.0012.2.181 – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 596 – F: 60075
15.001.08.244.0012.2.182 – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 597 – F: 60076
15.001.08.244.0012.2.188 – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 617 – F: 60074
15.001.08.244.0012.2.188 – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 618 – F: 60076
15.001.08.243.0013.2.255 – ED: 3.3.90.30.00.00 – D: 646 – F: 60076
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 09/09/2019.
Umuarama, 17 de Setembro de 2019.
Vicente Afonso Gasparini
Secretário Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE PÉROLA

ESTADO DO PARANÁ
1ª ERRATA DE EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2019
O MUNICÍPIO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, torna público, aos interessados, que após o julgamento das impugnações, restaram alterados o que segue:
Item 01 – Ultrassom
Onde se lê:
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
Possibilidade de sonsa 4D em tempo real e HQ (alta qualidade); Possibilidade de comunicação WIFI, Bluetooth, LAN, FTP e DICOM 3.0.; Possui 2D steer, Auto IMT, Auto Trace em modo PW e CW, Auto NT, Auto OB (medição automática de BPD, OFD, HC, AC, FL), Auto Invert (direção de fluxo e doppler); Possibilidade de Modo M Color, M Anatómico, TD (Doppler tecidual), TVI (imagem de velocidade do tecido), Stress Echo, ECG, Formato de exportação de imagens: BMP, JPEG, PNG, BMP; Faixa dinâmica de no mínimo 280 dB; Linear 5.0 – 14,0 MHz, variação de +/- 1 MHz.
Leia-se:
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
Possibilidade de sonsa 4D em tempo real e fotoscopia (alta qualidade); Possibilidade de comunicação WIFI, LAN, FTP e DICOM 3.0.; Possui 2D steer, Auto IMT, Auto Trace em modo PW e CW, Auto NT, Auto OB (medição automática de BPD, OFD, HC, AC, FL), Auto Invert (direção de fluxo e doppler); Possibilidade de Modo M Color, M Anatómico, TD (Doppler tecidual), TVI (imagem de velocidade do tecido), ECG, Formato de exportação de imagens: BMP e PNG; Faixa dinâmica de no mínimo 270 dB; Linear 5.0 – 12,0 MHz, variação de +/- 1 MHz.
Fica retirado o item 01 - ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA o seguinte texto:
Possibilidade de tecnologia de envio de imagens por e-mail, direto do equipamento de ultrassom.
Item 02 – Carro anestésico
Onde se lê:
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
Fluxo inspiratório de 5 a 100l/minuto
Leia-se:
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
Fluxo inspiratório de 5 a 100l/minuto ou automático.
Tendo em vista que as alterações acima afetaram na formulação da proposta por parte dos licitantes, fica estabelecido novo prazo para realização do processo público para o dia 30/09/2019 às 14h00min, permanecendo inalterados os demais dispositivos expostos no instrumento convocatório.
Pérola/PR, 17 de setembro de 2019.
DARLAN SOALCO
Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2019
O Município de Ivaté, Estado do Paraná, em conformidade com os ditames da Constituição Federal, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, com a Lei Federal nº 10.520/2002, bem como a Lei Federal nº 8.078/90, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará certame licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a aquisição do objeto abaixo identificado:
OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo do tipo micro-ônibus, 0,8 km, motor com potência mínima 152 CV a 2600 rpm, para o município de Ivaté, conforme especificações contidas no edital e seus anexos.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 06 (seis) meses, ressalvado o direito de prorrogação de acordo com o art. 57, inc. II da Lei 8.666/93.
O objeto será realizado IMEDIATAMENTE, durante o período de vigência do contrato conforme a necessidade do município.
O edital será disponibilizado através do endereço eletrônico www.ivate.pr.gov.br ou junto à Comissão Permanente de Licitação no endereço: Av. Rio de Janeiro, 2758, neste cidade.
LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Ivaté
PREENCHIMENTO: 03 de Outubro de 2019, até as 09:00 horas
ABERTURA DOS ENVELOPES: 03 de Outubro de 2019 às 09:00 horas
Edifício da Prefeitura Municipal de Ivaté 17 de Setembro de 2019.
Natalia Regis De Araujo
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 150/2019
PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO Nº 026/2019
CONTRATANTE: Município de Icaraima, Estado do Paraná.
DATA DE ASSINATURA: 16 de Agosto de 2019
DA CONTRATADA: PUTECH SOFTWARES LTDA
CNPJ: 07.282.028/0001-65.
OBJETO: Contratação de empresa especializada visando a implantação, conversão de dados e manutenção de sistema informatizado de gestão pública para os secretários do Município de Icaraima.
VALOR TOTAL: R\$ 182.880,00 (cento e oitenta e dois mil oitocentos e oitenta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: Prazo de vigência do contrato será de 12 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, ressalvado o direito de prorrogação de acordo com o art. 57, inc. I da Lei 8.666/93, reajustado anualmente pelo IGP-M-FGV (Índice Geral de Preço do Mercado da Fundação Getúlio Vargas) acumulado no período. Podendo ser prorrogado renovado se houver consenso entre as partes até o limite de 48 meses.
FORO: Comarca de Icaraima, Estado do Paraná.

MUNICÍPIO DE GUAIRA - ESTADO DO PARANÁ- COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 180/2019

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Global

Objeto: Sistema de Registro de Preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais (peças) e execução de serviços para reforma do veículo 180 (Caminhão 24220 - VW, Placa AOY-5364, ano 2007, Renavam 926370600, Chassi 9BW3782T87R721208, Patrimônio nº 19929, recentemente transferido para frota pertencente a Diretoria de Limpeza Pública do Município de Guaira PR. EXCLUSIVO PARA ME/ EPP e MEI.

Data de Abertura: às 14h30min do dia 02 de outubro de 2019.

Modalidade: Pregão Presencial nº 181/2019

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Item

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para contratação futura de empresa especializada para fornecimento de pneus, os quais serão empregados na manutenção preventiva e corretiva dos veículos e máquinas de responsabilidade deste município. EXCLUSIVO PARA ME/ EPP e MEI.

Data de Abertura: às 14h30min do dia 03 de outubro de 2019.

Os editais de inteiro teor e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br ou no link Processos Licitatórios. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaira, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Guaira (PR), em 17 de setembro de 2019.

Anildo Moraes Peraçoli/Pregoeiro /Comissão Permanente de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
DESPACHO
ACOLHO o Parecer da Comissão de Licitação e o Assessor Jurídico referente ao Processo de Licitação nº 044/2019, modalidade Dispensa por Inexigibilidade nº 006/2019 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação, LEI Nº. 11.947, DE 16/07/2009, RESOLUÇÃO Nº. 26 DO FNDE, DE 17/06/2013.
HOMOLOGO a presente decisão de Inexigibilidade para aquisição de gêneros alimentícios, determinando sua publicação na Imprensa Oficial como forma de eficácia dos atos, em conformidade com estabelecido no Artigo 24, 25 e 26 da Lei nº 8.666/93 bem como todas as providências necessárias ao bom e fiel cumprimento da Lei.
Cidade Gaúcha – PR, 17 de Setembro de 2019.
VARDEMIR ABRAHÃO SILVESTRE
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 148/2019, DE 16 DE SETEMBRO DE 2019
SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO CORRENTE ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DA OUTRA PRÓPRIA DEPENDÊNCIA
O Prefeito Municipal de Cafetal do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica nº 680/2018, de 06 de dezembro de 2018,
DECRETA
Art. 1º – Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar para o exercício de 2019, no valor de R\$ 75.550,00 (setenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta reais), para atendimento das seguintes dotações orçamentárias:
Suplementação
05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.301.1500.2.022. ATENDIMENTO DA SAÚDE
352 - 3.3.71.70.00.00 323 - RATIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO 75.550,00
Total Suplementação: R\$ 75.550,00
Art. 2º – Para cobertura dos créditos adicionais do artigo anterior serão utilizados recursos da redução parcial das classificações orçamentárias seguintes:
Redução
05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.301.1500.2.022. ATENDIMENTO DA SAÚDE
345 - 3.3.90.39.00.00 32 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ 75.550,00
Total Redução: R\$ 75.550,00
Art. 3º – A alteração orçamentária acima ocasionará em modificações no cronograma de desembolso mensal e anexos da LDO e PPA vigentes.
Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal de Cafetal do Sul, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de setembro de 2019.
JUNIO KAZUO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

ESTADO DO PARANÁ
República por Inorrecção
ATO DA MESA Nº 023/2019
Autoriza viagem e concede dária.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na resolução nº 001/2017, de 03 de Julho de 2017, e tendo em vista a solicitação formulada pelos nobres vereadores Altair Ferreira Guimarães, Claudinei Ribeiro e Luiz Rogério Moacir.
RESOLVE:
Ficam os vereadores Altair Ferreira Guimarães, Claudinei Ribeiro e Luiz Rogério Moacir, autorizados viajarem à cidade de Curitiba, Estado do Paraná, nos dias 14 à 16 de Agosto do corrente ano, para participarem do Curso “Câmara Municipal como Poder Democrático Representativo da Sociedade e suas Atribuições com Base nos Preceitos Constitucionais”, no Hotel Del Rey, promovido pela Unicursos Capacitação e Treinamentos Ltda - ME, inscrita no CNPJ nº 19.948.769/0001-89, cabendo-lhes o pagamento antecipado de 03 (três) diárias cada um, nos termos da Resolução nº 001/2017, de 03 de Julho de 2017.
Salaientando que a participação dos(as) Vereadores(as) se reverterão em benefícios à comunidade deste Município.
Publica-se. Registre-se, afixe-se, cumpra-se e dê-se ciência.
Plenário Vereador Antonio Rodrigues de Souza, Câmara Municipal de Cidade Gaúcha-PR, em 12 de Agosto de 2019.
Vice Presidente José Roberto Ferreira Cardoso
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

ESTADO DO PARANÁ
República por Inorrecção
ATO DA MESA Nº 024/2019
Autoriza viagem e concede dária.
A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, com base na resolução nº 001/2017, de 03 de Julho de 2017, e tendo em vista a solicitação formulada pelo servidor da câmara José Carlos Leal.
RESOLVE:
Fica o servidor da câmara José Carlos Leal – Técnico Contábil, autorizado viajar à cidade de Curitiba, Estado do Paraná, nos dias 19 e 21 de Agosto do corrente ano, para participar do curso “Pregão Presencial e Eletrônico” promovido pelo MGP – Mais Gestão Pública, CNPJ nº 10.536.998/0001-05, cabendo-lhe o pagamento antecipado de 03 (três) diárias, nos termos da Resolução nº 001/2017, de 03 de Julho de 2017.
Salaientando que a participação do servidor da câmara se reverterá em benefício à comunidade deste Município.
Publica-se. Registre-se, afixe-se, cumpra-se e dê-se ciência.
Plenário Vereador Antonio Rodrigues de Souza, Câmara Municipal de Cidade Gaúcha-PR, em 13 de Agosto de 2019.
Vice Alves Teixeira
Presidente José Roberto Ferreira Cardoso
1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
CONTRATO Nº 067/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR
CONTRATADA: ADALGIZA ARAUJO
DO OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com a Chamada Pública nº 002/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de aneção ou transcrição.
DO VALOR: O Valor da venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, neste ato, será de R\$ 6.885,00 (seis mil e oitocentos e oitenta e cinco reais).
DA VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 17 de Setembro de 2020.
Cidade Gaúcha - PR, 17 de Setembro de 2019.
VARDEMIR ABRAHÃO SILVESTRE
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante
ADALGIZA ARAUJO
Agricultora
Contratada
TESTEMUNHAS:
EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
CONTRATO Nº 068/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA-PR
CONTRATADA: AGNALDO BARBOSA
DO OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com a Chamada Pública nº 002/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de aneção ou transcrição.
DO VALOR: O Valor da venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, neste ato, será de R\$ 4.460,00 (quatro mil e quatrocentos e sessenta reais).
DA VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 17 de Setembro de 2020.
Cidade Gaúcha - PR, 17 de Setembro de 2019.
VARDEMIR ABRAHÃO SILVESTRE
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante
AGNALDO BARBOSA
Agricultor
Contratado
TESTEMUNHAS:
EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
CONTRATO Nº 069/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR
CONTRATADO: ANTONIO SANCHES
DO OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com a Chamada Pública nº 002/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de aneção ou transcrição.
DO VALOR: O Valor da venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, neste ato, será de R\$ 4.460,00 (quatro mil e quatrocentos e sessenta reais).
DA VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 17 de Setembro de 2020.
Cidade Gaúcha - PR, 17 de Setembro de 2019.
VARDEMIR ABRAHÃO SILVESTRE
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante
ANTONIO SANCHES
Agricultor
Contratado

TESTEMUNHAS:
EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
CONTRATO Nº 070/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR
CONTRATADO: ANTONIO SANCHES
DO OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com a Chamada Pública nº 002/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de aneção ou transcrição.
DO VALOR: O Valor da venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, neste ato, será de R\$ 4.460,00 (quatro mil e quatrocentos e sessenta reais).
DA VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 17 de Setembro de 2020.
Cidade Gaúcha - PR, 17 de Setembro de 2019.
VARDEMIR ABRAHÃO SILVESTRE
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante
ANTONIO SANCHES
Agricultor
Contratado
TESTEMUNHAS:
EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
CONTRATO Nº 071/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR
CONTRATADO: MIZUTA TOSHAKI
DO OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com a Chamada Pública nº 002/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de aneção ou transcrição.
DO VALOR: O Valor da venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, neste ato, será de R\$ 2.295,00 (dois mil e duzentos e noventa e cinco reais).
DA VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 17 de Setembro de 2020.
Cidade Gaúcha - PR, 17 de Setembro de 2019.
VARDEMIR ABRAHÃO SILVESTRE
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante
MIZUTA TOSHAKI
Agricultor
Contratado
TESTEMUNHAS:
EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
CONTRATO Nº 072/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR
CONTRATADO: ROBERTO AMÂNCIO RIBEIRO
DO OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com a Chamada Pública nº 002/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de aneção ou transcrição.
DO VALOR: O Valor da venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, neste ato, será de R\$ 7.062,00 (sete mil e sessenta e dois reais).
DA VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 17 de Setembro de 2020.
Cidade Gaúcha - PR, 17 de Setembro de 2019.
VARDEMIR ABRAHÃO SILVESTRE
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante
ROBERTO AMÂNCIO RIBEIRO
Agricultor
Contratado
TESTEMUNHAS:
EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
CONTRATO Nº 073/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR
CONTRATADO: ROBERTO AMÂNCIO RIBEIRO
DO OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com a Chamada Pública nº 002/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de aneção ou transcrição.
DO VALOR: O Valor da venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, neste ato, será de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).
DA VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 17 de Setembro de 2020.
Cidade Gaúcha - PR, 17 de Setembro de 2019.
VARDEMIR ABRAHÃO SILVESTRE
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante
SERGIO JESUS DE BRITO
Agricultor
Contratado
TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHAS:
EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
CONTRATO Nº 074/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR
CONTRATADO: ROBERTO AMÂNCIO RIBEIRO
DO OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com a Chamada Pública nº 002/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de aneção ou transcrição.
DO VALOR: O Valor da venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, neste ato, será de R\$ 7.062,00 (sete mil e sessenta e dois reais).
DA VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 17 de Setembro de 2020.
Cidade Gaúcha - PR, 17 de Setembro de 2019.
VARDEMIR ABRAHÃO SILVESTRE
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante
ROBERTO AMÂNCIO RIBEIRO
Agricultor
Contratado
TESTEMUNHAS:
EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
CONTRATO Nº 075/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR
CONTRATADO: ROBERTO AMÂNCIO RIBEIRO
DO OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com a Chamada Pública nº 002/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de aneção ou transcrição.
DO VALOR: O Valor da venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, neste ato, será de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).
DA VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 17 de Setembro de 2020.
Cidade Gaúcha - PR, 17 de Setembro de 2019.
VARDEMIR ABRAHÃO SILVESTRE
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante
SERGIO JESUS DE BRITO
Agricultor
Contratado
TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHAS:
EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
CONTRATO Nº 076/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR
CONTRATADO: ROBERTO AMÂNCIO RIBEIRO
DO OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com a Chamada Pública nº 002/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de aneção ou transcrição.
DO VALOR: O Valor da venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, neste ato, será de R\$ 7.062,00 (sete mil e sessenta e dois reais).
DA VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 17 de Setembro de 2020.
Cidade Gaúcha - PR, 17 de Setembro de 2019.
VARDEMIR ABRAHÃO SILVESTRE
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante
ROBERTO AMÂNCIO RIBEIRO
Agricultor
Contratado
TESTEMUNHAS:
EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
CONTRATO Nº 077/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR
CONTRATADO: ROBERTO AMÂNCIO RIBEIRO
DO OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com a Chamada Pública nº 002/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de aneção ou transcrição.
DO VALOR: O Valor da venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, neste ato, será de R\$ 7.062,00 (sete mil e sessenta e dois reais).
DA VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 17 de Setembro de 2020.
Cidade Gaúcha - PR, 17 de Setembro de 2019.
VARDEMIR ABRAHÃO SILVESTRE
Prefeito Municipal em Exercício
Contratante
ROBERTO AMÂNCIO RIBEIRO
Agricultor
Contratado
TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHAS:
EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
CONTRATO Nº 078/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR
CONTRATADO: ROBERTO AMÂNCIO RIBEIRO
DO OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com a Chamada Pública nº 002/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de aneção ou transcrição.
DO VALOR: O Valor da venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, neste ato, será de R\$ 7.062,00 (sete mil e sessenta e dois reais).
DA VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até

leis@ilustrado.com.br

[illegible]



MUNICÍPIO DE GUAIRÁ - PR

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2019 / Quadrimestre Maio-Agosto

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)
Em Reais

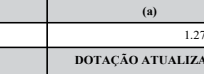
<u>RECEITAS</u>	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO NÃO REALIZADO
	(a)	(b)	(c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO * (I)	1.274.800,00	971.305,59	303.494,41
<u>DESPESAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO NÃO EXECUTADO
	(d)	(e)	(f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	40.835.439,24	13.328.360,24	27.507.079,00
Investimentos	40.072.833,24	12.971.996,54	27.100.836,70
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	762.606,00	356.363,70	406.242,30
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	40.835.439,24	13.328.360,24	27.507.079,00
RESULTADO PARA APLICAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	39.560.639,24	12.357.054,65	27.203.584,59

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE GUAIRÁ. Emissão: 11/09/2019, às 07:13:49.

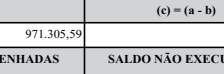
* Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.



HERALDO TRENTÓ
Prefeito
CPF: 428.867.759-91



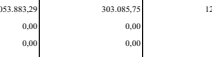
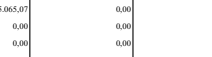
HUMBERTO JOSE PEDRA GONZALEZ
Controlador Interno
CPF: 431.760.899-53



MYLENE MYRE ROJAS ORTELHADO
Controladora
CPF: 524.483.129-15
CRC 33.701/O-6 PR

MUNICÍPIO DE GUAIARA - PR Relatório Resumido da Execução Orçamentária DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2019 / Bimestre Julho-Agosto									
Em Reais									
RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)									
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA			RECEITAS REALIZADAS			SALDO		
	(a)			(b)			(c) = (a-b)		
RECEITAS DE ALENAÇÃO DE ATIVOS (I)									
Receita de Alenação de Bens Móveis		107.100,00			152.917,13			(45.817,13)	
Receita de Alenação de Bens Imóveis		75.600,00			39.596,00			36.004,00	
Receita de Alenação de Bens Intangíveis		25.500,00			100.023,56			(79.523,56)	
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras		0,00			0,00			0,00	
		6.000,00			8.297,57			(2.297,57)	
DESPESAS	DIFÍCULDADE ATUALIZADA			DESPESAS REALIZADAS			SALDO		
	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (d-h)	(k) = (e-i)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA ALENAÇÃO DE ATIVOS (II)									
DESPESAS DE CAPITAL	1.853.883,29	303.085,75	122.218,88		105.065,67	0,00	0,00	948.817,22	
Investimentos	1.853.883,29	303.085,75	122.218,88		105.065,67	0,00	0,00	948.817,22	
Invenientes Financeiros	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	
Regime Próprio da Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR									
	2018			2019			SALDO ANUAL		
	(II)			(III) = (II) - (III)			(k) = (III) - (II)		
VALOR (III)		817.249,10			39.608,25			947.947,35	

FONTE: Sistema Adeq/Net - PM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE GUAIARA, Emissão: 11/09/2019, às 07:02:11.

 HERALDO TRENTOS Prefeito CPF: 428.867.759-91	 HUMBERTO JOSÉ PEDRA GONZALEZ Controlador Interno CPF: 431.760.899-53	 MYLENE MEIRE ROUSAS ORTELHADO Contadora CPF: 604.483.129-15 CRC 35.7010-0 PR
--	--	---

Identificador: WPR241101 0161635-36884918 - Emitido por: MYLENE MEIRE ROUSAS ORTELHADO

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE GUAÍRA - PR Relatório Resumido da Execução Orçamentária BALANÇO ORÇAMENTÁRIO Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2019 / Quadrimestre Maio-Agosto										
Em Reais										
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO			
			No 2º Quadrimestre	%	Até 2º Quadrimestre	%	No 2º Quadrimestre	%	Até 2º Quadrimestre	%
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	137.274.916,00	142.406.864,00	44.563.301,34	31,29	82.085.907,42	57,64	60.320.956,58			
RECEITAS CORRENTES	134.791.000,00	139.769.400,00	42.332.547,44	31,39	79.439.603,47	61,97	56.121.483,53			
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	16.038.400,00	16.075.307,52	7.008.516,79	43,67	12.234.340,09	76,23	3.820.564,43			
Impostos	14.349.300,00	14.386.007,52	7.198.201,91	50,04	10.745.514,46	74,69	3.640.493,12			
Taxas	1.689.100,00	1.689.300,00	610.314,88	36,13	1.509.228,69	89,34	180.717,31			
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
CONTRIBUIÇÕES	3.104.000,00	3.198.196,42	1.039.436,50	33,50	2.123.827,54	66,41	1.074.369,06			
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Contribuições Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Contribuição para o Centro de Serviço de Banição Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITA PATRIMONIAL	3.104.000,00	3.198.196,42	1.039.436,50	33,50	2.123.827,54	66,41	1.074.369,06			
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	27.651.000,00	27.655.496,00	9.655.650,10	34,91	16.569.064,54	59,93	11.086.431,46			
Exploração de Recursos Naturais	185.700,00	185.700,00	48.142,74	25,93	90.734,34	48,56	94.965,62			
Valores Mobiliários	1.048.800,00	1.053.196,00	319.798,33	30,56	606.089,74	57,60	446.506,24			
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	26.416.000,00	26.416.000,00	9.287.709,01	35,16	15.871.440,49	60,08	10.544.559,60			
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Contribuição para o Centro de Serviço de Banição Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITA INDUSTRIAL	6.300,00	6.300,00	13.146,00	208,67	13.146,00	208,67	(8.846,00)			
RECEITA DE SERVIÇOS	647.068,00	647.068,00	602.199,76	93,07	736.105,53	113,76	(89.037,53)			
Serviços Administrativos e Comércios Gerais	308.200,00	308.200,00	542.255,65	175,24	603.709,38	163,93	(235.541,38)			
Serviços e Atividades referentes à Navegação e ao Transporte	250.000,00	250.000,00	52.507,15	21,00	114.343,00	45,76	135.656,85			
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outros Serviços	28.800,00	28.800,00	7.438,96	25,83	18.001,07	62,50	10.798,93			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	76.180.700,00	80.536.413,84	23.067.406,87	28,64	46.449.106,91	57,92	33.887.306,93			
Transferências da União e de suas Entidades	48.392.300,00	52.507.695,53	6.291.204,22	11,98	21.653.452,54	41,34	30.853.607,01			
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	19.793.500,00	19.988.925,14	5.591.176,31	27,97	11.455.384,94	67,31	6.533.540,23			
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	7.800.400,00	7.800.400,00	1.200.400,00	15,51	1.744.979,41	22,45	6.055.420,59			
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	9.820.190,01	423,63	9.820.190,01	423,63	(9.594.275,86)			
Transferências da Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	642.200,00	642.200,00	146.191,44	22,76	203.570,04	45,71	348.629,96			
Multas Administrativas, Contratos e Judiciais	63.000,00	63.000,00	4.381,95	6,96	4.800,07	7,62	58.199,93			
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	53.600,00	53.600,00	125.164,38	233,52	269.841,57	503,44	(216.241,57)			
Receitas de Serviços	525.600,00	525.600,00	16.445,11	3,12	19.928,46	3,80	506.671,54			
RECEITAS DE CAPITAL	13.094.318,00	13.645.862,00	2.230.753,88	16,35	3.486.541,73	25,26	10.199.518,25			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.274.800,00	1.274.800,00	245.341,14	19,25	971.305,59	76,19	303.494,41			
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
ALIEÇÃO DE BENS	101.100,00	101.100,00	89.171,84	88,20	144.619,54	143,05	(43.519,54)			
Alienação de Bens Móveis	75.600,00	75.600,00	0,00	0,00	39.396,00	52,38	36.204,00			
Alienação de Bens Imóveis	25.500,00	25.500,00	89.171,84	349,69	105.223,54	413,84	(79.723,54)			
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.628.518,00	12.269.982,00	1.898.240,88	15,45	2.330.411,60	19,89	9.939.566,40			
Transferências da União e de suas Entidades	2.342.400,00	2.648.400,00	87.723,36	3,73	87.723,36	3,55	2.380.736,64			
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	8.252.950,00	8.768.522,00	1.808.517,52	20,63	2.242.695,24	25,58	6.525.826,76			
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Instituições Privadas	1.033.000,00	1.033.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.033.000,00			
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências da Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Remuneração das Disponibilidades de Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I) + (II)	137.274.916,00	142.406.864,00	44.563.301,34	31,29	82.085.907,42	57,64	60.320.956,58			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Mobilizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Mobilizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III) + (IV)	137.274.916,00	142.406.864,00	44.563.301,34	31,29	82.085.907,42	57,64	60.320.956,58			
DEFEIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-			
TOTAL (VII) = (V) + (VI)	137.274.916,00	142.406.864,00	44.563.301,34	31,29	82.085.907,42	57,64	60.320.956,58			
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	15.487.183,15	-	-	15.487.183,15	-	-			
Receitas Arrecadas em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-			
Suporte Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	15.487.183,15	-	-	15.487.183,15	-	-			

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS				DESPESAS LIQUIDADAS				DESPESAS PAGAS			
			No 2º Quadrimestre		Até 2º Quadrimestre		No 2º Quadrimestre		Até 2º Quadrimestre		No 2º Quadrimestre		Até 2º Quadrimestre	
			(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(c-f)	(f)=(d-g)	(h)	(i)	(j)=(h-k)	(k)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	133.170.210,00	133.789.339,15	37.490.341,58	27,98	79.240.897,42	59,37	68.248.519,51	85,58	85.540.819,64	65,91	65.991.932,57			
DESPESAS CORRENTES	104.941.923,00	112.728.899,91	30.871.204,08	28,63	65.912.577,18	61,29	48.916.367,34	74,37	59.126.967,34	80,77	59.944.305,55			
Pessoal e Encargos Sociais	54.873.679,00	54.873.679,00	15.423.151,04	27,92	33.007.008,92	60,16	15.621.161,28	47,29	33.007.008,92	80,15	33.007.008,92			
Juros e Encargos da Dívida	182.086,00	372.084,00	123.004,00	67,56	235.738,17	135,03	136.345,83	58,26	235.738,17	134,35	235.738,17			
Outras Despesas Correntes	47.888.760,00	57.478.137,10	14.928.481,72	31,20	36.580.768,03	76,39	23.090.860,28	63,14	35.958.768,83	78,99	26.970.868,29			
DESPESAS DE CAPITAL	28.026.287,00	20.860.439,24	6.617.047,54	23,60	23.466.300,24	113,00	27.532.079,00	117,73	4.696.922,54	16,99	34.363.516,76			
Investimentos	762.600,00	40.872.633,24	6.617.168,17	12,97	12.971.996,34	27,10	23.836,00	0,00	6.180.538,84	33,92	33.922.614,76			
Jornais e Publicações	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	100,00	25.000,00			
Outras Despesas de Capital	762.600,00	762.600,00	199.979,37	26,23	356.363,70	46,86	199.879,72	25,99	356.363,70	46,86	356.363,70			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	100,00	0,00	0,00	200.000,00			
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII) + (IX)	133.170.210,00	133.789.339,15	37.490.341,58	27,98	79.240.897,42	59,37	68.248.441,73	77,77	85.540.819,64	66,24	85.540.819,64			
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X) + (XI)	133.170.210,00	133.789.339,15	37.490.341,58	27,98	79.240.897,42	59,37	68.248.441,73	77,77	85.540.819,64	66,24	85.540.819,64			
SUPERÁVUI CDB	-	-	-	-	-2.640.000,00	-	-	-	-13.537.393,91	-	-16.093.973,83			
TOTAL (XIV) = (XII) - (XIII)	133.170.210,00	133.789.339,15	37.490.341,58	27,98	81.880.897,42	-	-	-	72.002.819,73	-	72.002.819,73			
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE GUARÁ - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2019 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)

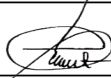
Em reais

ACIMA DA LINHA		PREVISÃO ATUALIZADA	Até 6º Bimestre/2019	
RECEITAS PRIMÁRIAS			RECEITAS REALIZADAS	
			(a)	
RECEITAS CORRENTES (I)		128.760.982,00	78.639.563,67	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		16.075.307,52	12.254.743,09	
IPTU		6.070.500,00	5.393.282,62	
ISS		4.130.907,52	2.778.192,74	
ITBI		1.315.000,00	859.231,84	
IRRF		2.869.600,00	1.714.807,29	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.689.300,00	1.509.238,69	
Contribuições		3.198.196,62	2.123.827,56	
Recursos Patrimoniais		27.655.496,00	16.569.964,54	
Aplicações Financeiras (II)		947.396,00	552.237,51	
Outras Receitas Patrimoniais		26.708.100,00	16.016.726,97	
Transferências Correntes		80.536.433,36	46.469.136,91	
Cota-Parte do FPM		24.300.139,26	14.411.293,66	
Cota-Parte do ICMS		13.300.000,00	8.568.168,25	
Cota-Parte do IPVA		3.403.726,17	3.403.726,17	
Cota-Parte do ITR		400.000,00	18.856,90	
Transferências da LC 87/1996		91.200,00	0,00	
Transferências da LC 61/1989		0,00	0,00	
Transferências da FUNDEF		231.934,15	9.826.190,01	
Outras Transferências Correntes		38.530.070,29	10.420.073,98	
Demais Receitas Correntes		1.295.580,00	1.042.821,27	
Outras Receitas Financeiras (III)		0,00	0,00	
Reservas Correntes Restantes		1.295.580,00	1.042.821,27	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) - (II - III)		127.813.786,00	78.687.326,18	
RECEITAS DE CAPITAL (IV)		13.645.882,00	3.486.543,29	
Operações de Crédito (V)		1.274.800,00	971.305,59	
Amortização de Empréstimos (VI)		0,00	0,00	
Alienação de Bens		101.300,00	144.419,54	
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VII)		0,00	0,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		0,00	0,00	
Outras Aliações de Bens		101.300,00	144.419,54	
Transferências de Capital		12.309.982,00	2.339.131,69	
Comissões		3.631.032,00	199.723,36	
Outras Transferências de Capital		8.638.050,00	2.130.495,24	
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Primárias		0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (IV) - (V - VI - VII - VIII - IX - X)		12.371.082,00	2.475.080,94	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (III) - (IV + X)		140.184.868,00	80.562.366,24	

DESPESAS PRIMÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até 6º Bimestre/2019				
			DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RESCIS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	RESCIS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
DESPESAS CORRENTES (XIII)		112.728.899,91	65.912.337,18	61.751.596,97	39.944.365,53	1.774.733,08	2.408.429,34
Pessoal e Encargos Sociais		54.877.178,31	31.007.089,59	31.007.089,59	30.335.169,49	1.376.948,06	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)		372.084,00	235.738,17	235.738,17	235.738,17	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		57.851.721,60	34.669.709,62	30.508.768,81	29.373.397,89	397.787,02	2.408.429,34
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XIII) - (XIII - XIV)		112.356.815,91	65.676.599,61	61.515.858,80	39.708.567,34	1.774.733,08	2.407.180,41
DESPESAS DE CAPITAL (XV)		40.860.479,20	13.328.360,24	4.406.822,34	6.047.628,02	771.056,24	5.837.786,36
Investimentos		40.072.833,24	12.971.996,54	6.140.558,84	5.691.264,32	771.056,24	5.837.786,36
Invenientes		25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)		25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Investimentos Financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)		754.000,00	356.363,79	356.363,79	356.363,79	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) - (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)		40.072.833,24	12.971.996,54	6.140.558,84	5.691.264,32	771.056,24	5.837.786,36
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXI)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XV) - (XV - XXI - XXII)		152.629.489,15	78.648.596,15	67.656.417,64	65.399.831,76	2.545.793,34	8.246.615,66
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXVII) - (XIII - XXV) - (XXVI - XXVII)							4.978.934,67
MÉTODO DE ATUAÇÃO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA							
Método de Atuação de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência							(1.207.910,00)
JUROS NOMINAIS							
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)							589.607,78
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)							328.067,69
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXVII) - (XXV - XXVI)							5.241.055,56
MÉTODO DE ATUAÇÃO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA							
VALOR CORRENTE							20.222.387,66
Método de Atuação de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência							
ABAXO DA LINHA							
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL							

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE GUAIÁRA - PR									
Relatório Resumido da Execução Orçamentária									
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS									
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social									
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2019 / Bimestre Julho-Agosto									
R\$ 1.00									
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
					Até Bimestre (b)	% (b/a) x 100			
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)			14.349.100,00	14.386.007,52	10.745.514,40	74,69			
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			4.720.000,00	4.720.000,00	3.967.636,31	84,06			
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			1.270.000,00	1.270.000,00	852.677,91	67,14			
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			3.900.000,00	3.936.907,52	2.624.379,03	66,66			
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			2.771.000,00	2.771.000,00	1.714.807,20	61,88			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos			332.800,00	332.800,00	23.788,56	7,15			
Dívida Ativa dos Impostos			781.300,00	781.300,00	883.693,46	113,11			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa			574.000,00	574.000,00	678.531,93	118,21			
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			45.914.000,00	49.222.209,42	31.857.855,24	64,72			
Cota-Parte FPM			24.000.000,00	27.218.136,26	16.703.167,12	61,37			
Cota-Parte ITR			500.000,00	500.000,00	23.571,01	4,71			
Cota-Parte IPVA			4.500.000,00	4.590.070,16	4.254.781,45	92,70			
Cota-Parte ICMS			16.500.000,00	16.500.000,00	10.710.210,16	64,91			
Cota-Parte IP-Estado			300.000,00	300.000,00	166.125,50	55,38			
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			114.000,00	114.000,00	0,00	0,00			
Desoneração ICMS (LC 87/96)			114.000,00	114.000,00	0,00	0,00			
Outras			0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II			60.263.100,00	63.608.216,94	42.803.369,64	66,98			
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS				
					Até Bimestre (d)	% (d/c) x 100			
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS			2.031.000,00	2.031.000,00	1.365.394,34	67,23			
Provenientes da União			2.000.000,00	2.000.000,00	1.319.995,30	66,00			
Provenientes dos Estados			0,00	0,00	0,00	0,00			
Provenientes de Outros Municípios			0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Receitas do SUS			31.000,00	31.000,00	45.399,04	146,45			
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS			136.300,00	262.300,00	4.084,67	1,56			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00			
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			72.200,00	572.208,00	366.971,40	64,13			
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			2.239.500,00	2.865.508,00	1.736.450,41	60,60			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	Inscritas em Restos a Pagar não Processados		
					Até Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES			30.257.405,00	33.186.865,43	17.686.662,23	53,29	16.329.924,30	49,21	0,00
Pessoal e Encargos Sociais			18.531.325,00	17.546.325,00	9.229.981,87	52,60	9.229.981,87	52,60	0,00
Juros e Encargos da Dívida			2.084,00	2.084,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes			11.723.996,00	15.638.456,43	8.456.680,36	54,08	7.099.942,43	45,40	0,00
DESPESAS DE CAPITAL			357.821,00	2.264.870,08	814.793,20	35,98	481.209,30	21,25	0,00
Investimentos			355.215,00	2.262.264,08	814.793,20	36,02	481.209,30	21,27	0,00
Inversões Financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida			2.606,00	2.606,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)			30.615.226,00	35.451.735,51	18.501.455,43	52,19	16.811.133,60	47,42	0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	Inscritas em Restos a Pagar não Processados		
					Até Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS			10.075.082,00	13.441.766,38	5.719.582,97	30,91	4.927.495,37	29,31	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS			7.742.482,00	9.739.834,37	4.218.419,06	22,80	3.567.870,58	21,22	0,00
Recursos de Operações de Crédito			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos			2.332.600,00	3.701.932,01	1.501.163,91	8,11	1.359.624,79	8,09	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS			0,00	0,00	156,00	0,00	156,00	0,00	0,00
RESTOS/CONTAS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS			0,00	0,00	26.417,89	0,14	26.417,89	0,16	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS SUPERVIVENTES FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)			10.075.082,00	13.441.766,38	5.746.156,86	31,06	4.954.089,26	29,47	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)			20.540.144,00	22.009.969,13	12.755.296,57	68,94	11.857.064,34	70,53	0,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VPS) = (VI / III) x 100 - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%						27,83			
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(IIIb x 15%) - VI]						5.466.558,89			
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA			INSCRITOS		CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA
Inscritos em 2019			0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º			SALDO INICIAL		Despesas custeadas no exercício de		SALDO FINAL (Não Aplicado)		
Restos a pagar Cancelados ou Prescritos em 2019			0,00		26.417,89		(26.417,89)		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26			SALDO INICIAL		Despesas custeadas no exercício de		SALDO FINAL (Não Aplicado)		
Diferença de limite não cumprido em 2019			0,00		0,00		0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS EXECUTADAS			
					Até Bimestre (f)	% (f total f) x 100	Até Bimestre (m)	% (m total m) x 100	
Atenção Básica			11.935.437,00	15.086.973,07	7.733.324,01	41,80	7.136.625,15	42,45	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial			16.927.997,00	18.139.310,54	9.535.764,67	51,54	8.486.367,59	50,48	
Suporte Profilático e Terapêutico			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Sanitária			1.511.315,00	1.936.734,69	1.059.328,87	5,73	1.022.659,14	6,08	
Vigilância Epidemiológica			240.477,00	288.717,21	173.037,88	0,94	165.481,72	0,98	
Alimentação e Nutrição			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Subfunções			0,00	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	0,00	
Total			30.615.226,00	35.451.735,51	18.501.455,43	100,00	16.811.133,60	100,00	
Atende Net - IPM,									
MUNICÍPIO DE GUAIÁRA									
11/set/2019									
07h e 03m									
									
HERALDO TRENTO Prefeito CPF: 428.867.759-91			HUMBERTO JOSE PEDRA GONZALEZ Controlador Interno CPF: 431.760.899-53			MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHAO Contadora CPF: 524.483.129-15 CRC 33.701/O-6 PR			
Identificador: WPR1841102-016-HYNNH-305884999 - Emitido por: MYLENE MEYRE ROJAS ORTELHAO									

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 040-2019, ID. Nº 1862, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E J. C. QUINHONE ATACADISTA. -EPP

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Av. Barão do Rio Branco, nº. 767, inscrito no CNPJ do Município da Fazenda sob nº. 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. JOÃO JORGE SOSSAI, a seguir denominado CONTRATANTE, e de outro lado J. C. QUINHONE ATACADISTA. -EPP, com sede Rua Natalina Giroto Spina nº. 2319, Jardim União, CEP. 87.508-160, em Umuarama, Estado do Paraná, CNPJ sob nº. 21.278.380/0001-09, inscrita no CNPJ sob nº. 074.242.339-55, residente e domiciliado na Rua Natalina Giroto Spina nº. 2319, Jardim União, CEP. 87.508-160, em Umuarama, Estado do Paraná, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO, para fins de alteração de Quantidade e Valor.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Termo Aditivo tem como objeto o Acréscimo quantitativo nos Itens nº 01, 02, 03, 04, no Contrato 040-2019, nos termos do artigo 65, inciso I, alínea b, da Lei 8.666/93.

Item DescriçãoQuant AditivoValor UnitárioValor Total

1Camiseta em p.v 67% poliéster e 33% viscos e com gramatura de 190 Gr. na cor branca com 3 listras, sendo azul marinho, amarelo ouro e verde bandeira, com gola v em ribana azul marinho e punho em ribana, azul marinho; com estampa na frente na altura do peito em croma o brasão do município e nas costas o nome do município e a escrita secretaria municipal de educação.

2.000

500

R\$ 24,00

R\$ 12.000,00

2Bermuda masculina em helanca 100% poliamida na cor azul marinho com 3 listras sendo em branco, amarelo ouro e verde bandeira com bolso, estampado brasão do Município croma na parte da frente na perna esquerda.800

200RS

34,00RS

6.800,00

3Bermuda suspensor em 12% elastano e 88% poliéster na cor azul marinho com verde bandeira com bolso, estampado brasão do Município croma na parte da frente na perna esquerda.1.200300

RS

35,00

RS

10.500,00

3Camiseta em p.v 67% poliéster e 33% viscos e com gramatura de 190 Gr.; na cor azul marinho com 3 listras sendo em amarelo ouro com gola v em ribana azul marinho e punho em ribana azul marinho com estampa na frente na altura do peito em croma o brasão do Município e nas costas o nome do município e a escrita secretaria municipal de educação.200

RS

37,50RS

1.637,50

50

CLÁUSULA SEGUNDA: Em decorrência do Valor de Suprimido, o valor do contratado passa a ser de R\$ 30.937,50 (trinta mil, novecentos e trinta sete reais e cinquenta centavos), nas mesmas formas do contrato inicial

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 040/2019.

E assim, estando justos e contratados, assinam com as testemunhas o presente, em 04(quatro) vias, para um só efeito legal.

PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesse (16/09/2019).

MUNICÍPIO DE DOURADINA-PR

João Jorge Sossai

J. C. QUINHONE ATACADISTA. -EPP

João Carlos Quinhone

Testemunhas:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA

AMERIOS - 12º R.S. CNPJ 86.689.023/0001-70

AV ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 ZONA ARMAZEZ UMUARAMA - PR CEP 87.503-030 FONE (44) 3623-2728

www.cisaameros.com.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2019

VALIDADE: 12 meses

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS 12º R.S, inscrito no CNPJ sob nº 86.689.023/0001-70, com sede à Avenida Ângelo Moreira da Fonseca, 866, Zona Armazém, nesta cidade de Umuarama/PR, neste ato representado pelo seu Presidente o Sr. LUIS CARLOS BORGES CARDOSO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 622.478.249-00, portador da Cédula de Identidade nº 4.995.983-4 SSP/PR, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão nº 007/2019, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores. Decreto Federal nº 7.892 de 23 de Janeiro de 2013 e a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e suas alterações posteriores em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO: A presente Ata tem por objeto a Formação de Registro de Preços para aquisição parcelada de medicamentos, para atender a demanda dos municípios consorciados ao CISA, com base nas disposições aplicáveis da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações, e a Lei 10.520/2002. Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Complementar nº 155/2016, Lei Estadual nº 15.080/07 e demais legislações pertinentes e, ainda pelas condições e exigências e conforme especificações contidas no edital de Pregão Eletrônico nº 007/2019, que é parte integrante desta Ata, homologado em 05 de setembro de 2019, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DO PREÇO REGISTRADO: Ficam registrados os seguintes preços, observada a ordem de classificação, da empresa A. G. KIENEN & CIA LTDA, inscrita sob o CNPJ 82.225.947/0001-65, com sede a Rua Benjamin Borges dos Santos, 87, Bairro Frairão, Pato Branco-PR, por seu representante legal o Sr. ADEMIR GERALDO KIENEN, inscrito no CPF sob o nº 329.374.689-15, portador da Cédula de Identidade nº 10.167.191-2, ao final assinado, com os preços dos itens abaixo relacionados:

Item	Código BR	Descrição do Produto	Apresentação	Qtde.	Marca/ Laboratório	Registro no Ministério da Saúde	País de Origem	Quantitativo da Embalagem Primária e Secundária	Valor unitário	Valor Total
84	0394917	Arlidopino + Besilato cloridrato de benazepril 5 + 20 mg - compr	Un	3.000	BIOLAB	10974014 5		BLISTER C/15 / CX C/30	R\$ 1,95	R\$ 5.850,00
107		Brometo de n-butilscopolamina Dipirona 4.500 mg/ml 5ml inj.	Amp	59.500	HYPOFAR MA	10387002 3		AMPOLA / CX C/50	R\$ 1,26	R\$ 74.970,00
143	0434505	Carvão ativado 250mg caps	Un	5.450	U. QUIMICA	10497137 2		BLISTER C/20 / CX C/20	R\$ 0,35	R\$ 1.907,50
162	0393813	Cetoprofeno 100 mg cáps.	Un	5.000	BIOSENTET ICA	11213049 1		BLISTER C/20 / CX	R\$ 0,78	R\$ 3.900,00

www.cisaameros.com.br

164		Cetoprofeno 150 mg cáps.	Un	1.150	MEDLEY	18326009 7		BLISTER C/20 / CX C/20	R\$ 2,10	R\$ 2.415,00
168	0272168	Ciclobenzaprina 5 mg compr.	Un	26.300	E.M.S	10235095 8		BLISTER C/15 / CX C/30	R\$ 0,10	R\$ 2.630,00
295		Diosmina 450 mg+Hesperidina 50 mg		26.200					0,29	R\$ 7.598,00
321		Duloxetine 30 mg – cmpr		59.620					0,84	R\$ 50.080,80
322		Duloxetine 60 mg – caps		58.620					1,70	R\$ 99.654,00
400	0278316	Zolpidem Hemitartrato 10 mg - compr	Un	10.900	E.M.S	10235106 5		BLISTER C/15 / CX C/30	R\$ 0,28	R\$ 3.052,00
476		Meperidina 100 mg 2 ml inj.	Amp	4.550	U. QUIMICA	104897133 9		AMPOLA / CX C/25	R\$ 1,86	R\$ 8.463,00
547	0267892	Pantoprazol 40 mg - compr.	Un	15.300	E.M.S	10235015 5		BLISTER C/14 / CX C/42	R\$ 0,15	R\$ 2.295,00
680	0272851	Topiramato 100 mg - compr.	Un	5.120	E.M.S	10235075 3		BLISTER C/15 / CX C/ 60	R\$ 0,29	R\$ 1.484,80
682	0272850	Topiramato 50 mg - compr.	Un	11.200	E.M.S	10235075 3		BLISTER C/15 / CX C/ 60	R\$ 0,17	R\$ 1.904,00
TOTAL:										R\$ 266.204,10

2.1. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo, quarto, art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas obrigações.

3. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso II do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93 de 1.993.

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo que trata o § do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

4. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: Os medicamentos, objeto desta licitação deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura da ata de Registro de Preços, de acordo com as solicitações do CISA, em seu almoxarifado, sito à Av. Rio Grande do Norte, nº 3368, Jardim Tropical, na cidade de Umuarama/PR, no horário das 07:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta-feira.

4.1. A empresa vencedora detentora da Ata de Registro de Preços, deverá atender as solicitações do Consórcio, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento do envio da Autorização de Fornecimento e confirmação por e-mail ou contato telefônico, sob pena de sofrer as penalidades.

4.2. Os prazos de que tratam o item 4.1, poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

4.3. Caso a contratada não efetive a entrega total dos pedidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou efetive a entrega de forma parcial, a mesma será NOTIFICADA para que no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, se manifeste a respeito, não o fazendo, sofrerá as penalidades previstas neste edital e na legislação.

4.4. Fica determinantemente proibida à troca de marca e/ou fabricante dos produtos licitados, SALVO por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente formalizado e justificado.

4.5. O prazo de validade dos produtos deverá ser de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo de validade vigente, a contar da entrega. A licitante vencedora deverá trocar as suas custas bem como arcar com todas as despesas decorrentes da reposição e transporte destes, não cabendo ao CISA qualquer ônus, em especial no que concerne ao envio de itens danificados ao licitante vencedor.

4.6. Não serão efetuados pedidos sobre faturamento mínimo.

4.7. Não poderá ser cobrado frete ou qualquer outro tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos produtos solicitados, no valor acima estão incluídos todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto da licitação, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do presente objeto.

4.8. Os produtos solicitados através de Autorização de fornecimento deverão ser entregues acompanhados de nota fiscal de venda, considerando a Recomendação nº 01/2019 do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, é obrigatório o preenchimento dos campos eCAN e CEANTrib da NF-e, quando o produto comercializado possuir código de barras com GTIN (Global Trade Item Number) e é obrigatório o preenchimento na NF-e o campo para informar o código de produto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Grupos I80 e K), quando se tratar de operações envolvendo medicamentos e matérias-primas farmacêuticas.

4.8.1.O fornecedor deverá comprovar, mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos na Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55. (dados obrigatórios do documento fiscal eletrônico)

4.9. Os rótulos das embalagens primárias e secundárias de todos os medicamentos com destinação institucional, independente da restrição de prescrição, devem possuir a frase, em caixa alta, "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", conforme Resolução – RDC n.º 71, de 22 de dezembro de 2009.

5. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO: Os produtos serão aceitos provisoriamente; o recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade, prazo de validade, destes e consequentemente aceito, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da entrega.

5.1. O recebimento definitivo não isenta proponente (s) adjudicatária (s) de suas responsabilidades assumidas por meio desse certame.

5.2. Todos os produtos entregues serão fiscalizados e, se apresentarem quaisquer problemas deverão ser repostos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem prejuízo para a Administração. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento, serão aplicadas à licitante vencedora, as sanções previstas neste edital e na legislação vigente.

5.3. Todos medicamentos deverão ser de primeira qualidade.

5.4. Os medicamentos que os laboratórios fabricarem em embalagens hospitalares fracionáveis deverão ser entregues fracionados individualmente por unidade e conforme as normas vigentes.

5.5. Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens.

5.6. O proponente vencedor deverá entregar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, a mesma marca dos produtos apresentados na proposta, SALVO por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente formalizado e justificado.

5.7. A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, as suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 5 (cinco) dias úteis.

5.8. A contratada responsabilizar-se-á e arcará por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos ou encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

5.9. A contratada deverá manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.10. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

5.11. Os medicamentos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo de validade vigente. Os locais de entrega estão orientados a recusar a mercadoria na sua totalidade em caso de descumprimento desta norma, e a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o Consórcio.

5.12. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a legislação do Ministério da Saúde e do Código de Defesa do Consumidor.

5.13. Todas as embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas.

5.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Não serão aceitos medicamentos fora de suas embalagens originais.

5.15. As embalagens primárias dos medicamentos (frascos, bisnagas, blisters) devem apresentar número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

5.16. Todos os volumes entregues deverão ser identificados com etiquetas grandes e visíveis, bem como as embalagens fracionadas. As etiquetas deverão conter o nome do medicamento, quantidade do produto em cada volume, a fim de evitar trocas e facilitar o recebimento e a conferência dos medicamentos.

5.17. Os dados constantes na caixa de embarque no que se refere a lote, data de fabricação e validade, nome do produto, quantitativo, etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, às embalagens primárias e secundárias.

5.18. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o proponente obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este Consórcio, no prazo de 7 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

5.19. Em caso de extravio de volumes pela transportadora, a empresa vencedora deverá efetuar imediatamente a reposição dos volumes, cumprindo o prazo previsto para conclusão da entrega dos medicamentos.

5.20. Em caso de avaria do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente recolhido e repostos por produto inteiro, sem qualquer ônus adicional para o Consórcio e cumprindo o prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de serem aplicadas as penalidades previstas neste Edital.

5.21. As caixas e volumes nos quais os medicamentos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, caso contrário a mercadoria não será recebida.

5.22. Os medicamentos injetáveis deverão ser entregues em embalagem apropriada para ampolagem, a fim de evitar quebras durante o transporte.

5.23. Em caso de devolução do(s) material(ais) por estar(em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas ao fornecedor.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados da seguinte forma: até 30 dias, após a apresentação da nota fiscal/fatura na sede do Estado do Paraná, é obrigatório o preenchimento dos campos eCAN e CEANTrib da NF-e, quando o produto comercializado possuir código de barras com GTIN (Global Trade Item Number) e é obrigatório o preenchimento na NF-e o campo para informar o código de produto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Grupos I80 e K), quando se tratar de operações envolvendo medicamentos e matérias-primas farmacêuticas.

6.1.O fornecedor deverá, obrigatoriamente, emitir nota fiscal eletrônica (NF-e), considerando a Recomendação nº 01/2019 do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, é obrigatório o preenchimento dos campos eCAN e CEANTrib da NF-e, quando o produto comercializado possuir código de barras com GTIN (Global Trade Item Number) e é obrigatório o preenchimento na NF-e o campo para informar o código de produto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Grupos I80 e K), quando se tratar de operações envolvendo medicamentos e matérias-primas farmacêuticas.

6.1.2. O fornecedor deverá comprovar, mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos na Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55. (dados obrigatórios do documento fiscal eletrônico)

6.2. Na eventualidade de atraso nos pagamentos serão aceitas reclamações em até 90 (noventa) dias após seu vencimento, se não o fizer de forma tempestiva, e, por via de consequência, expirar o prazo aqui estabelecido sem pleitear o respectivo pagamento, ocorrerá a preclusão de seu direito.

6.3. O pagamento será realizado mediante crédito na conta bancária do Fornecedor, conforme dados fornecidos.

6.4. A Contratada ficará obrigada a repassar para a contratante, na proporção correspondente, eventuais reduções de preços, decorrentes de mudança de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações na legislação pertinente.

6.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras.

6.6. A nota fiscal deve ser enviada, mediante sua emissão, ao e-mail: compras@cisaameros.com.br.

6.7. A iniciativa e encargo do cálculo da nota fiscal será de responsabilidade da Contratada cabendo ao CISA apenas a verificação do resultado obtido.

6.8. Na hipótese de irregularidade fiscal, a CONTRATADA deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 dias sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão da ata de registro de preços. Enquanto perdurar a irregularidade fiscal, não serão emitidos autorizações de fornecimento ou emissão de empenhos para a licitante que estiver nessa situação.

6.9. Somente serão pagos os valores relativos aos produtos efetivamente entregues, conforme necessidade da Administração, sendo que esta não estará obrigada a adquirir a quantidade total dos produtos constantes no anexo I.

6.10. Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos itens adquiridos.

6.11. A Contratada deverá apresentar como condição para o recebimento de cada parcela os seguintes documentos, dentro do prazo de validade: Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS ou outra equivalente, conforme legislação própria; Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal, conforme legislação específica.

7. CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL: O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitidas ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA AMERIOS 12 º R.S. – CNPJ: 86.689.023/0001-70 –Avenida Ângelo Moreira da Fonseca, 866, Zona Armazém, Umuarama/PR. CEP:87.503-030.

7.1. No corpo da Nota Fiscal deverá conter:
a) a modalidade e o número da licitação.
b) o número da Ata, número da Autorização de Fornecimento.
c) o número do item e a descrição do medicamento, (a descrição do produto na Nota Fiscal, deverá obrigatoriamente ser procedida da descrição constante na Ata de Registro de Preços).
d) valor unitário do item (conforme o constante na Ata de Registro de Preços), forma de apresentação e valor total.
e) o banco, número da agência e número da conta corrente (pessoa jurídica) da contratada.
f) no cadastro da Nota Fiscal Eletrônica deverá o fornecedor informar o email: compras@cisaameros.com.br para envio prévio

7.2. Considerando a Recomendação nº 01/2019 do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, é obrigatório o preenchimento dos campos eCAN e CEANTrib da NF-e, quando o produto comercializado possuir código de barras com GTIN (Global Trade Item Number) e é obrigatório o preenchimento na NF-e o campo para informar o código de produto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Grupos I80 e K), quando se tratar de operações envolvendo medicamentos e matérias-primas farmacêuticas.
h) O fornecedor deverá comprovar, mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos na Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55. (dados obrigatórios do documento fiscal eletrônico)

7.3. As notas Fiscais, após aceitas e atestadas pelo fiscal de contratos do CISA, serão encaminhadas ao Setor de Contabilidade para providências quanto a liquidação e pagamento. O pagamento dar-se-á através de ordem bancária e/ou transferência em conta-corrente de titularidade da Pessoa Jurídica contratada.

7.4. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão desenvolvidas e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

7.5. Poderá o CISA sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento do fornecedor relativamente a execução do objeto, recaído sobre o mesmo as penalidades previstas na lei Federal nº 8.666/93. 5.13.6. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária: 02.002.10.302.0007.2006.33.90.30.

8. ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS: O órgão gerenciador realizará publicação trimestral no Diário Oficial do CISA

8.1. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, verificando-se a compatibilidade com os praticados no mercado e assim controlados pelo CISA.

8.2. O CISA, no caso de comprovação dos preços registrados serem maiores que os vigentes no mercado, convocará o (s) signatário (s) da Ata de Registro de Preços para promover a renegociação dos mesmos de forma a torná-los compatíveis com os apresentados pelo mercado.

8.3. Em caso de recusa do (s) signatário (s) da Ata em aceitar a renegociação, o Cisa procederá à aquisição do (s) item (ns) por outros meios, respeitando o disposto na legislação.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Responsabilizar-se pelo fornecimento dentro dos prazos previstos e padrões de qualidade e quantidades exigidas, inclusive pelas obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor.

9.1. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e demais despesas diretas ou indiretas resultantes da adjudicação desta Licitação.

9.2. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela LICITADA (CISA) quanto ao fornecimento dos produtos.

9.3. Comunicar imediatamente à LICITADA (CISA) toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato.

9.4. Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e constante da sua proposta.

9.5. A Licitante vencedora é responsável por danos causados à Licitante (CISA), ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão ou responsável do CISA.

9.6. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais e pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

9.7. Comunicar ao CISA as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social.

9.8. Informar um preposto com quem o CISA manterá contato durante a vigência do processo, inclusive nome, telefone e e-mail.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à licitante vencedora, as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele.

10.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo representante da LICITANTE, em tempo hábil, de quaisquer dúvidas relacionadas à execução do objeto.

10.2. Efetuar o pagamento pelo efetivo fornecimento, dentro das condições ora estabelecidas.

10.3. Receber os produtos na quantidade e qualidade solicitada, nos prazos e condições definidos no edital, responsabilizando-se a licitante vencedora por qualquer dano causado pelos produtos fornecidos.

11. CANCELAMENTO DA ATA: A Ata poderá ser cancelada de pleno direito total ou parcialmente, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sendo que à contratada assista o direito a qualquer indenização quando:

11.1. Descumprir as condições do edital.

11.2. Recusar-se a prestar/fornecer o objeto no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável.

11.3. Interpretar-se a negativa em entregar o objeto licitatório como recusa em assinar a ata de fornecimento.

11.4. Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de o mesmo tornar-se superior aos praticados no mercado.

11.5. For declarado inidôneo para o objeto a licitar com a Administração, nos termos do art. 87, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93. 9.1.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

11.6. Caracterizada a hipótese de inexecução total ou parcial das condições de serviço ora estabelecidas.

11.7. Constatada a irregularidade por parte do fornecedor, será notificado para o prazo de 24 horas se manifeste a respeito, não o fazendo, sofrerá as penalidades previstas neste edital e na legislação.

11.8. Persistindo a falta o registro será cancelado, no caso de negativa de contratação, ou rescindido, no caso de inexecução parcial ou total, chamando-se o segundo colocado na Ata de Registro de Preços.

11.9. Sem justa causa e prévia comunicação ao CISA, suspender a execução dos serviços.

11.10. Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

11.11. Recusar a redução do preço ao nível dos praticados no mercado.

12. O cancelamento do Registro de Preços poderá ainda ocorrer quando houver:

12.1. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.

12.2. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução do Contrato.

12.3. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pelo CISA.

12.4. Pelo atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido ao CISA, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito ao CISA.

12.5. A solicitação do Fornecedor, para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado ao CISA a aplicação das penalidades previstas nesta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

12.6. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será formalizada com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao respectivo processo administrativo.

13. PENALIDADES

13.1. Ao fornecedor que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas as seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

13.1.1. Advertência.

13.2. Multa de mora ou punitiva, cumulativas ou não:

13.2.1. Nos casos em que houver atraso injustificado na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, sobre o valor do item constante da nota em atraso, respeitado o mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) diários, na forma do artigo 86 da Lei 8.666/93.

13.2.2. Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 15 (quinze) dias, o Consórcio poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor o certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, respeitado o mínimo de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

13.2.3. Multa de 0,2% (zero vírgula 2 por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de inexecução parcial, recusa em celebrar/assinar o contrato.

13.2.4. Multa de 10% (dez por cento) tais como a entrega de material com especificações, embalagem e/ou marca diversa daquela cotada e contratada, valor este atualizado até a data da sua liquidação através do índice governamental vigente.

13.2.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISA, por prazo não superior a 2 (dois) anos, em decisão fundamentada.

13.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o CISA, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

14. FORO: Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da comarca de Umuarama/PR, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS: A presente Ata de Registro de Preços será encaminhada através de correio eletrônico para o endereço de e-mail disponibilizado pela licitante na fase da habilitação, competindo ao fornecedor a impressão e assinatura do instrumento em 03 (três) vias, providenciando a entrega das vias originais no Departamento de Licitações e Contratos do CISA, em até 5 (cinco) dias após o seu recebimento.

15.1. A via do instrumento destinada ao detentor da Ata de Registro de Preços, devidamente assinada pelo contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no CISA a partir de 5 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais previstas no item anterior.

15.2. A execução da ata de registro de preços, bem como os casos nas omissões, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

15.3. Faz parte integrante dessa Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital do Pregão Eletrônico nº 007/2019 e a proposta da detentora da Ata conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, naquilo que não contrariar as presentes disposições.

15.4. A detentora da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão nº 007/2019.

15.5. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, qual foi assinada pelo presidente do CISA, Sr. Luis Carlos Borges Cardoso, e pelo Sr. Ademir Geraldo Kienan, qualificado (a) preambulamente, representando a Detentora da Ata.

Umuarama/PR, 05 de setembro de 2019.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA

AMERIOS - 12º R.S. CNPJ 86.689.023/0001-70

AV ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 ZONA ARMAZEZ UMUARAMA - PR CEP 87.503-030 FONE (44) 3623-2728

www.cisaameros.com.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2019

VALIDADE: 12 meses

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS 12º R.S, inscrito no CNPJ sob nº 86.689.023/0001-70, com sede à Avenida Ângelo Moreira da Fonseca, 866, Zona Armazém, nesta cidade de Umuarama/PR, neste ato representado pelo seu Presidente o Sr. LUIS CARLOS BORGES CARDOSO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 622.478.249-00, portador da Cédula de Identidade nº 4.995.983-4 SSP/PR, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão nº 007/2019, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores. Decreto Federal nº 7.892 de 23 de Janeiro de 2013 e a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e suas alterações posteriores em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO: A presente Ata tem por objeto a Formação de Registro de Preços para aquisição parcelada de medicamentos, para atender a demanda dos municípios consorciados ao CISA, com base nas disposições aplicáveis da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações, e a Lei 10.520/2002. Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Complementar nº 155/2016, Lei Estadual nº 15.080/07 e demais legislações pertinentes e, ainda pelas condições e exigências e conforme especificações contidas no edital de Pregão Eletrônico nº 007/2019, que é parte integrante desta Ata, homologado em 05 de setembro de 2019, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DO PREÇO REGISTRADO: Ficam registrados os seguintes preços, observada a ordem de classificação, da empresa LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP, inscrita sob o CNPJ 26.419.311/0001-83, com sede a Av. Antonio Silveira Barbieri, 1099, Bairro Pinheiro, na cidade de Francisco Beltrão, por seu representante legal o Sr. NEWMAR ANTONIO TOMAZELLI, inscrito no CPF sob o nº 028.936.829-09, portador da Cédula de Identidade nº 7.668.839-7 SSP/PR, ao final assinado, com os preços dos itens abaixo relacionados:

Item	Código BR	Descrição do Produto	Apresentação	Qtde.	Marca/ Laboratório	Registro no Ministério da Saúde	País de Origem	Quantitativo da Embalagem Primária e Secundária	Valor unitário	Valor Total
148	309063	Castanha da Índia 300 mg - dragea	Drágea	5.620	Catarinense	1006833830 024	Br	3 blister com 15/Cx com 45 drágeas	R\$ 0,57	R\$ 3.203,40
242	440302	Colágeno não Hidrolisado 40 mg - caps	Cáps.	2.000	Maxinuthe	658210031	Br	Pote com 30 ou 60 caps	R\$ 3,75	R\$ 7.500,00
706		Verapamil 120mg cpr	Cpr	3.000	Biosintética	1057306400 031	Br	Blister com 20 cpr / CX com 20 cpr	R\$ 0,77	R\$ 2.310,00
766	368612	Nitazoxanida 500mg comprimido	Cpr	5.000	Althalia	1351700320 066	Br	2 blister com 3/ CX com 6	R\$ 4,01	R\$ 20.020,00

www.cisaameros.com.br

789	269988	Clantromicina 250mg/5ml susp frasco 60ml	Frasco	600	EMS	1023505440 045	Br	Cx com 1 frasco	R\$ 48,19	R\$ 28.914,00
792	270986	Paracetamol 400mg + maleato de clorfeniramina 4mg + cloridrato de fenilefrina 4mg – cápsula	Cáps.	24.000	Braterapica	1003800692 050	Br	2 blister com 10/ cx com 20	R\$ 0,25	R\$ 6.000,00
TOTAL:										R\$ 67.977,40

2.1. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo, quarto, art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas obrigações.

3. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93 de 1.993.

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo que trata o § do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

4. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: Os medicamentos, objeto desta licitação deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura da ata de Registro de Preços, de acordo com as solicitações do CISA, em seu almoxarifado, sito à Av. Rio Grande do Norte, nº 3368, Jardim Tropical, na cidade de Umuarama/PR, no horário das 07:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta-feira.

4.1. A empresa vencedora detentora da Ata de Registro de Preços, deverá atender as solicitações do Consórcio, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento do envio da Autorização de Fornecimento e confirmação por e-mail ou contato telefônico, sob pena de sofrer as penalidades.

4.2. Os prazos de que tratam o item 4.1, poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

4.3. Caso a contratada não efetive a entrega total dos pedidos

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

5.12. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a legislação do Ministério da Saúde e do Código de Defesa do Consumidor.

5.13. Todas as embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas.

5.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Não serão aceitos medicamentos fora de suas embalagens originais.

5.15. As embalagens primárias dos medicamentos (frascos, blisnagas, blisteres) devem apresentar número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

5.16. Todos os volumes entregues deverão ser identificados com etiquetas grandes e visíveis, bem como as embalagens fracionadas. As etiquetas deverão conter o nome do medicamento, quantidade do produto em cada volume, a fim de evitar trocas e facilitar o recebimento e a conferência dos medicamentos.

5.17. Os dados constantes na caixa de embarque no que se refere a lote, data de fabricação e validade, nome do produto, quantitativo, etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, às embalagens primárias e secundárias.

5.18. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o proponente obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este Consórcio, no prazo de 7 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

5.19. Em caso de extravio de volumes pela transportadora, a empresa vencedora deverá efetuar imediatamente a reposição dos volumes, cumprindo o prazo previsto para conclusão da entrega dos medicamentos.

5.20. Em caso de avaria do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente recolhido e reposto por produto íntegro, sem qualquer ônus adicional para o Consórcio e cumprindo o prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de serem aplicadas as penalidades previstas neste Edital.

5.21. As caixas e volumes nos quais os medicamentos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, caso contrário a mercadoria não será recebida.

5.22. Os medicamentos injetáveis deverão ser entregues em embalagem apropriada para ampolagem, a fim de evitar quebras durante o transporte.

5.23. Em caso de devolução do(s) material(ais) por estar(em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas ao fornecedor.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados da seguinte forma: até 30 dias, após a apresentação da nota fiscal/fatura na sede do CISA, à vista do respectivo Termo de Recebimento do objeto ou Recibo, com base nos preços unitários apresentados na proposta/lance, em moeda corrente nacional mediante crédito efetuado a conta corrente da contratada. (A conta corrente deve ser em nome de pessoa jurídica, conforme CNPJ da proponente).

6.1.O fornecedor deverá, obrigatoriamente, emitir nota fiscal eletrônica (NF-e), considerando a Recomendação nº 01/2019 do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, é obrigatório o preenchimento dos campos eCAN e CEANTrib da NF-e, quando o produto comercializado possuir código de barras com GTIN (Global Trade Item Number) e é obrigatório o preenchimento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Grupos I80 e K), quando se tratar de operações envolvendo medicamentos e matérias-primas farmacêuticas.

6.1.2. O fornecedor deverá comprovar, mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos na Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55. (dados obrigatórios do documento fiscal eletrônico).

6.2. Na eventualidade de atraso nos pagamentos serão aceitas reclamações em até 90 (noventa) dias após seu vencimento, se não o fizer de forma tempestiva, e, por via de consequência, expirar o prazo aqui estabelecido sem pleitear o respectivo pagamento, ocorrerá a preclusão de seu direito.

6.3. O pagamento será realizado mediante crédito na conta bancária do Fornecedor, conforme dados fornecidos.

6.4. A Contratada ficará obrigada a repassar para a contratante, na proporção correspondente, eventuais reduções de preços, decorrentes de mudança de aliquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações na legislação pertinente.

6.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras.

6.6. A nota fiscal deve ser enviada, mediante sua emissão, ao e-mail: compras@cisaamerios.com.br.

6.7. A iniciativa e encargo do cálculo da nota fiscal será de responsabilidade da Contratada cabendo ao CISA apenas a verificação do resultado obtido.

6.8. Na hipótese de irregularidade fiscal, a CONTRATADA deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 dias sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão da ata de registro de preços. Enquanto perdurar a irregularidade fiscal, não serão emitidos autorizações de fornecimento ou emissão de empenhos para a licitante que estiver nessa situação.

6.9. Somente serão pagos os valores relativos aos produtos efetivamente entregues, conforme necessidade da Administração, sendo que esta não estará obrigada a adquirir a quantidade total dos produtos constantes no anexo I.

6.10. Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos itens adquiridos.

6.11. A Contratada deverá apresentar como condição para o recebimento de cada parcela os seguintes documentos, dentro do prazo de validade: Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS ou outra equivalente, conforme legislação própria; Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal, conforme legislação específica.

7. CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL: O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitidas ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA AMERIOS 12° R.S. – CNPJ: 86.689.023/0001-70 – Avenida Ângelo Moreira da Fonseca, 866, Zona Armazém, Umuarama/PR. CEP:87.503-030.

7.1. No corpo da Nota Fiscal deverá conter: a) a modalidade e o número da licitação. b) o número da Ata, número da Autorização de Fornecimento. c) o número do item e a descrição do medicamento, (a descrição do produto na Nota Fiscal, deverá obrigatoriamente ser procedida da descrição constante na Ata de Registro de Preços). d) valor unitário do item (conforme o constante na Ata de Registro de Preços), fonte de apresentação e valor total. e) o banco, número da agência e o número da conta corrente (pessoa jurídica) da contratada. f) no cadastro da Nota Fiscal eletrônica deverá o fornecedor informar o e-mail: compras@cisaamerios.com.br para envio prévio

g) Considerando a Recomendação nº 01/2019 do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, é obrigatório o preenchimento dos campos eCAN e CEANTrib da NF-e, quando o produto comercializado possuir código de barras com GTIN (Global Trade Item Number) e é obrigatório o preenchimento na NF-e o campo para informar o código de produto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Grupos I80 e K), quando se tratar de operações envolvendo medicamentos e matérias-primas farmacêuticas.

h) O fornecedor deverá comprovar, mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos na Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55. (dados obrigatórios do documento fiscal eletrônico).

7.2. As notas Fiscais, após aceitas e atestadas pelo fiscal de contratos do CISA, serão encaminhadas ao Setor de Contabilidade para providências quanto a liquidação e pagamento. O pagamento dar-se-á através de ordem bancária e/ou transferência em conta corrente de titularidade da Pessoa Jurídica contratada.

7.3. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão desenvolvidas e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data da sua representação.

7.4. Poderá o CISA sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento do fornecedor relativamente a execução do objeto, recaiando sobre o mesmo as penalidades previstas na lei Federal nº 8.666/93. 5.13.6. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária: 02.002.10.302.0007.2006.33.30.30.

8. ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS: O órgão gerenciador realizará publicação trimestral no Diário Oficial do CISA

8.1. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, verificando-se a compatibilidade com os praticados no mercado e assim controlados pelo CISA.

8.2. O CISA, no caso de comprovação dos preços registrados serem maiores que os vigentes no mercado, convocará o (s) signatário (s) da Ata de Registro de Preços para promover a renegociação dos mesmos de forma a torná-los compatíveis com os apresentados pelo mercado.

8.3. Em caso de recusa do (s) signatário (s) da Ata em aceitar a renegociação, o CISA procederá à aquisição do (s) item (ns) por outros meios, respeitando o disposto na legislação.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Responsabilizar-se pelo fornecimento dentro dos prazos previstos e padrões de qualidade e quantidades exigidas, inclusive pelas obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor.

9.1. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e demais despesas diretas ou indiretas resultantes da adjudicação desta Licitação.

9.2. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela LICITADA (CISA) quanto ao fornecimento dos produtos.

9.3. Comunicar imediatamente à LICITADA (CISA) toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato.

9.4. Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e constante da sua proposta.

9.5. A Licitante vencedora é responsável por danos causados à Licitante (CISA), ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão ou seu responsável do CISA.

9.6. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais e pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

9.7. Comunicar ao CISA as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social.

9.8. Informar um preposto com quem o CISA manterá contato durante a vigência do processo, inclusive nome, telefone e e-mail.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anodando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à licitante vencedora, as circunstâncias de qualquer fato que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele.

10.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo representante da LICITANTE, em tempo hábil, de quaisquer dúvidas relacionadas à execução do objeto.

10.2. Efetuar o pagamento pelo efetivo fornecimento, dentro das condições ora estabelecidas.

10.3. Receber os produtos na quantidade e qualidade solicitada, nos prazos e condições definidos no edital, responsabilizando-se a licitante vencedora por qualquer dano causado pelos produtos fornecidos.

11. CANCELAMENTO DA ATA: A Ata poderá ser cancelada de pleno direito total ou parcialmente, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que à contratada assista o direito a qualquer indenização quando:

11.1. Descumprir as condições do edital.

11.2. Recusar-se a prestar/fornecer o objeto no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável.

11.3. Interpretar-se a negativa em entregar o objeto licitatório como recusa em assinar a ata de fornecimento.

11.4. Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de o mesmo tornar-se superior aos praticados no mercado.

11.5. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do art. 87, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93. 9.1.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

11.6. Caracterizada a hipótese de inexecução total ou parcial das condições de serviço ora estabelecidas.

11.7. Constatada a irregularidade por parte do fornecedor, será notificado para o prazo de 24 horas se manifeste a respeito, não o fazendo, sofrerá as penalidades previstas neste edital e na legislação.

11.8. Persistindo a falta de registro será cancelado, no caso de negativa de contratação, ou rescindido, no caso de inexecução parcial ou total, chamando-se o segundo colocado na Ata de Registro de Preços.

11.9. Sem justa causa e prévia comunicação ao CISA, suspender a execução dos serviços.

11.10. Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

11.11. Recusar a redução do preço ao nível dos praticados no mercado.

12. O cancelamento do Registro de Preços poderá ainda ocorrer quando houver:

12.1. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.

12.2. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução do Contrato.

12.3. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pelo CISA.

12.4. Pelo atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido ao CISA, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito ao CISA.

12.5. A solicitação do Fornecedor, para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado ao CISA a aplicação das penalidades previstas nesta Ata, caso não aceite as razões do pedido.

12.6. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será formalizada com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao respectivo processo administrativo.

13. PENALIDADES

13.1. Ao fornecedor que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas as seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

13.1.1. Advertência.

13.2. Multa de mora ou punitiva, cumulativas ou não:

13.2.1. Nos casos em que houver atraso injustificado na entrega do material licitado, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, sobre o valor do item constante da nota em atraso, respeitado o mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) diários, na forma do artigo 86 da Lei 8.666/93.

13.2.2. Nos casos em que o atraso na entrega do material for superior a 15 (quinze) dias, o Consórcio poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, respeitado o mínimo de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

13.2.3. Multa de 0,2% (zero virgula 2 por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de inexecução parcial, recusa em celebrar /assinar o contrato.

13.2.4. Multa de 10% (dez por cento) tanto sobre a entrega de material com especificações, embalagem e/ou marca diversa daquela cotada e contratada, valor este atualizado até a data da sua liquidação através do índice governamental vigente.

13.2.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISA, por prazo não superior a 2 (dois) anos, em decisão fundamentada.

13.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o CISA, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

14. FORO: Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da comarca de Umuarama/PR, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS: A presente Ata de Registro de Preços será encaminhada através de correio eletrônico para o endereço de e-mail disponibilizado pela licitante na fase da habilitação, competindo ao fornecedor a impressão e assinatura do instrumento em 03 (três) vias, providenciando a entrega das vias originais no Departamento de Licitações e Contratos do CISA, em até 5 (cinco) dias após o seu recebimento.

15.1. A via do instrumento destinada ao detentor da Ata de Registro de Preços, devidamente assinada pelo contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no CISA a partir de 5 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais previstas no item anterior.

15.2. A execução da ata de registro de preços, bem como os casos nela omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei nº8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

15.3. Faz parte integrante dessa Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital do Pregão Eletrônico nº 007/2019 e a proposta da detentora da Ata conforme estabelecido a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, naquilo que não contrariar as presentes disposições.

15.4. A detentora da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão nº 007/2019.

15.5. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, qual foi assinada pelo presidente do CISA, Sr. Luís Carlos Borges Cardoso, e pelo Sr. Neomar Antonio Tomazeli, qualificado preambulmente, representando a Detentora da Ata.

Umuarama/PR, 05 de setembro de 2019.

LUÍS CARLOS BORGES CARDOSO
Consórcio Intermunicipal de Saúde
CISA - AMERIOS 12° R.S.

NEOMAR ANTONIO TOMAZELI
Lumann Distribuidora de Medicamentos Ltda-Epp

TESTEMUNHAS:

ANDREIA CRISTINA SILAMÁ, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 7.309.937-4 SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 004.967.099-92.

KEILA IRIODA SINHOCA, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 8.412.071-5 SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 036.009.749-98.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12° R.S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR
CEP 87.503-030 FONE (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2019
VALIDADE: 12 meses

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS 12° R.S., inscrito no CNPJ sob nº 86.689.023/0001-70, com sede à Avenida Ângelo Moreira da Fonseca, 866, Zona Armazém, nesta cidade de Umuarama/PR, neste ato representado pelo seu Presidente o Sr. **LUÍS CARLOS BORGES CARDOSO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 622.478.249-00, portador da Cédula de Identidade nº 4.995.983-4 SSP/PR, considerando o qualificação na licitação na modalidade Pregão nº 007/2019, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Decreto Federal nº 7.892 de 23 de Janeiro de 2013 e a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e suas alterações posteriores em conformidade com as disposições a seguir:

1. **DO OBJETO:** A presente Ata tem por objeto a Formação de Registro de Preços para aquisição parcelada de medicamentos, para atender a demanda dos municípios associados ao CISA, com base nas disposições aplicáveis da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações, e a Lei 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Complementar nº 155/2016, Lei Estadual nº 15.608/07 e demais legislações pertinentes e, ainda pelas condições e exigências e contendo especificações contidas no edital de **Pregão Eletrônico nº 007/2019**, que é parte integrante desta Ata, homologado em 05 de setembro de 2019, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. **DO PREÇO REGISTRADO:** Ficam registrados os seguintes preços, observada a ordem de classificação, da empresa **PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA**, inscrita sob o CNPJ 02.816.696/0001-54, com sede a Rua Franco Grilo, 374, fundos, Colônia Dona Luíza, Ponta Grossa-PR, por seu representante legal o Sr. **FERNANDO PARUCKER DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 248.710.109-10, portador da Cédula de Identidade nº 188.527-11 SSP/SC, ao final assinado, com os preços dos itens abaixo relacionados:

Item	Código BR	Descrição do Produto	Apresentação	Qtd.	Marca/Laboratório	Registro no Ministério da Saúde	País de Origem	Quantitativo da Embalagem Primária e Secundária	Valor unitário	Valor Total
18		Acido folínico 15 mg – compr.		1.300					R\$ 1,08	R\$ 1.409,20
26		Adenosina 3mg/ml 2ml	Amp.	1.040	Hipolabor	1134301820 021		Ampola 2ml/Cx com 50 ampolas	R\$ 8,70	R\$ 9.048,00
28		Água para injeção 10ml plástico	Amp.	62.200	Samtec	1559200020 045		Ampola 10ml/Cx com 100 cpr	R\$ 0,13	R\$ 8.086,00
31		Albendazol	Frasco	6.880	Teuto	1037003130 041		Frasco 20ml/Cx com 100 frascos	R\$ 0,96	R\$ 8.332,80



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12° R.S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR
CEP 87.503-030 FONE (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

42		Amicacina 100mg/2ml	Amp.	300	Teuto	1037002970 028		Ampola 2ml/Cx com 50 ampolas	R\$ 1,32	R\$ 396,00
43		Amicacina 500mg/2ml IM/IV	Amp.	150	Teuto	1037002970 060		Ampola com 10ml/Cx com 50 ampolas	R\$ 1,50	R\$ 225,00
50		Amtrriptilina Cloridrato 25mg	Cpr.	530.200	Teuto	1037005100 040		Blister com 20 cpr/Cx com 100 cpr	R\$ 0,03	R\$ 15.906,00
54		Amoxicilina 500mg	Cpr.	97.700	Teuto	1037004470 189		Blister com 10 cpr/Cx com 500 cpr	R\$ 0,14	R\$ 13.678,00
57		Ampicilina 1g+água para injeção 10ml plástico	F/A	800	Teuto/ Samtec	1037002990 231 1559200020 045		F/A com 19cpr com 50F/A	R\$ 2,70	R\$ 2.160,00
64		Atenolol 25mg	Cpr.	3.000	Prati Donaduzzi	1256801460 038		Blister com 15 cpr/Cx com 600 cpr	R\$ 0,03	R\$ 90,00
88		Arilodipino	Cpr.	169.300	Teuto	1037003720 025		Blister com 15 cpr/Cx com 100 cpr	R\$ 0,02	R\$ 3.386,00
94		Bicarbonato de sódio 8,4% 10ml plástico	Amp.	1.290	Samtec	1559200330 059		Ampola 10ml/Cx com 200 ampolas	R\$ 0,53	R\$ 683,70
98		Biperideno Lact 5mg/ml 01ml	Amp.	200	Cristalia	1029800960 126		Ampola com 1ml/Cx com 25 ampolas	R\$ 1,74	R\$ 348,00
103		Bromazepam 6mg	Cpr.	11.850	Teuto	1037004950 083		Blister com 20 cpr/Cx com 100 cpr	R\$ 0,10	R\$ 1.185,00
159		Cetoconazol 20mg/g 30g	Tubo	3.700	Sobral	1096300570 023		Tubo com 30g/Cx com 100 tubos	R\$ 1,70	R\$ 6.290,00
170		Cimetidina 200mg	Cpr	22.000	Prati Donaduzzi	1256801860 044		Blister com 10 cpr/Cx com 600 cpr	R\$ 0,13	R\$ 2.860,00
171		Cimetidina 300mg 2ml	Amp.	13.200	Teuto	1037002850 030		Ampola com 2ml/Cx com 120 ampolas	R\$ 0,71	R\$ 9.372,00
194		Cloreto de potássio 19,1% 10 ml	unid	5.370	samtec				R\$ 0,19	R\$ 1.020,30
199		Cloreto de sódio 20% 10ml plástico	Amp.	440	Samtec	1559200040 240		Ampola com 10ml/Cx com 200 ampolas	R\$ 0,18	R\$ 79,20
235		Clorpromazina Cloridrato 25mg 5ml	Amp.	3.520	Hypofarma	1038700640 031		Ampola com 5ml/Cx com 50 ampolas	R\$ 0,96	R\$ 3.379,20
263		Dexametasona 0,5mg/5ml 120ml	Frasco	4.165	Sobral	1096300460 023		Frasco com 120ml/Cx com 60 frascos	R\$ 1,32	R\$ 5.497,80

266		Dexametasona 2mg/ml 1ml	Amp.	7.500	Farmace	1108500320 028		Ampola 1ml/Cx com 50 amp.	R\$ 0,44	R\$ 3.300,00
268		Dexametasona 4mg	Cpr.	5.000	Teuto	1037005520 023		Blister com 10 cpr/Cx com 200 cpr	R\$ 0,20	R\$ 1.000,00
272		Dexclorfeniramina 2mg	Cpr.	51.900	Geolab	1542300120 020		Blister com 20 cpr/Cx com 500 cpr	R\$ 0,06	R\$ 3.114,00
277		Diazepam 10mg 2ml	Amp.	11.490	Teuto	1037005110 054		Ampola com 2ml/Cx com 72 ampolas	R\$ 0,51	R\$ 5.859,90

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

7.1. No corpo da Nota Fiscal deverá conter:
a) a modalidade e o número da licitação;
b) o número da Ata, número da Autorização de Fomento.
c) o número do item e a descrição do medicamento, (a descrição do produto na Nota Fiscal, deverá obrigatoriamente ser procedida da descrição constante na Ata de Registro de Preços).
d) valor unitário do item (conforme o constante na Ata de Registro de Preços), forma de apresentação e valor total.
e) o banco, número da agência e número da conta corrente (pessoa jurídica) da contratada.
f) no cadastro da Nota Fiscal Eletrônica deverá o fornecedor informar o e-mail: compras@cisaamerios.com.br para envio prévio
g) Considerando a Recomendação nº 01/2019 do Ministério Público do Estado do Paraná, é obrigatório o preenchimento dos campos CEAN e CEANTrib da NF-e, quando o produto comercializado possuir código de barras com GTIN (Global Trade Item Number) e é obrigatório o preenchimento na NF-e o campo para informar o código de produto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Grupos I80 e K), quando se tratar de operações envolvendo medicamentos e matérias-primas farmacêuticas.
h) O fornecedor deverá comprovar, mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos na Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55. **(dados obrigatórios do documento fiscal eletrônico)**

7.2. As notas Fiscais, após aceitas e atestadas pelo fiscal de contratos do CISA, serão encaminhadas ao Setor de Contabilidade para providências quanto a liquidação e pagamento. O pagamento dar-se-á através de ordem bancária e/ou transferência em conta-corrente de titularidade da Pessoa Jurídica contratada.

7.3. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão desenvolvidas e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

7.4. Poderá o CISA sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento do fornecedor relativamente a execução do objeto, recaindo sobre o mesmo as penalidades previstas na lei Federal nº 8.666/93, 5.13.6. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária: 02.002.10.302.0007.2008.33.90.30.

8. ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS: O órgão gerenciador realizará publicação trimestral no Diário Oficial do CISA

8.1. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, verificando-se a compatibilidade com os praticados no mercado e assim controlados pelo CISA.

8.2. O CISA, no caso de comprovação dos preços registrados serem maiores que os vigentes no mercado, convocará o (s) signatário (s) da Ata de Registro de Preços para promover a renegociação dos mesmos de forma a torná-los compatíveis com os apresentados pelo mercado.

8.3. Em caso de recusa do (s) signatário (s) da Ata em aceitar a renegociação, o Cisa procederá a aquisição do (s) item (ns) por outros meios, respeitando o disposto na legislação.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Responsabilizar-se pelo fornecimento dentro dos prazos previstos e padrões de qualidade e quantidades exigidas, inclusive pelas obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor.

9.1. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e demais despesas diretas ou indiretas resultantes da adjudicação desta Licitação.

9.2. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela LICITADA (CISA) quanto ao fornecimento dos produtos.

9.3. Comunicar imediatamente à LICITADA (CISA) toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato.

9.4. Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e constante da sua proposta.

9.5. A Licitante vencedora é responsável por danos causados à Licitante (CISA), ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão ou responsável do CISA.

9.6. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais e pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

9.7. Comunicar ao CISA as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social.

9.8. Informar um preposto com quem o CISA manterá contato durante a vigência do processo, inclusive nome, telefone e e-mail.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à licitante vencedora, as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.

10.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo representante da LICITANTE, em tempo hábil, de quaisquer dúvidas relacionadas à execução do objeto.

10.2. Efetuar o pagamento pelo efetivo fornecimento, dentro das condições ora estabelecidas.

10.3. Receber os produtos na quantidade e qualidade solicitada, nos prazos e condições definidos no edital, responsabilizando-se a licitante vencedora por qualquer dano causado pelos produtos fornecidos.

11. CANCELAMENTO DA ATA: A Ata poderá ser cancelada de pleno direito total ou parcialmente, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que à contratada assista o direito a qualquer indenização quando:

11.1. Descumprir as condições do edital.

11.2. Recusar-se a prestar/fornecer o objeto no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável.

11.3. Interpretar-se a negativa em entregar o objeto licitatório como recusa em assinar a ata de fornecimento.

11.4. Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de o mesmo tornar-se superior aos praticados no mercado.

11.5. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do art. 87, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93, 9.1.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

11.6. Caracterizada a hipótese de inexecução total ou parcial das condições de serviço ora estabelecidas.

11.7. Constatada a irregularidade por parte do fornecedor, será notificado para no prazo de 24 horas se manifeste a respeito, não o fazendo, sofrerá as penalidades previstas neste edital e na legislação.

11.8. Persistindo a falta o registro será cancelado, no caso de negativa de contratação, ou rescindido, no caso de inexecução parcial ou total, chamando-se o segundo colocado na Ata de Registro de Preços.

11.9. Sem justa causa e prévia comunicação ao CISA, suspender a execução dos serviços.

11.10. Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

11.11. Recusar a redução do preço ao nível dos praticados no mercado.

12. O cancelamento do Registro de Preços poderá ainda ocorrer quando houver:

12.1. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.

12.2. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução do Contrato.

12.3. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pelo CISA.

12.4. Pelo atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido ao CISA, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito ao CISA.

12.5. A solicitação do Fornecedor, para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado ao CISA a aplicação das penalidades previstas nesta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

12.6. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será formalizada com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao respectivo processo administrativo.

13. PENALIDADES

13.1. Ao fornecedor que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas as seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

13.1.1. Advertência.

13.2. Multa de mora ou punitiva, cumulativas ou não:

13.2.1. Nos casos em que houver atraso injustificado na entrega do material licitado, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, sobre o valor do item constante da nota em atraso, respeitado o mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) diários, na forma do artigo 86 da Lei 8.666/93.

13.2.2. Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 15 (quinze) dias, o Consórcio poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, respeitado o mínimo de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

13.2.3. Multa de 0,2% (zero virgula 2 por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de inexecução parcial, recusa em celebrar/assinar o contrato.

13.2.4. Multa de 10% (dez por cento) tais como a entrega de material com especificações, embalagem e/ou marca diversa daquela cotada e contratada, valor este atualizado até a data da sua liquidação através do índice governamental vigente.

13.2.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISA, por prazo não superior a 2 (dois) anos, em decisão fundamentada.

13.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o CISA, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

14. FORO: Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da comarca de Umuarama/PR, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS: A presente Ata de Registro de Preços será encaminhada através de correio eletrônico para o endereço de e-mail disponibilizado pela licitante na fase da habilitação, competindo ao fornecedor a impressão e assinatura do instrumento em 03 (três) vias, providenciando a entrega das vias originais no Departamento de Licitações e Contratos do CISA, em até 5 (cinco) dias após o seu recebimento.

15.1. A via do instrumento destinada ao detentor da Ata de Registro de Preços, devidamente assinada pelo contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no CISA a partir de 5 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais previstas no item anterior.

15.2. A execução da ata de registro de preços, bem como os casos nela omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

15.3. Faz parte integrante dessa Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital do Pregão Eletrônico nº 007/2019 e a proposta da detentora da Ata conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, naquilo que não contrariar as presentes disposições.

15.4. A detentora da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão nº 007/2019.

15.5. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, qual foi assinada pelo presidente do CISA, Sr. Luis Carlos Borges Cardoso, e pelo Sr. Fernando Parucker da Silva, qualificado preambularmente, representando a Detentora da Ata.



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12º R.S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 UMUARAMA - PR
CEP 87.503-030 ZONA ARMÁZEM FONE: (44) 3823-2728
www.cisaamerios.com.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2019
VALIDADE: 12 meses

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA/AMERIOS 12º R.S, inscrito no CNPJ sob nº 86.689.023/0001-70, com sede à Avenida Ângelo Moreira da Fonseca, 866, Zona Armazém, nesta cidade de Umuarama/PR, neste ato representado pelo seu Presidente o Sr. LUIS CARLOS BORGES CARDOSO, brasileiro, casado, Inscrito no CPF sob nº 622.478.249-00, portador da Cédula de Identidade nº 4.995.983-4 SSP/PR, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão nº 007/2019, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes as normas constantes na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Decreto Federal nº 7.892 de 23 de Janeiro de 2013 e a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e suas alterações posteriores em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO: A presente Ata tem por objeto a Formação de Registro de Preços para aquisição parcelada de medicamentos, para atender a demanda dos municípios consorciados ao CISA, com base nas disposições aplicáveis da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações, e a Lei 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Complementar nº 155/2016, Lei Estadual nº 15.608/07 e demais legislações pertinentes e, ainda pelas condições e exigências e conforme especificações contidas no edital de Pregão Eletrônico nº 007/2019, que parte integrante desta Ata, homologado em 05 de setembro de 2019, assim como a proposta vencedora, independentemente de transição.

2. DO PREÇO REGISTRADO: Ficam registrados os seguintes preços, observada a ordem de classificação, da empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, inscrita sob o CNPJ 85.247.385/0001-49, com sede a Rua Uruguai, 1538-E, Bairro Santa Maria, Chapecó-SC, por seu representante legal o Sr. CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI, inscrito no CPF sob o nº 076.332.029-39, portador da Cédula de Identidade nº 3927811 SSP/SC, ao final assinado, com os preços dos itens abaixo relacionados:

Item	Código BR	Descrição do Produto	Apresentação.	Qtd.	Marca/ Laboratório	Registro no Ministério da Saúde	Plas de Origem	Quantitativo da Amostra e Secundária	Valor unitário	Valor Total
641		Soro glicosado 5% 100ml		3.150	Equiplex				R\$ 1,78	R\$ 5.607,00
644		Soro glicosado 5% 500 ml 20undadas		9.810	Equiplex				R\$ 2,86	R\$ 28.056,60
										R\$ 33.663,60

2.1. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar contratações com a Detentora da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo, quarto, art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

3. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93 de 1.993.

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo que trata o § do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

4. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: Os medicamentos, objeto desta licitação deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura da ata de Registro de Preços, de acordo com as solicitações do CISA, em seu almoxarifado, sito à Av. Rio Grande do Norte, nº 3368, Jardim Tropical, na cidade de Umuarama/PR, no horário das 07:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta-feira.

4.1. A empresa vencedora detentora da Ata de Registro de Preços, deverá atender as solicitações do Consórcio, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento do envio da Autorização de Fomento e confirmação por e-mail ou contato telefônico, sob pena de sofrer as penalidades.

4.2. Os prazos de que tratam o item 4.1, poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

4.3. Caso a contratada não efetive a entrega total dos pedidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou efetive a entrega parcial na forma prevista na presente ATA, a mesma ficará sujeita a multa de 10% (dez por cento) por atraso, sem manifeste a respeito, não o fazendo, sofrerá as penalidades previstas neste edital e na legislação.

4.4. Fica determinadamente proibida à troca de marca e/ou fabricante dos produtos licitados, SALVO por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente formalizado e justificado.

4.5. O prazo de validade dos produtos deverá ser de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo de validade vigente, a contar da entrega. A licitante vencedora deverá trocar as suas custas bem como arcar com todas as despesas decorrentes da reposição e transporte destes, não cabendo ao CISA qualquer ônus, em especial no que concerne ao envio de itens danificados ao licitante vencedor.

4.6. Não serão efetuados pedidos sobre faturamento mínimo.

4.7. Não poderá ser cobrado frete ou qualquer outro tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos produtos solicitados, no valor acima estei incluídos todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto da licitação, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do presente objeto.

4.8. Os produtos solicitados através de Autorização de fornecimento deverão ser entregues acompanhados de nota fiscal de venda, considerando a Recomendação nº 01/2019 do Ministério Público do Estado do Paraná, é obrigatório o preenchimento dos campos CEAN e CEANTrib da NF-e, quando o produto comercializado possuir código de barras com GTIN (Global Trade Item Number) e é obrigatório o preenchimento na NF-e o campo para informar o código de produto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Grupos I80 e K), quando se tratar de operações envolvendo medicamentos e matérias-primas farmacêuticas.

4.8.1.O fornecedor deverá comprovar, mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos na Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55. **(dados obrigatórios do documento fiscal eletrônico)**

4.9. Os rótulos das embalagens primárias e secundárias de todos os medicamentos com destinação institucional, independente da restrição de prescrição, devem possuir a frase, em caixa alta, "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", conforme Resolução – RDC nº 71, de 22 de dezembro de 2009.

5. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO: Os produtos serão aceitos provisoriamente; o recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade, prazo de validade, destes e consequentemente aceito, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da entrega.

5.1. O recebimento definitivo não isenta proponente (s) adjudicatária (s) de suas responsabilidades assumidas por meio desse certame.

5.2. Todos os produtos entregues serão fiscalizados e, se apresentarem quaisquer problemas deverão ser repostos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem prejuízo para a Administração. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento, serão aplicadas à licitante vencedora, as sanções previstas neste edital e na legislação vigente.

5.3. Todos medicamentos deverão ser de primeira qualidade.

5.4. Os medicamentos que os laboratórios fabricarem em embalagens hospitalares fracionáveis deverão ser entregues fracionados individualmente por unidade e conforme as normas vigentes.

5.5. Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens.

5.6. O proponente vencedor deverá entregar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, a mesma marca dos produtos apresentados na proposta, SALVO por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente formalizado e justificado.

5.7. A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, as suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 5 (cinco) dias úteis.

5.8. A contratada responsabilizar-se-á e arcará por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos ou encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

5.9. A contratada deverá manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.10. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

5.11. Os medicamentos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo de validade vigente. Os locais de entrega estão orientados a recusar a mercadoria na sua totalidade em caso de descumprimento desta norma, e a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o Consórcio.

5.12. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a legislação do Ministério da Saúde e do Código de Defesa do Consumidor.

5.13. Todas as embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas.

5.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Não serão aceitos medicamentos fora de suas embalagens originais.

5.15. As embalagens primárias dos medicamentos (frascos, bisnagas, blisters) devem apresentar número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

5.16. Todos os volumes entregues deverão ser identificados com etiquetas grandes e visíveis, bem como as embalagens fracionadas. As etiquetas deverão conter o nome do medicamento, quantidade do produto em cada volume, a fim de evitar trocas e facilitar o recebimento e a conferência dos medicamentos.

5.17. Os dados constantes na caixa de embarque no que se refere a lote, data de fabricação e validade, nome do produto, quantitativo, etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e secundárias.

5.18. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o proponente obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este Consórcio, no prazo de 7 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

5.19. Em caso de extravio de volumes pela transportadora, a empresa vencedora deverá efetuar imediatamente a reposição dos volumes, cumprindo o prazo previsto para conclusão da entrega dos medicamentos.

5.20. Em caso de avaria do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente recolhido e reposto por produto íntegro, sem qualquer ônus adicional para o Consórcio e cumprindo o prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de serem aplicadas as penalidades previstas neste Edital.

5.21. As caixas e volumes nos quais os medicamentos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, caso contrário a mercadoria não será recebida.

5.22. Os medicamentos injetáveis deverão ser entregues em embalagem apropriada para ampolagem, a fim de evitar quebras durante o transporte.

5.23. Em caso de devolução do(s) material(ais) por estar(em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas ao fornecedor.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados da seguinte forma: até 30 dias, após a apresentação de nota fiscal/fatura na sede do CISA, a vista do respectivo Termo de Recebimento do objeto ou Recibo, com base nos preços unitários apresentados na proposta/lança, em moeda corrente nacional mediante crédito efetuado a conta corrente de contratada. (A conta corrente deve ser em nome de pessoa jurídica, conforme CNPJ da proponente).

6.1.O fornecedor deverá, obrigatoriamente, emitir nota fiscal eletrônica (NF-e), considerando a Recomendação nº 01/2019 do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, é obrigatório o preenchimento dos campos CEAN e CEANTrib da NF-e, quando o produto comercializado possuir código de barras com GTIN (Global Trade Item Number) e é obrigatório o preenchimento na NF-e o campo para informar o código de produto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Grupos I80 e K), quando se tratar de operações envolvendo medicamentos e matérias-primas farmacêuticas.

6.1.2. O fornecedor deverá comprovar, mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos na Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55. **(dados obrigatórios do documento fiscal eletrônico)**

6.2. Na eventualidade de atraso nos pagamentos serão aceitas reclamações em até 90 (noventa) dias após seu vencimento, se não o fizer de forma tempestiva, e, por via de consequência, expirar o prazo aqui estabelecido ser pleitear o respectivo pagamento, ocorrerá a preclusão de seu direito.

6.3. O pagamento será realizado mediante crédito na conta bancária do Fornecedor, conforme dados fornecidos.

6.4. A Contratada ficará obrigada a repassar para a contratante, na proporção correspondente, eventuais reduções de preços, decorrentes de mudança de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações na legislação pertinente.

6.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas sanadoras.

6.6. A nota fiscal deve ser enviada, mediante sua emissão, ao e-mail: compras@cisaamerios.com.br.

6.7. A iniciativa e encargo do cálculo da nota fiscal será de responsabilidade da Contratada cabendo ao CISA apenas a verificação do resultado obtido.

6.8. Na hipótese de irregularidade fiscal, a CONTRATADA deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 dias sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão da ata de registro de preços. Enquanto perdurar a irregularidade fiscal, não serão emitidos autorizações de fornecimento ou emissão de empenhos para a licitante que estiver nessa situação.

6.9. Somente serão pagos os valores relativos aos produtos efetivamente entregues, conforme necessidade da Administração, sendo que esta não estará obrigada a adquirir a quantidade total dos produtos constantes no anexo I.

6.10. Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos itens adquiridos.

6.11. A Contratada deverá apresentar como condição para o recebimento de cada parcela os seguintes documentos, dentro do prazo de validade: Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS ou outra equivalente, conforme legislação própria; Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal, conforme legislação específica.

7. CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL: O faturamento deverá ser feito através da nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitida ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA AMERIOS 12 º R.S. – CNPJ: 86.689.023/0001-70 – Avenida Ângelo Moreira da Fonseca, 866, Zona Armazém, Umuarama/PR. CEP:87.503-030.

7.1. No corpo da Nota Fiscal deverá conter:
a) a modalidade e o número da licitação;
b) o número da Ata, número da Autorização de Fomento.
c) o número do item e a descrição do medicamento, (a descrição do produto na Nota Fiscal, deverá obrigatoriamente ser procedida da descrição constante na Ata de Registro de Preços).
d) valor unitário do item (conforme o constante na Ata de Registro de Preços), forma de apresentação e valor total.
e) o banco, número da agência e número da conta corrente (pessoa jurídica) da contratada.
f) no cadastro da Nota Fiscal Eletrônica deverá o fornecedor informar o e-mail: compras@cisaamerios.com.br para envio prévio
g) Considerando a Recomendação nº 01/2019 do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, é obrigatório o preenchimento dos campos CEAN e CEANTrib da NF-e, quando o produto comercializado possuir código de barras com GTIN (Global Trade Item Number) e é obrigatório o preenchimento na NF-e o campo para informar o código de produto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Grupos I80 e K), quando se tratar de operações envolvendo medicamentos e matérias-primas farmacêuticas.
h) O fornecedor deverá comprovar, mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos na Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55. **(dados obrigatórios do documento fiscal eletrônico)**

7.2. As notas Fiscais, após aceitas e atestadas pelo fiscal de contratos do CISA, serão encaminhadas ao Setor de Contabilidade para providências quanto a liquidação e pagamento. O pagamento dar-se-á através de ordem bancária e/ou transferência em conta-corrente de titularidade da Pessoa Jurídica contratada.

7.3. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão desenvolvidas e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

7.4. Poderá o CISA sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento do fornecedor relativamente a execução do objeto, recaindo sobre o mesmo as penalidades previstas na lei Federal nº 8.666/93, 5.13.6. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária: 02.002.10.302.0007.2008.33.90.30.

8. ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS: O órgão gerenciador realizará publicação trimestral no Diário Oficial do CISA

8.1. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, verificando-se a compatibilidade com os praticados no mercado e assim controlados pelo CISA.

8.2. O CISA, no caso de comprovação dos preços registrados serem maiores que os vigentes no mercado, convocará o (s) signatário (s) da Ata de Registro de Preços para promover a renegociação dos mesmos de forma a torná-los compatíveis com os apresentados pelo mercado.

8.3. Em caso de recusa do (s